



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

**PAMELLA CRISTINA BASSETI DE SOUZA**

**A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO:  
As representações de gênero nas charges do jornal  
*Tribuna Metalúrgica* na década de 1990**

---

Londrina

2022

**PAMELLA CRISTINA BASSETI DE SOUZA**

**A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO:  
As representações de gênero nas charges do jornal  
*Tribuna Metalúrgica* na década de 1990**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Londrina

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S729m de Souza, Pamella Cristina Baseti.  
A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO : As representações de gênero nas charges do jornal Tribuna Metalúrgica na década de 1990 / Pamella Cristina Baseti de Souza. - Londrina, 2022.  
115 f. : il.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.  
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. MULHER - Tese. 2. MOVIMENTO SINDICAL - Tese. 3. TRABALHO - Tese. 4. CHARGES - Tese. I. Miani, Rozinaldo Antonio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

**PAMELLA CRISTINA BASSETI DE SOUZA**

**A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO:  
As representações de gênero nas charges do jornal  
*Tribuna Metalúrgica* na década de 1990**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Rodolfo Rorato Londero  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Daniel de Oliveira Figueiredo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 28 de abril de 2022.



Ao meu avô,  
Geraldo Baseti (em memória), lavrador, carpinteiro, marceneiro, entalhador.  
Meu exemplo de trabalhador.  
Por ser pra mim sinônimo de garra, honestidade e superação.

À minha avó,  
Aparecida dos Santos Baseti (em memória), por ter lavado, passado,  
cozinhado, cuidado dos filhos enquanto meu avô trabalhava.  
Por ser pra mim a personificação da bondade e do carinho.

À minha mãe,  
Lucimara dos Santos Baseti (em memória), vendedora, faxineira, cuidadora.  
Por todas as dificuldades que sua condição de mãe e mulher no mundo do  
trabalho lhe impôs. Por ser pra mim exemplo de força, luta e amor.

## AGRADECIMENTOS

O mestrado reúne a melhor e a pior fase da minha vida em um curto período de três anos. A melhor, porque aos 28 anos, em dezembro de 2018, depois de muita terapia e de muito trabalho interno venci diversas crenças limitantes e consegui finalmente prestar e passar num processo seletivo para estudar um curso que sempre sonhei.

Estava tudo indo muito bem, larguei um emprego precarizado para receber uma bolsa de estudos da Capes e, em 2019, depois de quase 10 anos de UEL pude experimentar a Universidade como um todo. Me envolvi em diversos cursos, grupos de estudos e de pesquisa, disciplinas no CECA, CESA e CCH, tardes inteiras na biblioteca, representação discente, muito café na Tia Alair, muita cerveja nos botecos, vários amigos, muitas trocas acadêmicas. Sentia que tinha finalmente conseguido equilibrar a vida, estudando e, ao mesmo tempo, dedicando tempo à minha família.

Até que o primeiro baque aconteceu: cortes e mais cortes de bolsas de estudos em todo país. Eu que tinha jogado um emprego pro alto feliz da vida, me vi, pela primeira vez, arrependida de ter tomado essa decisão. Como representante discente do meu programa, me empenhei efetivamente com as manifestações e campanhas contra os cortes a nível local, mas Bolsonaro, pela segunda vez, venceu. Descobri então, que, com os cortes, eu seria uma das últimas contempladas, eu diria privilegiada, a receber uma bolsa de estudos no meu programa, que desde que surgiu é nota 3 e luta, cotidianamente, para manter-se em pé.

Me envolvi efetivamente nas atividades necessárias para que, na próxima avaliação da Capes, meu programa de mestrado, pela primeira vez, alcançasse uma nota 4 e pudesse manter-se firme cumprindo a sua proposta de receber estudantes da UEL e de diversas faculdades do Brasil. Estudantes esses que se mostram interessados em produzir ciência, seguir na pesquisa e na vida acadêmica na área de Comunicação. Agradeço à Capes por essa oportunidade, não só de poder transitar pela Universidade livremente, sem amarras de um trabalho, mas também pelas oportunidades de conhecer melhor os bastidores da vida acadêmica, me envolver inteiramente com as manifestações contra os cortes de bolsa e pela oportunidade de realizar essa pesquisa como bolsista no meu Programa, ainda que pela última vez.

Foi inevitável; os cortes de bolsas aconteceram e, quando engolimos as reduções no número de bolsas goela abaixo, soube que minha mãe entraria para o tratamento de diálise. Este é o marco de transição da minha melhor e da minha pior fase nesse mestrado. Ainda muito jovem, aos 38 anos de idade, minha mãe descobriu uma doença autoimune muito rara chamada síndrome de GESF (glomérulo esclerose segmentada focal). Os tratamentos apresentados ao longo tempo eram baseados na imunossupressão a partir de corticoides e não foram eficazes. Em agosto de 2019, aos 51 anos, seu rim já funcionava em menos de 10%; ela tornou-se renal crônica e passou a depender da hemodiálise.

Foi um segundo baque, não só pra mim, mas para meus avós, minha irmã, todas as pessoas da minha família. Ela, apesar de triste, seguiu firme, forte e sorrindo como sempre. Encarou o tratamento de frente, não quis ausentar-se de um de seus trabalhos, porque se via ainda muito ativa e muito jovem. Eu, particularmente, não desejo que ninguém experimente o que é fazer hemodiálise e nem ter alguém de sua família nessa condição: o tratamento tem uma série de efeitos colaterais, compromete a vida do paciente, faz dele um ser totalmente dependente da máquina que é, ao mesmo tempo, a cura e a destruição.

De agosto até março fui me adaptando a essa rotina de cuidar de alguém nessa condição. Levava e buscava no trabalho, nas seções de diálise, acompanhava em consultas, pequenos procedimentos cirúrgicos, exames. Como filha da única filha mulher, ajudava minha mãe também no cuidado com meus avós. Até que no dia 15/03/2020 a pandemia chegou e com ela seus desdobramentos.

Em 2020 e 2021 passei então a cuidar intensamente da minha mãe e dos meus avós. Redobrei o isolamento e os cuidados. Para eles eu fazia farmácia, açougue, mercado, sacolão. Não permitia que andassem de ônibus, levava em consultas, acompanhava em exames e levava minha mãe para hemodiálise que não podia parar, mesmo com risco de contaminar-se com a Covid-19. Nesse tempo, depois de um ano de pandemia, de medo, de atividades remotas no Mestrado, e de estar exausta na posição de cuidado, percebi que somente terapia não seria o suficiente para seguir; passei então a fazer acompanhamento com psiquiatra e uso de ansiolíticos.

Até que em março de 2021 aconteceu. A Covid-19 bateu à minha porta e acometeu minha mãe, meu avô, minha avó, eu e outros tantos da minha família. Para eles foi fatal, os perdi de maneira abrupta, brutal, em um curto espaço de tempo, de 30 dias. Fui a pessoa que os acompanhou na UPA para os primeiros cuidados, que

os internou nos hospitais da cidade, que conversou com médicos, que recebia diariamente os áudios do boletim médico no whatsapp, que autorizou procedimentos, que conversou com eles pela última vez (e que honra), que reconheceu os corpos, que escolheu as roupas para o funeral e que, no fim, mais traumas psicológicos acumulou desse percurso. Bolsonaro então, pela terceira vez, venceu.

Nesse sentido, as pessoas pelas quais mais valeria à pena agradecer não estão aqui e jamais vão folhear as páginas desse trabalho. Foram vítimas do sistema capitalista ao longo de uma vida e por fim vítimas de um governo genocida, de necropolítica, de um discurso fascista, dessa gente antivacina que insiste em dizer que lutam pelo bem da nação. Ainda assim, agradeço na esperança de que nem tudo seja somente carne e matéria e que um dia, de algum lugar, isso ecoe para eles de alguma forma:

Obrigada Mãe, pelo dom da vida. Por todo esforço para me criar, me educar, me levar para o caminho da honestidade e da retidão. Obrigada por sonhar meus sonhos, muitas vezes abdicando dos seus, obrigada por não ter medido esforços para me ver ingressar numa universidade pública, por ter desejado, tanto quanto eu, me ver nesse Mestrado. Até você partir eu não sabia que você tinha tanto orgulho de mim; você não demonstrava tanto. Hoje, conversando com algumas pessoas sobre você, elas sempre me dizem do quanto você falava de mim para elas, dos meus textos, do fato de eu ter estudado na UEL. Eu nunca soube que você lia meus textos nas minhas redes sociais, ainda mais que mostrava eles para as suas amigas; você me admirava secretamente e discretamente. Obrigada por tudo, mas obrigada, especialmente, por isso.

Obrigada ao meu avô. Meu avô era uma figura exótica, muito amoroso, mas também recluso. Carinhoso, mas muito arredo. Sempre na varanda de sua casa na sua cadeira escutando os pássaros, vendo os carros passar. Apesar de simples, muito simples, fez grandes coisas. Lembro dele me contando que construiu todas as casas de madeira da nossa família numa colônia em Goio-erê- PR, sem nunca ter estudado e sem nunca ter construído casas antes. Como ele mesmo disse: “eu fui pelo rumo, olhando e aprendendo.” E assim, pelo rumo, veio a carpintaria, depois a marcenaria e por fim o entalhe de madeira. Sabia de tudo um pouco, sem nunca ter estudado nada. Obrigada por me ensinar a acreditar piamente que é possível mesmo aprender de um tudo, quando se necessita e se deseja de verdade.

Obrigada à minha avó. Como diz um dos meus tios: “Não é porque é minha mãe não, mas a Vó Cida era um ser humano fora da curva”. Nada do que eu diga aqui será capaz de transmitir a bondade, o carinho e o jeitinho amoroso de minha vó. Uma das coisas que eu mais sinto saudade é o tom manso de sua voz, ainda pela manhã, quando ela precisava nos colocar de pé para escola ou para o trabalho. Das últimas vezes que dormi na sua casa lembro bem dela despontando ao final do corredor, com o andar muito arrastado em virtude da artrose, chegando na porta do quarto e dizendo um “Pamella” prolongado, mas macio, muito macio: “Pamellaaaa, deu hora meu amor!”, às vezes eu ainda pedia, “só mais 10 minutinhos Vó”. E ela com dó rebatia: “Tá bom, daqui a pouco a Vó volta te chamar.” E voltava com o mesmo tom de voz manso e amoroso, com a mesma frase: “Pamellaaaa, deu hora meu amor!”. Eu sou muito grata a ela por ter me transmitido tanto amor e, por, de alguma forma, me ensinado amar desse jeitinho que ela nos amou.

Agradeço a minha irmã e a minha sobrinha. Vocês duas são as pessoas no mundo que ainda me permitem olhar para frente, conquistar coisas, fazer coisas, ter planos. Uma das últimas coisas que a mãe me pediu foi que eu cuidasse de vocês e eu vou fazer isso, não tão bem quanto ela, mas da melhor maneira que eu puder. Obrigada por ainda assim manterem a alegria e sorrirem para o mundo e para as adversidades que a vida nos impôs, meus amores. Obrigada Maria por ser o único fio vivo condutor de nossa linhagem agora, a pessoa que me dá forças para seguir, porque eu sei que você precisa de referenciais, amor, carinho e cuidado. Julguei que, mesmo estando exausta, seria importante concluir essa etapa, abrir essas trilhas do Mestrado para, quem sabe, mais tarde, e se você quiser, você andar sobre elas.

Agradeço meu Tios Ademilson e Rose Basseti por terem me recebido em sua casa durante os três primeiros meses de luto, por terem atendido o último pedido de minha mãe: “Cuida das minhas meninas Milso”. Obrigada Tio, sem a sua hospitalidade, sem seus convites para almoço o no domingo, sem a nossa cervejinha, eu já teria esquecido o que é ter família. Agradeço minha prima Gabriela Basseti por toda a demonstração de fé, por todas as orações, pelo apoio no tempo que passei na casa de seus pais.

Agradeço meus Tios Wagner e Patrícia Basseti, por serem sempre gentis, carinhosos e amorosos. Por sempre desejarem para mim e para minha irmã o melhor. Por não esquecer da gente, por se importar conosco, comigo, com a Larissa, e com a Maria Clara. Agradeço meus priminhos, Lucas e Letícia Basseti, por serem sempre

um ponto de alegria e felicidade em meio a tantas tristezas que assolaram nossa família.

Agradeço ao Marco, companheiro de uma vida, que não só me apoiou nos momentos em que eu cogitei desistir, mas que também esteve comigo nas horas mais difíceis. É do Marco todo esforço em digitalizar e catalogar as charges da minha pesquisa e, sem ele, dificilmente eu teria conseguido. Amo você.

Agradeço minha Tia Fia, Aparecida Garcia de Souza Cabral, meu Tio Nivaldo Cabral, o Tio Cezinha, por seus amores com linguagem de serviço, por estar sempre disposta a me fazer um café, betar um bolo, arrumar, oferecer uma carona. Agradeço minha prima Isabela Garcia Cabral, por todas as vezes que se preocupou comigo, por sua admiração e carinho, por ter escolhido ser minha colega de profissão.

Agradeço a Cidinha Geremias Barbosa, prima, confidente e melhor amiga de minha Mãe, pelo seu carinho de sempre pelos meus avós e pela minha mãe. Você não mediu esforços para me ajudar nos primeiros meses de luto. Por fim, obrigada Cidinha por ter ligado pra Hellen naquela tarde em que eu cogitava desistir.

Agradeço a Hellen Geremias dos Santos, minha prima. A pessoa em quem eu me inspirei e me inspiro para seguir na vida acadêmica. Hellen foi a primeira Doutora da minha família, é um ser humano incrível e inteligente pelo qual eu mantenho profunda admiração. Obrigada Hellen por aquela conversa na casa de seus pais. Ali eu desisti de desistir, apesar de todas as dificuldades que vieram depois.

Agradeço meus Padrinhos, pais da Hellen, primos de minha mãe. Hélio Geremias dos Santos, o Helinho, e Gisneide Geremias dos Santos, o Neidão, por ter, no luto, me oferecido a casa de vocês para estudar. Foi o gesto mais bonito e generoso que eu recebi nesse percurso. Lembro do Padrinho chorando dizendo: “Está difícil na sua casa, vem aqui, todo dia, fica aqui até a hora que você quiser, aqui tem a Hellen trabalhando, o Wesley estudando, você se junta com eles no escritório, sua madrinha faz bolo, faz café...”.

Agradeço a minha Psicóloga Mariana Elise, por trilhar comigo os caminhos para ingresso nesse Mestrado. Por todo apoio psicológico no decorrer desse percurso. Por me lembrar de ser gentil comigo mesma no luto, por sempre atentar sobre o quanto é exaustivo viver e adaptar-se a ele.

Agradeço os amigos que a UEL me trouxe, em especial, Ana Soranso (minha dupla de Mestrado) e Guilherme Bernardi (minha dupla de jornalismo), por todo apoio no Mestrado, no luto e na vida. Obrigada pelos cafés, pelas cervejas, pelas cachaças,

pelas risadas. Agradeço toda turma de ingressantes de 2019, obrigada pela trocas, aprendizados e experiências.

Agradeço Daiane Araújo e Raquel Pimentel, as amigas que o jornalismo me deu e que carrego pela vida. Agradeço Vinicius Lauriano Ferreira e Nayara André Damião, pessoas que o curso de Relações Públicas me deu e que sempre demonstraram se importar, ainda que de longe, com a minha pesquisa.

Agradeço as meninas do Curso de Comunicação e Cultura Política e do Curso de Comunicação Popular e Comunitária. Foi com vocês que as ideias e as discussões acerca dessa pesquisa começaram a ser fomentadas.

Agradeço aos colegas do Grupo de whatsapp dos Hauguers, que sempre me apoiaram, me fizeram sorrir mesmo em meio ao caos que se instaurou em minha vida. Existe o mundo e existe o Haug, que funciona por uma outra lógica de amizade e solidariedade. Eu nunca vou me esquecer daquele oxímetro.

Agradeço Manoel Dourado Bastos, que mais do que um professor tornou-se um grande amigo nessa caminhada. Obrigada pelas trocas, pelos aprendizados em seu grupo de estudos e também por ser um produtor de conteúdo de qualidade em nosso grupo no whatsapp. Obrigada pela cafeteira vermelha comunista da sua sala, foi o item de consumo mais desejado do meu Mestrado inteiro, e agora é minha.

Agradeço a Gabriela Fernandes que ainda no primeiro ano de Mestrado me preparou uma festa surpresa de aniversário. Eu nunca vou me esquecer desse gesto Gabi, obrigada!

Agradeço o Rodolfo Londero e a Denise, pela ajuda, pela preocupação com a minha saúde mental. Por todas vezes em que eu pensava é tudo ou nada, preto ou branco, vocês terem me mostrado a cor cinza e os caminhos do meio. Por ter, de certa forma, mediado a minha prorrogação de prazo. Por ter me dado forças e ter um dia me dito coisas que eu não ouvi de ninguém, tais como: “está tudo bem em desistir, você pode prestar o processo seletivo depois, você pode voltar ainda se você quiser.” Me mostrando que nada é tão definitivo quanto parece.

Agradeço ao Daniel de Oliveira Figueiredo, que me acompanha e não é de hoje. Valeu por ter sido meu orientador na graduação, banca no curso de jornalismo, banca na especialização e, finalmente, banca do meu Mestrado. Obrigada Mineiro, aprendi e aprendo muito com você.

Por fim, agradeço Rozinaldo Antonio Miani e toda sua família, pessoas pelas quais eu mantenho também profunda admiração. Agradeço o Rozinaldo não só por

ter sido meu orientador, mas por ter sido também um grande amigo, uma espécie de conselheiro, uma figura que sempre tinha contribuições válidas a fazer. Agradeço Rozinaldo pela paciência, por sempre ponderar quando eu não cumpria um prazo e eu descumpri muitos. Agradeço Rozinaldo pela ajuda determinante na reta final da minha pesquisa. Agradeço Rozinaldo por um dia ter apostado em mim para ser sua orientanda, por ter acreditado em mim mais do que eu mesma no decorrer dessa pesquisa. Obrigada por tudo, que possamos nos encontrar mais vezes nessa caminhada acadêmica.

As dores e as delícias do Mestrado só valeram à pena porque nos momentos felizes e, principalmente, nos momentos tristes, eu me senti rodeada de gente bonita, de corações grandes, dispostas a extrair de mim o meu melhor. Eu carrego vários traumas desses três anos. O luto da minha mãe e dos meus avós marcou negativamente essa etapa da minha vida para sempre, mas, desde então, eu tenho me sentido, na medida do possível, feliz, por ter construído laços com pessoas tão especiais, afetuosas como as que eu cito aqui.

Obrigada gente, de coração.

SOUZA, Pamella Cristina Baseti de. **A mulher e o mundo do trabalho: as representações de gênero nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* na década de 1990.** 115 fs. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

## RESUMO

Essa pesquisa analisa as charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* durante a década de 1990, a fim de entender como a mulher foi representada nas charges do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista no referido período. A pesquisa se divide em duas etapas, a primeira de levantamento teórico e bibliográfico e a segunda de análise do material propriamente dito. A segunda etapa do trabalho ainda se desdobra em outras duas fases, uma de análise estatística do acervo de charges e outra de análise mais qualitativa da produção chárstica. O trabalho apresenta como direcionamento teórico as discussões marxistas sobre o conceito de trabalho e de sindicato, bem como os estudos sobre comunicação popular, comunicação sindical e charges sindicais desenvolvidos por Miani (2005). Para as análises de gênero e de gênero no sindicato estamos amparados pelas discussões teóricas propostas por Kergoat (2010), Izquierdo (1990), Saffioti (2013), Souza-Lobo (2021), dentre outras autoras. A pesquisa aponta que as mulheres estão presentes em apenas 19% das charges produzidas no período, e são representadas, majoritariamente, como esposas e mães metalúrgicas, relegando a segundo plano a condição de trabalhadoras e de companheiras de luta. Em geral, as reflexões e as análises apontam que a presença da mulher nas charges e na comunicação sindical, bem como a participação feminina nos sindicatos, durante a década de 1990, se deu de forma secundária e desigual. Apesar dos esforços de inclusão das mulheres no contexto da comunicação sindical, observamos que os discursos destoam das práticas sindicais, principalmente, no que diz respeito à retratação das pautas femininas na produção chárstica e às discussões acerca de gênero no interior do movimento sindical.

**Palavras-chave:** Comunicação sindical. Comunicação popular. Charge. Tribuna Metalúrgica. Gênero. Mulher. Década de 1990.

SOUZA, Pamella Cristina Basseti de. Woman and the world of work: the gender representations in "Tribuna Metalúrgica" newspaper cartoons in the 1990's. 115 pp. Dissertation (Master's degree in Communication) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

## ABSTRACT

This research analyzes the editorial cartoons of the newspaper Tribuna Metalúrgica during the 1990s, in order to understand how women were represented in the editorial cartoons of the Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista in that period. The research is divided into two stages, the first of theoretical and bibliographic survey and the second of analysis of the material itself. The second stage of the work still unfolds in two other phases, one of statistical analysis of the collection of editorial cartoons and the other of a more qualitative analysis of the chargica production. The work presents as theoretical guidance the marxist discussions on the concept of work and union, as well as studies on popular communication, union communication and union editorial cartoons developed by Miani (2005). For the analysis of gender and gender in the union, we are supported by the theoretical discussions proposed by Kergoat (2010), Izquierdo (1990), Saffioti (2013), Souza-Lobo (2021), among other authors. The research shows that women are present in only 19% of the editorial cartoons produced in the period, and are represented, mostly, as wives and mothers in metallurgy, relegating to the background the condition of workers and companions in struggle. In general, reflections and analyzes indicate that the presence of women in editorial cartoons and union communication, as well as female participation in unions, during the 1990s, took place in a secondary and unequal way. Despite the efforts to include women in the context of union communication, we observed that the speeches diverge from union practices, mainly with regard to the retraction of women's agendas in chargica production and discussions about gender within the union movement.

**Keywords:** Union communication. Popular communication. Editorial cartoon. Tribuna Metalúrgica. Gender. Women. 1990s decade.

## LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 .....	67
Quadro 2 .....	69
Gráfico 1 .....	70
Gráfico 2 .....	71
Gráfico 3 .....	72
Gráfico 4 .....	72
Gráfico 5 .....	78
Figura 1 .....	74
Figura 2 .....	75
Figura 3 .....	76
Figura 4 .....	77
Figura 5 .....	79
Figura 6 .....	80
Figura 7 .....	81
Figura 8 .....	81
Figura 9 .....	82
Figura 10 .....	82
Figura 11 .....	83
Figura 12 .....	84
Figura 13 .....	84
Figura 14 .....	85
Figura 15 .....	85
Figura 16 .....	87
Figura 17 .....	88
Figura 18 .....	88
Figura 19 .....	89
Figura 20 .....	90
Figura 21 .....	91
Figura 22 .....	92
Figura 23 .....	93
Figura 24 .....	94
Figura 25 .....	95
Figura 26 .....	96
Figura 27 .....	97
Figura 28 .....	98
Figura 29 .....	99
Figura 30 .....	101
Figura 31 .....	101
Figura 32 .....	102

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Comunicação Popular e Comunitária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEA	População Economicamente Ativa
SMABC	Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
TM	Tribuna Metalúrgica
TVT	TV dos Trabalhadores
UEL	Universidade Estadual de Londrina

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>1. SINDICALISMO: TEORIA E HISTÓRIA (E SUAS CONTRADIÇÕES)</b> .....	<b>24</b>
1.1. SINDICALISMO NO BRASIL .....	30
1.2. A CONJUNTURA NEOLIBERAL E O MOVIMENTO SINDICAL NA DÉCADA DE 1990 .....	34
1.3. A ETAPA DO SINDICALISMO CIDADÃO .....	37
<b>2. TRABALHO, GÊNERO E SINDICALISMO</b> .....	<b>39</b>
2.1. POSICIONAMENTO TEÓRICO: A ESCOLHA DA NOMENCLATURA “GÊNERO” .....	41
2.2. RELAÇÕES DE TRABALHO E DE COMUNICAÇÃO .....	43
2.3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....	46
2.4. FEMINISMO E SINDICALISMO NO BRASIL .....	51
2.5. AS MULHERES METALÚRGICAS E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA SINDICAL .....	52
<b>3. COMUNICAÇÃO POPULAR E SINDICAL, AS CHARGES E O JORNAL TRIBUNA METALÚRGICA NA DÉCADA DE 1990</b> .....	<b>57</b>
3.1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO POPULAR .....	58
3.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL .....	61
3.3. O USO DAS CHARGES NA COMUNICAÇÃO SINDICAL .....	64
3.4. O JORNAL TRIBUNA METALÚRGICA .....	65
<b>4. UMA ANÁLISE DAS CHARGES DO JORNAL TRIBUNA METALÚRGICA</b> .....	<b>69</b>
4.1. A METODOLOGIA DE ANÁLISE .....	69
4.2. UMA PRIMEIRA ANÁLISE POR AMOSTRAGEM DAS CHARGES SELECIONADAS .....	73
4.3. PARA UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS CHARGES DO JORNAL TRIBUNA METALÚRGICA .....	78
4.3.1. Charges do cotidiano doméstico .....	79
4.3.2. Piadas com conotação sexual ou alguma situação lúdica de paquera .....	83
4.3.3. Situações de assédio .....	86
4.3.4. Charges que trabalham a diversidade.....	89
4.3.5. Estereótipos femininos .....	91
4.3.6. Datas comemorativas: o dia “8 de Março” .....	92
4.3.7. Figuras políticas .....	97
4.3.8. Protagonismo feminino .....	100
4.4. COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS CHARGES .....	102
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

A ideia dessa pesquisa surgiu ainda no segundo semestre do ano de 2018, quando cursei como estudante especial a disciplina de “Humor gráfico e processos sociais” do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCom/UEL). Naquele ano encaramos um episódio difícil da trajetória política brasileira, quando Jair Bolsonaro venceu as eleições para presidente da República. O então candidato e atual presidente foi eleito numa onda ultraconservadora que atingia vários países no mundo. Além do governo Bolsonaro, podemos citar o governo de Donald Trump (ex-presidente dos Estados Unidos), como exemplos de governos conservadores e neoliberais que assolaram e/ou assolam o mundo.

Tanto Trump quanto Bolsonaro tiveram uma trajetória política e uma campanha que reforçaram o machismo e a misoginia. Jair Bolsonaro, inclusive, deu declarações descabidas, como: “mulher tem que ganhar menos porque engravida” (*Jornal Zero Hora*, 10/12/2014). Foi diante de todo esse retrocesso político que vários coletivos feministas organizaram diversas manifestações que mobilizaram todo país durante o período de campanha eleitoral, em oposição a Bolsonaro e suas atitudes e declarações machistas. A mobilização ficou conhecida nas ruas e na internet como o movimento “Ele Não”.

Particpei dessas manifestações com um coletivo de mulheres e foi a partir dessas vivências que passei a me interessar mais pelas teorias feministas. Paralelamente à disciplina que cursei como estudante especial - que foi ministrada diante de todo o contexto político relatado anteriormente -, vivenciei no mercado de trabalho, como trabalhadora, episódios em que a minha condição de mulher foi entrave determinante para o desenvolvimento da minha carreira profissional e que me levaram a estabelecer conexões sobre como tais episódios são corriqueiros e permeiam não só a minha trajetória no mercado de trabalho, mas também a das mulheres da minha família, minha irmã e minha mãe, por exemplo.

A verdade é que sempre desejei cursar um Programa de Mestrado e esse momento de me decidir e elaborar um projeto de pesquisa - que me acompanharia por pelo menos dois anos - foi recheado de crises internas, análises e busca de autoconhecimento na tentativa de escolher um objeto de estudo que dialogasse com as minhas vivências, minhas práticas cotidianas, minha história de vida.

Apesar de, até então, nunca ter pensado em trabalhar com a charge e com comunicação sindical, foi nesse contexto todo - político, profissional e pessoal - que tive contato com a coletânea de charges “Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada” no decorrer da disciplina de “Humor gráfico e processos sociais”. Trata-se de um acervo de charges publicado no jornal *Tribuna Metalúrgica* - publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) - que me chamou bastante atenção, possivelmente, pela sintonia em relação ao fato de que estava imersa num “flerte” em compreender e estudar a desigualdade de gênero no universo do trabalho.

Em relação à referida publicação, trata-se de uma coletânea de charges organizada no formato de um livro comemorativo, lançado em 1998. A produção de coletâneas de ilustrações, charges e tiras cômicas era algo muito comum entre os sindicatos desde a década de 1990 e eram, geralmente, preparadas para servirem de presente aos sindicalizados (MIANI, 2000). A coletânea “Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada” foi organizada pelo chargista Paulo Cesar Rocha, o Pecê, que também é autor de algumas das charges reunidas no livro, e foi subsidiada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Além da coletânea, também foi na disciplina que tive meu primeiro contato com uma série especial produzida pela TV dos Trabalhadores (TVT) <sup>1</sup> que tratava da atuação de cartunistas e chargistas no sindicalismo. Uma das coisas que me impactou nesses materiais, tanto na coletânea impressa quanto na produção audiovisual, foi uma visão dual e bastante estereotipada da figura feminina ou das personagens femininas que apareciam no enredo das charges, algo que me permitiu outro olhar para essa coletânea e também para a comunicação sindical.

Como proposta de avaliação para a disciplina cursada como estudante especial, a decisão foi pela produção de uma análise da coletânea de charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* em que tentava catalogar quais charges faziam alusão a algum tipo de debate de gênero ou que apresentavam figuras femininas para a construção do seu argumento ou de algum desfecho cômico. A partir dessa

---

<sup>1</sup> TV dos Trabalhadores (mais conhecida pela sigla TVT) é uma emissora de televisão brasileira concessionada em Mogi das Cruzes, porém sediada em São Bernardo do Campo, ambas cidades do estado de São Paulo. Opera no canal 44 UHF digital e pertence à Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, que também mantém a Rádio Brasil Atual. Seus estúdios estão localizados no Centro de São Bernardo do Campo e seus transmissores na Serra do Itapeti em Mogi das Cruzes. A TVT é uma emissora educativa outorgada à Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho, entidade cultural sem fins lucrativos, mantida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região.

'catalogação' apresentei uma breve reflexão sobre alguns pontos que foram centrais na minha análise do material.

Um dos pontos da análise foi a identificação, nas charges selecionadas, da construção de um perfil feminino diferente para a figura da "esposa do metalúrgico" e para a figura da "mulher metalúrgica". Em linhas gerais, a esposa do metalúrgico, quase sempre, compõe o universo do lar, lava suas roupas do trabalho, prepara o jantar, se dedica exclusivamente ao mundo doméstico, vive de avental. Por sua vez, a figura da operária metalúrgica, quase sempre, é bastante caricata, tem trejeitos masculinos, se veste como tal (MIANI; SOUZA, 2021).

A discussão após a apresentação dessa análise em sala foi bastante produtiva. A participação de algumas colegas feministas e de outras que já estudavam charge e/ou quadrinhos foi bastante pertinente, suscitando algumas hipóteses para essa construção tão dual e, de certa forma, caricata, da mulher. Uma das suposições levantadas foi a de que os sindicatos da década de 1990 deviam ter poucas mulheres em posições de liderança, ou em suas direções, ou sobre o fato de existirem poucas - ou nenhuma - chargistas mulheres desenhando naquele tempo.

Nessa apresentação ainda surgiu uma discussão sobre o contexto histórico no qual estava inserido o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante os anos 90. Por ter sido um momento de avanço político do neoliberalismo e de baixa efervescência política do movimento sindical, foi um tempo de valorização do discurso da cidadania e de avanço do terceiro setor em diversos espaços do debate político. Inserido nesse contexto, os sindicatos também passaram a atuar numa concepção que ficou conhecida como "sindicalismo cidadão" (VERÁS, 2005; MIANI, 2005).

Esse sindicalismo passou a oferecer uma gama maior de serviços aos trabalhadores, tentou entrar nos lares, dialogar com suas famílias e, a partir daí, a comunicação sindical passou a ter uma constância cada vez maior de charges que tratavam do universo doméstico do trabalhador trazendo, portanto, a figura da esposa. Talvez, diante desse contexto de baixa efervescência política e de sindicalismo cidadão é que tenha surgido essa construção tão estereotipada da esposa e do universo doméstico.

A partir do contato e da vivência com esse material pensei na possibilidade de expandir a análise e submeter um projeto de pesquisa ao processo seletivo do Mestrado em Comunicação da UEL (no qual está vinculada a disciplina cursada como estudante especial); foi o que fiz. A ideia seria ampliar a análise das charges para

além da coletânea, e considerar tudo aquilo que foi publicado de charges no jornal *Tribuna Metalúrgica* durante os anos noventa, guiada pela pergunta: Como a mulher é representada nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* publicadas durante a década de 1990?

Nesse sentido, a expectativa com a pesquisa não será, necessariamente, apontar algo muito diferente do que já constatamos ao analisar a coletânea, ou seja, uma visão bastante estereotipada e dual da mulher trabalhadora no setor metalúrgico e da esposa do trabalhador metalúrgico, com pouca representatividade nas charges e alguns desfechos cômicos que reforçam o machismo. Pelo contrário, nossa hipótese é que a coletânea já deu pistas importantes sobre o que encontraremos no material e, nesse sentido, existe uma forte possibilidade de essas pressuposições se confirmarem.

Além disso, e apesar de as charges serem o objeto dessa pesquisa, arriscaremos apresentar algumas reflexões a respeito das implicações do que estará ali representado e também do porquê das eventuais representações; também já antecipamos que o fato de haver poucas chargistas, poucas lideranças femininas, poucas trabalhadoras metalúrgicas e baixo número de mulheres sindicalizadas na categoria poderá estar na base das principais respostas.

A escolha do período de análise se deve, principalmente, por se tratar de uma década de transição do sindicalismo brasileiro (MIANI, 2005) e também por ser um recorte que engloba as charges da coletânea. Outro fator que foi determinante para a escolha desse recorte temporal se deve à viabilidade da pesquisa, tendo em vista que todo o acervo de jornais - e, conseqüentemente, das charges - se encontra disponível e com fácil acesso. A proposta de pesquisa foi aprovada e, logo no ano de 2019, comecei a dar os primeiros passos para realizá-la. Senti que a possibilidade de estabelecer um contato com os debates acerca das desigualdades de gênero no mundo do trabalho seriam a motivação necessária; faria sentido para mim não só no plano acadêmico, mas também pessoal.

Nesse mesmo ano ingressei como estudante na especialização em Comunicação Popular e Comunitária (CPC), também da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Aos poucos fui aprendendo mais e apurando o meu interesse por esse debate de gênero no universo do trabalho e também no movimento sindical. A discussão sobre a hipótese de as mulheres não ocuparem posições de destaque no movimento sindical, e também sobre a possibilidade de elas não terem espaço nos

processos e na produção da comunicação sindical, me chamou bastante a atenção. Essa nova experiência agregou ainda mais elementos para poder pensar os possíveis desenvolvimentos da referida pesquisa.

Fiquei instigada a compreender - a partir daquelas hipóteses levantadas anteriormente como decorrência da apresentação das charges da coletânea durante a realização da disciplina como estudante especial - qual era o nível e/ou qualidade da participação das mulheres no movimento sindical e na comunicação sindical, trazendo esse debate para a atualidade e pensando a produção ou os processos de comunicação dos sindicatos nos últimos anos. Percebi que essa proposta era muito mais complexa, porque partia de um questionamento mais amplo, que não se detinha apenas no que foi reproduzido nas charges; ela tratava também da própria estrutura do movimento sindical, dialogava diretamente com a problemática de como a mulher trabalhadora participa desse contexto e de como as mulheres nem sempre conseguem emplacar suas pautas específicas ou influenciar nas discussões coletivas ou na produção midiática do movimento.

Porém, justamente por sua maior complexidade, os limites de tempo e as dificuldades de ordem objetiva e subjetiva (principalmente, em razão da pandemia que se abateu sobre a sociedade brasileira e mundial) exigiram prudência em relação ao que seria possível realizar durante o período do mestrado e toda essa disposição e estímulo serão canalizados para o desenvolvimento de um futuro projeto de doutorado.

Diante disso, convencida dos limites para a realização desse projeto de mestrado, podemos explicitar o objetivo geral dessa pesquisa como sendo compreender e problematizar as representações da mulher no mundo trabalho pelo viés da imprensa sindical, mais especificamente, a partir da análise das charges do jornal *Tribuna Metalúrgica*, durante a década de 1990.

A nossa metodologia de pesquisa perpassa a pesquisa bibliográfica sobre sindicalismo brasileiro, comunicação popular, comunicação sindical, bem como estudos sobre as questões do trabalho e sobre as questões de gênero e teorias feministas. Após a revisão de literatura para subsidiar uma discussão sobre as transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram a década de 1990, em especial, na ordem do sindicalismo e da comunicação popular, bem como delimitar um posicionamento teórico acerca das questões de gênero, acreditamos que teremos condições bastante satisfatórias para analisar as charges sindicais do jornal *Tribuna*

*Metalúrgica* de um lugar mais apropriado e qualificado.

Para o cumprimento do objetivo da pesquisa, iniciaremos nossas reflexões apresentando algumas considerações a respeito do sindicalismo no Brasil. Nesse sentido, o primeiro capítulo enfatiza a realidade do sindicalismo brasileiro tomando como referência a respectiva conjuntura econômica, social e política. Depois de uma década marcada pela transição de um regime ditatorial para um processo de redemocratização, a década de 1990 viu emergir um projeto político baseado no ideário neoliberal. A implantação, a consolidação e a intensificação do neoliberalismo na realidade brasileira durante a década de 1990 foram decisivas para o estabelecimento das condições de atuação e de realização de um sindicalismo que, gradativamente, foi abandonando sua vertente combativa derivada do “novo sindicalismo” e se constituindo como um sindicalismo propositivo e moldado ao discurso da cidadania, configurando o que conhecemos como “sindicalismo cidadão”.

No segundo capítulo trataremos do debate sobre trabalho, gênero e sindicalismo apresentando um posicionamento teórico para a condução da pesquisa e promovendo um diálogo entre as questões relacionadas ao trabalho e as questões próprias do debate sobre gênero e sobre o trabalho feminino, sempre procurando relacionar com o contexto específico da organização sindical e, mais propriamente, com a realidade da mulher trabalhadora da categoria metalúrgica.

Na sequência, no capítulo três, procuramos compreender a comunicação sindical como comunicação popular, a fim de explorar e contribuir de maneira transversal tanto nos debates em torno da imprensa sindical, de modo específico, quanto no debate da participação das mulheres na comunicação e no movimento sindical, de modo geral. Além disso, faremos algumas reflexões sobre a importância da charge no contexto da imprensa sindical e apresentaremos as principais características do jornal *Tribuna Metalúrgica*, publicação oficial do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e que disseminou uma das produções chárgicas mais significativas na ordem da comunicação sindical.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a análise do nosso objeto de pesquisa. Começamos apresentando os percursos metodológicos para a realização da pesquisa e, a partir da definição de oito categorias de análise, procuramos mostrar e problematizar a forma como a mulher foi retratada nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* durante a década de 1990.

À medida que identificamos as condições de representação da mulher nas

charges sindicais procuramos entender o porquê dessas representações. De modo geral, procuramos esboçar uma breve reflexão sobre a necessidade de debater classe, raça e gênero de modo dialético, compromisso que deve ser assumido não só pelo movimento sindical, mas também pelos vários atores sociais e movimentos sociais que buscam superar as mazelas do capitalismo, bem como a superação das desigualdades sociais.

## 1. SINDICALISMO: TEORIA E HISTÓRIA (E SUAS CONTRADIÇÕES)

O reconhecimento do antagonismo de classes como força motriz da história foi a grande contribuição de Karl Marx para o entendimento da dinâmica da sociedade e que construiu um novo método de análise para compreender o mundo e suas mazelas sociais. Desde então, a constatação de que, até agora, a história (escrita) de todas as sociedades é a história da luta de classes, e que, no capitalismo, essa divisão se acentua ainda mais formando dois grandes blocos, os burgueses e os proletários (MARX; ENGELS, 2006), foram ganhando contornos mais complexos e outros desdobramentos que não anulam essa oposição, pelo contrário, reforçam-na ainda mais <sup>2</sup>.

O surgimento dos sindicatos partiu dessa oposição: do reconhecimento de que nesse antagonismo, o contrato firmado entre classes opostas, entre aqueles que vendem sua força de trabalho (trabalhadores) e aquele que compra (capitalista), se dá de forma bastante desequilibrada. De um lado, o capitalista, detentor da propriedade e dos meios de produção e, do outro lado, o trabalhador que, diferente do capitalista, por não possuir os meios de produção, não tem outra escolha a não ser vender sua força de trabalho para garantir, minimamente, sua subsistência.

O capital é uma força social concentrada, enquanto que o operário não dispõe senão de sua força produtiva individual. Portanto, o contrato entre o capital e o trabalho nunca pode se estabelecer sobre as bases equitativas, onde que se dê à palavra "equitativa" o sentido alterado que tem em uma sociedade onde as condições materiais estão de um lado e a energia produtiva vital do outro. (MARX; ENGELS, 1980, p.13).

O desequilíbrio se dá, portanto, a partir do fato de o trabalhador não ter livre arbítrio para a escolha, apesar de o Estado capitalista preconizar que esse contrato se dá de forma livre e igual, com pessoas igualmente munidas de direitos. Essa é a crítica de Alysson Leandro Mascaro (2018) ao afirmar que o Estado não é um elemento externo às dinâmicas do capital. A esse respeito alega o autor:

---

<sup>2</sup> A discussão da interação entre classe, raça e gênero é um exemplo dessa complexificação. Trata-se de um debate que o próprio Marx no tempo histórico em que desenvolveu a sua teoria não contemplou; contudo, na medida em que a sociedade foi avançando e essa discussão foi, cada vez mais, sendo pautada, coube aos marxistas (aqueles que se dedicaram à teoria de Marx) refletir, articular sobre a homogeneidade da classe trabalhadora, articular tais fenômenos e 'atualizar' a sua teoria.

Não se pode pensar o Estado como o bem comum ou como o espaço neutro, privilegiado ou potencial de transformação social. Ele é forma inexorável de uma sociabilidade orientada para a acumulação. Assim, o Estado não pode ser distinto de tal sorte. Ele tem sua razão de ser no capital. Também ele arrecada e depende da dinâmica econômica. As constrações do Estado não estão apenas na vontade de seus governantes, mas em sua natureza. (MASCARO, 2018, p.204).

Neste sentido, partindo desse desequilíbrio, em que a burguesia é respaldada pelo Estado, sindicatos “são sociedades de segurança criadas para os próprios operários.” (MARX; ENGELS, 1980, p.10) Aglutinam trabalhadores partindo do ponto de vista de que estes (sozinhos) são o lado mais fraco da relação de compra e venda da força trabalho. Ainda na visão de Marx e Engels (1980), sindicatos são uma forma de reunir a classe tendo em vista que só assim ela terá forças para bater de frente com o capitalista, detentor dos meios de produção. Apesar de assumir que os trabalhadores são o lado mais fraco da relação, Marx e Engels também atentam para o fato de que esta classe reunida pode ser muito forte, principalmente, por ser ela quem desempenha o trabalho produtivo. Afirmam os autores:

Os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos. O que buscam é evitar que, sob a pressão direta de uma miséria particular, que o operário se veja obrigado a se contentar com um salário inferior ao fixado de antemão pela oferta e pela procura em um determinado ramo de atividade, de maneira que o valor da força de trabalho caia abaixo de seu nível tradicional nessa indústria. (MARX; ENGELS, 1980, p.10).

De uma perspectiva econômica, os sindicatos surgem da necessidade de (dentro do próprio capitalismo) garantir condições plenas de vida para a classe trabalhadora que, a partir da revolução industrial na Europa do século XIX, estavam marcadas por péssimas condições de trabalho nas fábricas e também por péssimas condições de vida. Um sindicato é, portanto, um fenômeno oriundo do próprio capitalismo, apesar de (dependendo de seu uso) poder, articulado com outras instituições, vislumbrar algo para além dele.

Perry Anderson (1980, p.42) tratando das possibilidades e dos limites dos sindicatos afirma que "os sindicatos são, dialeticamente, uma oposição ao capitalismo e uma parte dele." Para o referido autor, a teoria sobre sindicalismo, desde Lênin, busca esgarçar as ações dessas instituições numa sociedade capitalista. Anderson

(1980) ainda reforça a opinião de Marx - acrescida das contribuições de Lênin e de Gramsci - de que os sindicatos (sozinhos) não podem ser instrumentos de avanço para o socialismo. Entretanto, essa visão pode estar baseada em um sindicato, exclusivamente, pautado por reivindicações salariais, o que levaria a limitar ainda mais as potencialidades do sindicalismo <sup>3</sup>.

Principalmente, nas primeiras etapas de desenvolvimento do capitalismo, os sindicatos estavam dedicados a questões mais imediatas tais como a luta pelo estabelecimento de um salário mínimo para a classe trabalhadora e pela redução no número de horas da jornada de trabalho. "Sindicatos surgem de uma oposição operária às ordens despóticas do capital, para impedir ou pelo menos minimizar os efeitos dele." (MARX; ENGELS, 1980, p.13) Muitas vezes estas organizações estão limitadas às lutas diárias contra a exploração constante e cíclica <sup>4</sup> do capital (MARX; ENGELS, 1980).

Apesar de ser um fenômeno inserido na ordem capitalista, e de quase sempre estar voltado a uma perspectiva de garantir condições mínimas de trabalho no interior dessa mesma lógica, Marx, na resolução apresentada junto à Associação Internacional dos Trabalhadores, tratando dos sindicatos, atentava para o fato de esta ser uma atividade legítima e necessária e que, apesar de suas limitações, não se poderia abrir mão enquanto existir o capital (MARX; ENGELS, 1980).

Porém, antes de seguirmos com uma reflexão sobre a natureza e a construção histórica do sindicalismo, em especial na realidade brasileira, temos a necessidade de fazermos um parêntesis para situar a problemática de gênero no contexto do sindicalismo. Até porque a mesma lógica tratada anteriormente pode ser transposta para o debate de gênero, pois, apesar de a superação da sociedade capitalista apontar para uma pretensa mudança também em aspectos culturais e comportamentais, no que tange o patriarcado e suas oriundas desigualdades, não se deve abrir mão dessa luta, ainda que nesse tempo histórico, da mesma forma que os sindicatos não devem abrir mão de suas pautas específicas (jornada de trabalho, piso

---

<sup>3</sup> A análise sobre sindicatos muda um pouco de figura quando pensamos no sindicalismo brasileiro combativo dos anos 80, por exemplo, por não estarem somente atuando sobre a dimensão salarial (econômica) e sim partindo para outras questões que envolvem também o desenvolvimento crítico e uma formação política da classe trabalhadora. Em todo caso, é necessário mais do que sindicatos comprometidos para migrarmos para outra forma de socialização, até porque ele é uma parte do capitalismo e, em certa medida, reproduz algumas lógicas desse sistema.

<sup>4</sup> Marx e Engels (1980) apontam para o fato de no capitalismo as crises econômicas serem cíclicas. Sindicatos, dentro dessa lógica, assumem esse compromisso constante, ora em conseguir progressos e ora em lutar contra os retrocessos causados por essas crises.

salário). Pelo contrário, na medida em que as relações de classe vão se tornando mais complexas, as entidades sindicais devem ir além da dimensão material indicada por Marx, assumindo também uma posição de destaque na emancipação da classe trabalhadora nessa dimensão comportamental, cultural, política e intelectual <sup>5</sup>.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (2006), ainda muito jovens - distantes da maturidade intelectual que alcançariam na publicação de *O capital* - usam de uma linguagem bastante transgressora e coloquial para explicar à classe trabalhadora qual o seu lado na luta de classes. Entretanto, pelo menos nesses estudos iniciais, Engels e Marx pensam a classe proletária numa condição de exploração uniforme e homogênea, apesar de reconhecer as diferenças salariais - sem muito questioná-las - de acordo com gênero e idade: "Diferenças de sexo e idade já não tem valor social para a classe operária. Restam apenas instrumentos de trabalho, cujo custo varia em função da idade e do sexo." (MARX; ENGELS, 2006, p.36).

Sabe-se que as obras de Marx e Engels entraram muito pouco no debate de gênero e também no debate identitário. O único texto que se dedica, em certa medida, a essa seara é *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, uma obra de Engels escrita a partir de anotações de Marx sobre os estudos de Morgan (ENGELS, 2010). Os estudos apresentam um debate introdutório sobre a construção sócio-histórica da família e do estado burguês servindo para introduzir os debates de gênero na teoria marxista, principalmente, por olhar para essas relações por um viés histórico e social, a partir do método dialético e não por um viés biológico como ocorria até então.

Quando pensamos que a transformação da sociedade, no que tange à cultura e às questões comportamentais, devem ocorrer concomitantemente com uma mudança na base econômica - e que, portanto, não é possível superar as desigualdades de classe, raça e gênero sem uma completa superação do próprio capitalismo - e também quando pensamos que as instituições sociais, sobretudo, as mais progressistas ou de militância - sindicatos, partidos, movimentos sociais - são realidades que existem e funcionam dentro do sistema capitalista e são permeadas ou atravessadas por ele, é

---

<sup>5</sup> Estamos entendendo aqui que os debates sobre a igualdade de gênero e superação do patriarcado estão contemplados nestes aspectos culturais, comportamentais e intelectuais que devem ser disseminados entre a classe trabalhadora e que, portanto, trata-se de uma pauta que deve ser assumida pelos sindicatos na atualidade.

comum certo pessimismo (como se não tivéssemos nada a fazer) dado a nossa suposta impotência contra o sistema, como se não adiantasse tratar desses temas ou lutar contra as desigualdades na lógica do capital, já que mesmo as resistências assumem formas sociais que são oriundas do próprio capitalismo. Sobre esse impasse Mascaro aponta:

No entanto, tal superação exige uma saída relacionada a essas próprias formas. Por isso, a constatação do impasse estrutural é, também, a necessidade de se agarrar às frestas das energias transformadoras, progressistas e libertárias que saltam das lutas no capitalismo. Se os partidos progressistas radicais, os sindicatos e os movimentos populares se constituem pelas formas sociais capitalistas e nelas sempre esbarram, são ao mesmo tempo espaços de relações sociais, políticas, culturais e valorativas fundamentais, na medida em que por eles podem passar práticas distintas daquelas da lógica da mercadoria, revelando-se, ainda e então, meios de aglutinar e ensejar forças maiores que possam desaguar em lutas socialistas. (MASCARO, 2018, p.214).

No geral, o próprio marxismo tem muitas divergências de interpretações e a partir dessas diferenças podemos também extrair concepções variadas para lidar com o debate da desigualdade de gênero. Porém, em síntese, um ponto importante a ser destacado nesse trabalho é que, primeiro, estamos pensando a classe trabalhadora de maneira heterogênea. E, segundo, que defendemos que a mudança na base econômica e material são questões importantes para superar outras desigualdades que se encaixam mais facilmente no aspecto cultural, tais como o machismo e a misoginia.

Assim como o sindicato, a comunicação realizada no interior desses espaços também não estará 'blindada' ao capital; assumirá uma forma social que é, em parte, oriunda da própria organização e mercantilização da mercadoria. Ou seja, mesmo nas organizações sindicais, cujo comprometimento é com a classe trabalhadora, a comunicação, por vezes, terá um formato que é próprio desse sistema e não estará completamente isenta de reproduzir alguns de seus estereótipos e/ou ideologias.

O que nos instiga nessa pesquisa é pensar que mesmo dentro dessas instituições a reprodução do sectarismo tenha se perpetuado por tanto tempo, sendo um problema até a atualidade. É comum mulheres da militância (seja ela no sindicato ou não) acusarem seus companheiros de reproduzirem o machismo no interior do coletivo. Toda essa realidade nos leva a refletir sobre a importância da mudança da

base econômica - afinal, ainda estamos tratando de organizações e comportamentos de uma esquerda que está sob uma base capitalista -, mas também nos leva a uma reflexão sobre a necessidade de esses espaços se comprometerem mais com a luta contra todas as formas de machismo, fugindo das amarras estruturais que o fazem reproduzir a cultura patriarcal e os comportamentos machistas.

Por outro lado, tal situação também nos leva a outro impasse, traduzidos nas seguintes questões: Será que o avanço para outra lógica de sociabilidade, a partir de uma transformação da base econômica, vai nos livrar por completo das desigualdades de gênero e de raça, tendo em vista que organizações e movimentos sociais que, em tese, são guiadas por uma oposição ao capitalismo reproduzem tais lógicas? Por outro lado, pensando nos limites do sindicalismo colocado por Perry Anderson (1980), será que os sindicatos estão de fato engajados na superação desse sistema econômico que reproduz tais comportamentos? Ou, será que estas lideranças sindicais não estão conscientes de que a reprodução do machismo é fruto da dinâmica do capital e ainda assim perpetuam esses comportamentos na sociedade?

São questionamentos que as condições de tempo e de espaço para essa pesquisa não têm condições de responder, mas que fazem parte do rol de inquietações que fizeram esse projeto existir. Elencamos aqui dois interesses que motivam esse trabalho: primeiro, refletir sobre a reprodução dessa lógica no interior do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, segundo, apresentar algumas possibilidades para que as bandeiras de classe, raça e gênero sejam cada vez mais transversais nesses espaços.

A comunicação, mais especificamente, as charges produzidas e reproduzidas por esse sindicato são o fio condutor de nossa discussão que está centrada numa década em específico, a década de 1990. A proposta desse tópico é entender que a natureza dos sindicatos é a de ser uma expressão do capital, ainda que se oponha, que se coloque como uma reação ao sistema e que, portanto, se trata de um espaço permeado de contradições, que se expressam, se materializam em suas ações e seus produtos de comunicação, ainda que estas assumam uma vertente popular e classista.

## 1.1. SINDICALISMO NO BRASIL

Os sindicatos surgiram a partir da industrialização na Europa, que esteve condicionada ao surgimento de uma classe operária. Antes do surgimento das primeiras fábricas e do maquinário - que causaria a aceleração das etapas do trabalho e a produção em larga escala -, a cadeia de produção era iniciada e terminada por uma mesma pessoa, o artesão, que, com sua família, comercializava seus produtos em baixa escala. A chegada da industrialização fez com que esse artesão não tivesse poder competitivo com as fábricas, já que o processo de produção era menos custoso e oneroso. Para manusear as máquinas era necessária mão-de-obra e “os artesãos se viram obrigados a trabalhar para os empresários, assim como milhares de trabalhadores da cidade do campo.” (ROSSI; GERAB, 2009, p.17) O cultivo da terra já não tinha a centralidade da Idade Média provocando o êxodo dos trabalhadores do campo.

Com um número expressivo de artesãos fechando seus negócios familiares e buscando empregos nas fábricas e com a migração dos trabalhadores do campo para a cidade formou-se uma massa operária volumosa, gerando também muita competitividade no mercado de trabalho. Tal competitividade resultou em condições extremamente precárias, jornadas abusivas, baixos salários, precarização:

Os empresários viram a chance de aumentar seus lucros rebaixando os salários, oferecendo em troca emprego para as mulheres e crianças, todos eles submetidos às duras jornadas, em precárias condições de higiene, ventilação e sem proteção contra acidentes. (ROSSI; GERAB, 2009, p.18).

A recém formada classe trabalhadora não sabia muito bem como se opor a essa precarização já que as iniciativas individuais acabavam por gerar demissões. As primeiras lutas conjuntas de quebra-quebra nas fábricas tiveram êxito parcial; os burgueses, além de demitir aqueles que protestavam, denunciavam o trabalhador para que ele não arrumasse emprego também em outras fábricas.

Ainda assim surgiram algumas iniciativas, como as dos Ludistas (1812) e dos Cartistas (1848). Depois de um longo período começaram a surgir movimentos organizados em torno das fábricas influenciados, principalmente, por ideais socialistas e anarquistas que, posteriormente, contribuíram na experiência da Comuna de Paris

(1871). A respeito dos referidos movimentos, Waldemar Rossi e William Jorge Gerab (2009, p.20), afirmam:

Essa ação foi uma revolução, também, da luta contra o alto custo de vida (congelamento dos aluguéis), a superexploração do trabalho (trabalho noturno dos padeiros), a intervenção religiosa do estado, sendo que pretendia, ainda, a supressão dos exercícios permanentes, a criação de sociedades cooperativas, a reforma do ensino primário e profissional.

A partir de então, começaram a surgir organizações nas fábricas e depois Inter fábricas que deram origem aos sindicatos. No Brasil, o sindicalismo vai se desenvolver bem mais tarde, até mesmo por seu processo histórico por ser um país colonizado para exploração, em que a escravidão foi a principal mão-de-obra por muito tempo.

A proibição do tráfico internacional de escravos e o fim da escravidão no Brasil (1888) forneceriam alguns dos elementos necessários para o início da industrialização brasileira. Essas e outras mudanças no cenário internacional movem os fazendeiros a aplicar o dinheiro, que antes usavam na compra de escravos, para aquisição das máquinas que deram origem às fábricas de tecidos e industrialização de alimentos. (ROSSI; GERAB, 2009, p.22).

Dada as proporções geográficas do país, o desenvolvimento da industrialização brasileira se deu de forma bastante desigual. O cultivo do café enriqueceu os fazendeiros que, posteriormente, investiram em maquinários e os bancos, por sua vez, passaram a se fixar no polo mais economicamente ativo, justamente, onde dinheiro da cultura cafeeira circulava. Com o fim da escravidão e com a industrialização viu-se a necessidade de constituir uma mão-de-obra para as fábricas, que foi formada basicamente por ex-escravos e, fundamentalmente, por imigrantes de países da Europa e do Japão, conforme afirmam Rossi e Gerab (2009, p.24):

Os trabalhadores brasileiros não tinham experiências de trabalho na produção industrial e também das lutas operárias. Esse problema foi resolvido com um amplo programa de imigração envolvendo camponeses e operários europeus, principalmente italianos e espanhóis, mas também alemães, eslavos, etc, que enfrentam crise de emprego em seu país de origem, imigração que já vinha atendendo ao mesmo problema existente no campo.

Como na Europa o movimento operário já estava bem estruturado, boa parte dos imigrantes começou a se organizar para lutar por direitos trabalhistas no Brasil, que era um país atrasado em relação aos países europeus. Esses trabalhadores iniciam um enfrentamento exigindo jornada de oito horas de trabalho e leis para o trabalho de crianças e mulheres. O sindicalismo brasileiro foi criando corpo influenciado por ideais anarquistas e socialistas que chegaram junto com a experiência industrial desses imigrantes. “Esses trabalhadores e militantes sindicais, apesar de suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro.” (ROSSI; GERAB, 2009, p.24).

A Revolução Russa (1917) também influenciaria o mundo e os operários em diversos países, repercutindo por muitos anos os ideários socialistas, inclusive, no Brasil. O ano de 1917 vai ser marcado por várias greves que trouxe algumas conquistas, fazendo surgir também as primeiras leis trabalhistas. Por outro lado, cresceu também a violência contra os trabalhadores e a repressão contra as manifestações durante os governos da política do “café com leite”.

A fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, assim como outros agrupamentos políticos (ROSSI; GERAB, 2009), foram conferindo diferenças políticas no sindicalismo brasileiro, influenciados basicamente por quatro correntes: socialistas, comunistas, anarquistas e católicos (GIANNOTTI, 2007).

A crise de 1929 impactou diversos países da América Latina, marcados por uma industrialização em desenvolvimento e uma economia (ainda) voltada para a exportação de produtos primários; tal situação resultaria também em várias crises políticas e no rompimento da política do “café com leite”, formando um cenário que possibilitou a ascensão de Getúlio Vargas. “Assumindo o poder, Vargas leva o projeto da Burguesia à frente. Ao mesmo tempo, cede a certas pressões do proletariado, criando, porém, instrumentos para controlá-lo.” (ROSSI; GERAB, 2009, p.24).

É sabido que Getúlio Vargas instituiu importantes leis trabalhistas que marcam a história política do Brasil; criou o Ministério do Trabalho em 1931 e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1939. Foi no governo getulista também que passamos a ter a lei da sindicalização que tutela o sindicato ao Estado; os sindicatos passaram a ser uma entidade de direito público que atua em colaboração com o Estado. “A partir de então centenas de sindicatos oficiais são criados com a intenção clara de fazer crer que a história do sindicalismo começa ali.” (ROSSI; GERAB, 2009, p.34).

Sobre a configuração dos sindicatos no Brasil, Vito Giannotti (2014, p.137) vai afirmar que:

Pela nossa história sindical mais que secular podemos dividir os sindicatos em dois grandes blocos. Sindicatos que, de uma forma ou de outra, lutam ou querem lutar pelos trabalhadores e sindicatos de “carimbo”. Os primeiros são não mais do que um quarto dos sindicatos do país. Os outros são a grande maioria, uns 15 mil sobre os cerca de 20 mil cadastrados. Historicamente, estes dois blocos respondem a duas visões básicas sobre a função dos sindicatos. A primeira, no mundo, nasceu no campo das lutas operárias do século XIX e foi fortemente influenciada pelas ideias socialistas que se opunham radicalmente à visão capitalista liberal dominante.

Apesar das amarras do Estado, o movimento sindical se manteve resistente, inclusive, se expandindo para o campo, com a sindicalização de trabalhadores rurais, buscando as reformas de base cuja principal bandeira era a reforma agrária. A partir de 1964 instaura-se a ditadura civil-militar e, assim como diversos movimentos políticos, os sindicatos passaram a sofrer forte repressão de Estado:

O sindicalismo, devido a sua ambiguidade política, sem raízes profundas nas fábricas, não teve forças sequer para realizar uma greve de resistência. Centenas de sindicatos foram fechados, submetidos à intervenção e inúmeros de seus dirigentes foram presos foragidos. Milhares de delegados sindicais foram perseguidos com prisões, perda de emprego ou obrigados à vida de clandestinidade. Quantos foram assassinados, falta ainda conferir. (ROSSI; GERAB, 2009, p.45).

Após um longo período de ostracismo, os sindicatos voltaram à cena política nacional na luta contra a ditadura civil-militar, em especial, a partir da segunda metade da década de 1970. A insatisfação da população aumentava e a luta contra a ditadura foi envolvendo diversos atores da sociedade (igreja, classe operária, trabalhadores rurais, intelectuais, movimento popular, movimento estudantil, movimentos de mulheres) que culminaram em um período efervescente de greves nos anos de 1978, 1979 e 1980, principalmente, na região do ABC paulista, conforme balanço político registrado pela CUT em seu site oficial:

De 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura. Porém, no final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se no país um amplo

processo de reestruturação da sociedade. Este período registra, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização.

A partir de uma retomada política dos sindicatos na luta pela redemocratização da sociedade brasileira, a necessidade de unificar as lutas fez surgir a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no ano de 1983, que cresceu rapidamente e que estava marcado por um viés combativo. Durante a década de 1980 os sindicatos combativos exerceram a hegemonia na CUT (ROSSI; GERAB, 2009). Essa década, historicamente, foi um momento de forte ascensão do movimento sindical não só no que dizia respeito às questões que envolvem a oposição capital e trabalho, mas também nas questões políticas e sociais e pela forte oposição à ditadura.

Vale destacar que os sindicatos fizeram parte de uma frente ampla pela democratização da sociedade brasileira e que esse movimento obteve importantes apoios por parte de vários países na América Latina. Essa luta contou com diversos atores sociais; no Brasil, destacamos o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que formaram um complexo de movimentos populares que abraçou pautas políticas e também assistenciais. Nesse contexto, esses movimentos foram dialogando com as classes populares por meio de uma forma bem específica de comunicação, um campo ao qual enquadrámos a comunicação sindical.

## **1.2. A CONJUNTURA NEOLIBERAL E O MOVIMENTO SINDICAL NA DÉCADA DE 1990**

Historicamente, a década de 1990 foi marcada por um forte avanço da globalização e do neoliberalismo em diversos países da América Latina. O movimento sindical brasileiro não passaria ileso pelos desdobramentos dessa realidade econômica e política que passou a imperar, em especial, no território latino-americano. Nesse contexto, a classe trabalhadora também foi se transformando de acordo com o cenário econômico de desigualdade acentuada que se instaurou como resultado da abertura do mercado mundial e da globalização.

Como decorrência do Consenso de Washington (1989), o ideário neoliberal ganhou projeção nos países latino-americanos, principalmente, naqueles países cujos governos atendiam, de modo subordinado, aos interesses do capitalismo

internacional. No Brasil, com a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989, o neoliberalismo teve portas abertas para se instalar.

Sob orientação dos organismos internacionais - principalmente, o Banco Mundial e a Fundo Monetário Internacional (FMI) - a política econômica aplicada pelo governo Collor (1990-1992), baseada na abertura indiscriminada da economia brasileira ao mercado internacional e em políticas de austeridade - que resultou, dentre outras ações, no confisco da caderneta de poupança, na mudança da moeda e no enxugamento do funcionalismo público -, contemplou plenamente os interesses da burguesia internacional e impulsionou mudanças que tiveram grande impacto na vida da classe trabalhadora.

Apesar de Fernando Collor de Mello não ter concluído seu mandato presidencial - tendo sido o então presidente afastado do cargo após um processo de *impeachment* - o projeto neoliberal não chegou a sofrer grandes revezes. Depois de um período bastante controverso, quando o Brasil foi governado por Itamar Franco, a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente, por ter sido o proponente do Plano Real ainda quando era ministro da Economia do governo Itamar Franco (1992-1994), reativou a força do projeto neoliberal no Brasil.

Com o sucesso do Plano Real, FHC se credenciou como o principal candidato da burguesia nacional e internacional e, na disputa eleitoral pela Presidência da República em 1994, venceu o pleito em primeiro turno. A partir de então, por dois mandatos consecutivos, o governo FHC (1995-2002) consolidou e intensificou as bases neoliberais na economia e na sociedade brasileira. Principalmente, por meio de um “projeto de modernização”, amparado em uma política econômica baseada na estabilização e na desestatização da economia, o governo FHC promoveu uma verdadeira “ofensiva neoliberal” (MIANI, 2005).

Toda essa conjuntura neoliberal que marcou a realidade brasileira durante a década de 1990 afetou profundamente a atuação (e mesmo a concepção) do movimento sindical brasileiro. Diante das dificuldades e dos desafios impostos aos trabalhadores, principalmente, em decorrência dos altos índices de inflação (pelo menos, até a implantação do Plano Real) e também do crescente desemprego - como resultado dos processos de reestruturação produtiva que, concomitantemente, à implementação das políticas neoliberais, produziu o desemprego estrutural crônico na realidade brasileira - o movimento sindical se viu enredado em ações meramente reativas no sentido de tentar impedir maiores prejuízos aos trabalhadores.

Nesse sentido, a ação sindical propriamente dita girava em torno da realização de campanhas salariais que pudessem evitar um maior arrocho salarial, bem como impedir a perda de direitos trabalhistas. Além disso, as principais lideranças sindicais, por meio de suas centrais sindicais, procuravam garantir espaços de negociação com o governo na tentativa de conter os avanços indiscriminados do projeto neoliberal e, de modo propositivo, apresentar propostas que, de alguma forma, pudessem garantir que os interesses dos trabalhadores fossem, ao menos, ouvidos.

Enfim, a perspectiva combativa que havia marcado o sindicalismo brasileiro durante a década de 1980, a partir dos pressupostos do “novo sindicalismo”, foi sendo “minada” por uma conjuntura amplamente desfavorável para a luta política e sindical classista - principalmente, pela ofensiva neoliberal e pelo desenvolvimento do “novo complexo de reestruturação produtiva” - e conduziu o movimento sindical a uma atuação defensiva e “propositiva”, caracterizada por Giovanni Alves (2000) como de “concertação social”. Ainda para o referido autor:

A nova ofensiva do capital na produção constituiu um novo (e precário) mundo do trabalho que, por um lado, tende a apresentar limites estruturais para a prática sindical de contestação à lógica do capital no campo da produção, e, ao mesmo tempo, a impulsionar o desenvolvimento de um sindicalismo de participação de cariz neocorporativo. A constituição de um novo (e precário) mundo do trabalho expôs, às claras, os verdadeiros limites do sindicalismo moderno em se contrapor, a partir de si mesmo, à lógica perversa do capital no campo da produção. (ALVES, 2000, p.302).

As analisar esse processo, Alves (2000) afirmou que as novas estratégias capitalistas de produção afetaram diretamente a prática sindical dos metalúrgicos do ABC e descreveu assim tais implicações:

O abandono do ‘sindicalismo de confronto’, que caracterizou a época de surgimento do ‘novo sindicalismo’, de 1978-1980, é perceptível. A partir de 1987, consolidava-se uma nova orientação sindical dos metalúrgicos, mais defensiva e mais disposta, de certo modo, à negociação com o capital, procurando adequar a luta sindical à nova ofensiva do capital na produção (e às novas regras do ‘jogo democrático’). (ALVES, 2000, p.311).

Todo esse processo de abandono da perspectiva combativa e classista do sindicalismo brasileiro, perpassado por um momento de atuação propositiva, encontrou eco no chamado “discurso da cidadania”. Como desdobramento, emergiu

em fins da década de 1990 uma nova formulação e concepção de sindicalismo que ficou conhecido como “sindicalismo cidadão”; na prática, tratava-se de um novo jeito de ser e de fazer sindicalismo em tempos de neoliberalismo.

### **1.3. A ETAPA DO SINDICALISMO CIDADÃO**

Durante a década de 1990 no Brasil vimos emergir com força a defesa dos chamados valores da cidadania. A referência aos direitos e deveres do cidadão se constituiu como primazia na ordem dos discursos sociais e políticos. Se por um lado, a sociedade sofria com as mazelas das políticas neoliberais, por outro lado, reivindicar ou clamar por cidadania conferia ao sujeito uma (suposta) condição de dignidade que alimentava seu desejo por mudanças.

As políticas sociais impulsionadas pelos respectivos governos agregavam tanto quanto possível o discurso da cidadania; ou seja, concomitantemente, ao atendimento de necessidades fundamentais da população brasileira - principalmente, dos setores mais empobrecidos - por meio de políticas sociais, disseminava-se a certeza de que se tratava da garantia de um direito.

Esse pensamento tomou conta da sociedade e a cidadania se tornou o próprio projeto social a ser praticado e defendido. Não havia sequer um único grupo social ou organização política que não falasse em nome da cidadania. E isso não tardou a contagiar, também, o movimento sindical que, a partir de resoluções políticas de sindicatos, de federações sindicais e de centrais sindicais foi tomando vulto e se institucionalizou numa nova concepção sindical que passou a ser caracterizada como “sindicalismo cidadão”.

No caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), outrora principal expoente de um sindicalismo combativo, a incorporação da concepção do “sindicalismo cidadão” foi assim descrita por Roberto Vêras de Oliveira (2005, p.264):

O discurso da CUT incorpora cada vez mais a expressão “sindicato cidadão”, para (não sem tensões internas) designar, em um contexto adverso, uma prática sindical de caráter mais “propositivo”, que toma como centrais a defesa do emprego e dos direitos sociais, que busca ampliar a atuação nos espaços institucionais e influir de maneira mais direta na formulação e execução de políticas sociais, que procura articular-se mais fortemente com outras organizações e movimentos sociais, seja no âmbito local (sob o tema do “poder local”) e nacional

(sob a discussão de um “projeto nacional”), seja no âmbito internacional.

Nesse contexto, os sindicatos foram se legitimando como mediadores de reivindicações de natureza social e assistencial para além das demandas corporativas e economicistas dos trabalhadores de suas respectivas categorias. Não se trata aqui de estabelecer uma crítica destrutiva a esse tipo de prática sindical - nem mesmo a essa concepção de sindicalismo, até porque isso exigiria uma imersão reflexiva que não se apresenta como objetivo para esta pesquisa -, mas não poderíamos deixar de demarcar que essa perspectiva política assumida pelo sindicalismo brasileiro a partir do final da década de 1990 produziu impasses - e mesmo crises - que produziram uma derrocada no sindicalismo combativo brasileiro. Nessa perspectiva crítica, Rozinaldo Antonio Miani (2005, p.309-310) apresenta a seguinte síntese:

Enfim, no discurso sindical, sob a bandeira da cidadania, o que era objetivo intermediário (conquistas sociais em geral) se converteu em horizonte político estratégico, dimensionado pela garantias constitucionais (essencialmente burguesas e legitimadas pela lógica do capital); além disso, as contradições de classe ficaram minimizadas na medida em que a busca e a garantia de cidadania faziam parte do contexto discursivo de trabalhadores, governo e patrões, em medidas diferentes, mas todos à sua maneira fazendo coro em direção à conquista da cidadania.

Ainda como expressão das contradições envolvendo a concepção de “sindicalismo cidadão”, vale destacar que apesar de procurar estabelecer uma sintonia da prática sindical com o discurso da cidadania, questões envolvendo os direitos sociais e políticos de grupos e segmentos socialmente oprimidos ou marginalizados (como as mulheres e negros) não necessariamente passaram a ser tratados adequadamente no interior da dinâmica sindical.

## 2. TRABALHO, GÊNERO E SINDICALISMO

A maioria dos estudos que se propõe a discutir as desigualdades de gênero ou raça quase sempre o faz tomando como parâmetro questões identitárias e culturais. A discussão sobre as desigualdades produzidas e reproduzidas pelo sistema capitalista, e como elas operam e se reforçam de modo simultâneo formando um esquema opressor - determinantes para a perpetuação do próprio sistema - ficam em segundo plano.

O detrimento de um aspecto desse esquema em favorecimento de outro faz com que o problema da dominação seja visto de forma parcial. Essa pesquisa suscita algumas questões sobre trabalho, gênero e sindicalismo. Nesse caso específico, nosso propósito é relacionar esses três elementos de maneira dialética, considerando como pressuposto metodológico a necessidade de relacionar a tríade classe, raça e gênero, sobretudo, para tratar da baixa participação das mulheres no movimento sindical e da pouca expressividade que esse debate teve nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990.

Estamos considerando que classe, raça e gênero são sistemas opressores coextensivos (KERGOAT, 2010) que entram em relações determinadas para fomentar e perpetuar o próprio capitalismo. Reconhecemos ainda, nesta pesquisa, que nesse esquema de opressão de classe, de raça e de gênero, que a categoria trabalho (vinculada à ideia de classe) se coloca como uma maneira de integração social bastante polêmica e que, em seu sentido ontológico, se faz por um processo humano de transformação da natureza ao qual seres humanos se fazem existir e pertencer ao mundo.

Neste sentido, entendemos que a grande virtude marxista foi se debruçar sobre o trabalho, no modo de produção capitalista, e entendê-lo como um processo que transformou a capacidade ontológica do homem - de transformar a natureza - em um processo de produção de mercadorias. Assim, trabalho deixou de ser, essencialmente, uma atividade vital humana para se tornar, fundamentalmente, uma atividade produtiva (que gera mais-valia <sup>6</sup>) e, com isso, o tempo despendido por uma mãe para cuidar de seu filho, nesse sistema, não é entendido como um trabalho. Muito

---

<sup>6</sup> Mais-valia é um conceito no âmbito da Economia Política, desenvolvido por Karl Marx, que se aplica àquela parte da força de trabalho despendida por um determinado trabalhador na produção, mas que não é remunerado pelo patrão.

embora, do ponto de vista teórico, Marx e Engels tenham se dedicado muito pouco sobre a opressão que o capitalismo produziu e produz sobre as mulheres.

Esse processo, de aprofundar as relações do pensamento marxista com o debate de gênero, foi realizado mais tarde por correntes feministas que elaboraram uma teoria baseada na divisão de classes. Contudo, as críticas sobre esse feminismo marxista recaem sobre o fato de enxergarem as discussões sobre gênero por uma perspectiva economicista, o que reduz as dificuldades das mulheres à sua capacidade de realizar trabalho (no sentido de produzir mercadorias).

Os principais críticos desse feminismo, certamente, estão no ‘guarda-chuva’ pós-moderno, cuja principal teoria de gênero se destaca na figura de Joan Scott (1995). De maneira bastante simplificada, Scott trata de relações de poderes desiguais e o gênero é uma das primeiras formas de manifestação dessas desigualdades. No entanto, para Scott, estas desigualdades são flutuantes, não sendo possível consolidar grupos dominantes, algo que contraria a conjuntura de classe e as teorias marxistas, cuja história se traduz em dois grandes polos antagônicos.

Neste capítulo discutiremos as interações entre trabalho, gênero e sindicalismo a fim de entender as construções sociais e históricas que se estabelecem entre essas categorias. O objetivo aqui não é, portanto, favorecer a pauta de trabalho em detrimento da pauta de gênero ou vice-versa, muito embora as entidades sindicais tenham feito isso, mas, tão somente, entender que essas categorias de análise se sobrepõem umas às outras na realidade concreta. A intenção nessa etapa da pesquisa é compreender a dinâmica social que ocasionou uma baixa participação de mulheres em diretorias sindicais e, conseqüentemente, sua relativa ausência na comunicação sindical e nas charges sindicais.

Outro fator que nos leva a desenvolver esse percurso é a hipótese de que o sindicalismo, apesar de ser um movimento social de refluxo do capitalismo, se orienta nele e acaba por reproduzir suas lógicas. Por esse aspecto, compreendemos que entender as desigualdades históricas de gênero, a divisão sexual do trabalho e as interações estabelecidas entre esses dois elementos são condições importantes para refletir sobre a participação e a representatividade de mulheres nos sindicatos e na comunicação sindical, bem como ter bases para analisar os limites da representação que se produz sobre a mulher no contexto das charges sindicais.

O capítulo se apresenta a partir da escolha - e sua respectiva justificativa - pela nomenclatura “gênero”, em detrimento de outras nomeações, para essa categoria de

análise. Também é relevante reforçar que a escolha do termo “gênero” se faz mais pertinente se considerarmos o tempo histórico das charges (a década de 1990) e o referencial teórico utilizado, já que grande parte das autoras que subsidiam nossas reflexões se vale desse termo para suas construções teóricas. Vale ressaltar, de antemão, a ponderação de que essa pesquisa possui algumas limitações, pois decidimos não explorar outras perspectivas teóricas que não as baseadas em um sistema binário.

## **2.1. POSICIONAMENTO TEÓRICO: A ESCOLHA DA NOMENCLATURA "GÊNERO"**

As primeiras contribuições para desnaturalizar as diferenças e as desigualdades entre homens e mulheres surgem com a obra *Segundo Sexo*<sup>7</sup>, de Simone de Beauvoir (1967). A partir de então, pudemos compreender os aspectos sociológicos que circundam tais desigualdades e refletir sobre a oposição existente entre natureza e cultura como uma delimitação importante realizada pelas primeiras correntes feministas. Os aspectos biológicos e essencialistas é que, até então, nos davam a noção de que a mulher estaria para a natureza, assim como o homem estaria para a cultura. Nesse contexto, o conceito de gênero se desenvolveu e foi se difundindo, em oposição ao conceito de sexo, criando, aos poucos, uma categoria importante para analisar o fenômeno da desigualdade entre homens e mulheres.

O principal argumento em torno dessas correntes é o de que a desigualdade não é natural e, sim, construída socialmente. A noção de sexo expressa a ideia de natureza; trata-se da caracterização anatomofisiológica dos seres humanos ou a atividade sexual propriamente dita e sua consequente função reprodutora. Por sua vez, a noção de gênero permite as distinções entre as dimensões biológica e social, rompendo com a crença de que o corpo/sexo determina o destino de homens e mulheres. Apesar de ainda ser parte de um sistema binário<sup>8</sup> com o conceito de gênero estamos estruturando uma crítica que se debruça sobre as hierarquias de poder existentes nas relações sociais e nas instituições.

---

<sup>7</sup> A obra, apesar de dar abertura para estudar a desigualdade entre homens e mulheres por um viés sociológico, possui algumas fragilidades, entre elas, uma concepção existencialista.

<sup>8</sup> Sabe-se que as discussões em torno do binarismo são limitadas. Debates teóricos posteriores tratam, inclusive, da necessidade de um não-binarismo; todavia, este trabalho, por se dedicar a uma análise de charges dos anos 90, considera suficiente realizar a simples distinção entre sexo e gênero, a fim de tratar dessas desigualdades a partir de um viés econômico, histórico e social.

Por esse aspecto, o que se pretende aqui é defender a convicção de que ser homem ou ser mulher é mais do que possuir um determinado órgão genital, e tal proposição sociológica nos leva a reflexões e atualizações importantes no campo do feminismo, sobretudo naquele tempo, baseado numa desigualdade de gênero advinda de um núcleo social e cultural. É nesse sentido que se apresenta a contribuição de Maria Jesus Izquierdo (1990) ao tratar do sistema sexo/gênero e traçar algumas categorias que servem como ponto de partida para nossa análise. A esse respeito, afirma Izquierdo (1990, p.3):

No caso dos seres humanos, mesmo que não sejamos unicamente produtos da natureza, senão que também somos na mesma medida produtos de uma certa cultura, homem e mulher são palavras que vão muito além do sexo e servem para atribuir características que extrapolam o âmbito da biologia.

Izquierdo (1990) ainda fomenta três níveis de análise para a nomenclatura de gênero: primeiramente, aquele baseado em características biológicas, portanto, as de sexo, ou seja: macho e fêmea; posteriormente, o nível que fundamenta a categoria gênero, baseado em características histórico-culturais: feminino e masculino; por fim, o nível que abrange a identidade psicosssexual: heterossexual, bissexual e homossexual. Todos esses níveis de interpretação se relacionam de maneiras diversas e podem causar certa confusão, sobretudo, quando as pessoas não se identificam com o sistema dominante representado no esquema: fêmea, do gênero feminino e heterossexual.

Ainda pensando no corpo dos sujeitos por um aspecto biológico, Izquierdo (1990) atenta para o fato de os seres humanos serem uma espécie de dotação genética mais variável e que, por este aspecto, não é possível dizer que existem sujeitos iguais. Além disso, diferente das demais espécies, os seres humanos são mais influenciados pelo meio; somos seres muito mais maleáveis, nos construímos enquanto sujeitos em contato com o meio e o nosso meio é mais variado do que os de outros seres porque temos a capacidade de transformar a natureza e construir e habitar uma variedade maior de lugares do planeta.

Nesse sentido, Izquierdo (1990) recorre à obra *Contribuição à crítica economia política* de Marx (2008) e transpõe seu pensamento sobre o aspecto econômico e de classe para as relações socialmente determinada na divisão sexual e de gêneros. Nas palavras de Marx (2008, p.47):

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social que determina a consciência.

Seguindo o argumento de Marx, Izquierdo aponta que a sociedade vai se forjando numa lógica de distribuição de atividades e de responsabilidades. Tais responsabilidades são alheias às vontades das pessoas e vão depender do lugar que nos foi atribuído socialmente e do nosso acesso às próprias condições de sobrevivência (IZQUIERDO, 1990). Como em uma escala de valores, nossas condições de sobrevivência são determinadas de forma sexista, classista e racista. E, neste sentido, cada qual contribui de acordo com a sua posição nessas escalas de valores, estando esses lugares divididos entre aqueles que estão na esfera da sobrevivência (natureza) e aqueles que estão na esfera da transcendência (cultura), entre aqueles que estão nos grupos dominantes e aqueles que estão nos grupos dominados. Entre outras coisas, a capacidade ou não de gerar trabalho produtivo.

## **2.2. RELAÇÕES DE TRABALHO E DE COMUNICAÇÃO**

O trabalho está, considerando a clássica dicotomia marxista, categorizado como parte da infraestrutura, que configura os meios de produção e as relações de produção; por sua vez, na superestrutura, situam-se os aparelhos ideológicos materializados, dentre outros, no direito, no Estado e na religião. Nesse esquema - que deve ser considerado de modo dialético -, não só o trabalho vai ter destaque como também a comunicação, que cumpre um papel importante no capitalismo, não somente na perpetuação da ideologia da classe dominante e na produção da alienação (superestrutura), mas também como infraestrutura, mediando as relações de troca de mercadorias e também do trabalho empenhado para sua produção.

Neste sentido, devemos revisitar os estudos de Karl Marx para ressignificar e realocar a comunicação como algo determinante para o desenvolvimento dos meios de produção e do capitalismo, como o vemos na atualidade. Para Marx, os humanos são os únicos seres que produzem sua própria existência, porque são seres capazes de realizar trabalho. Trabalho é aquilo que permite que o homem produza sua própria comida, suas próprias ferramentas e sua própria moradia, por exemplo. Na produção e reprodução de sua própria existência o homem se relaciona com outras pessoas (comunicação) e isso nos confere a condição de seres sociais, capazes de construir uma lógica própria de funcionamento para o mundo e, conseqüentemente, de poder transformá-lo.

O capitalismo é o modelo econômico atual produzido pela sociedade humana para sua organização social e atuação do mundo. Nele, o trabalho se torna mais do que um processo natural realizado para garantir a existência; ele se torna o resultado do desenvolvimento das forças produtivas que entram em contradição com as relações de produção. Sérgio Lessa (1999, p.5) apresenta uma boa descrição de como se deu o início desse processo histórico:

[...] nas tribos primitivas, os atos isolados de coleta de alimentos terminaram por dar origem às sofisticadas técnicas de caça e pescas coletivas, que envolvem uma organização e coordenação muito mais desenvolvida dos atos de cada indivíduo. E com o aparecimento da agricultura que possibilita pela primeira vez na história, a um indivíduo produzir mais do que necessita para a sua sobrevivência (produção excedente, torna-se lucrativa a exploração do homem pelo homem). O trabalho, agora, não mais será realizado por todos os membros da sociedade, mas terá uma classe social (a primeira delas foi a dos senhores de escravos).

No capitalismo, a dissonância entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas se intensifica porque, a partir de novas técnicas, os donos dos meios de produção passaram a explorar ainda mais o trabalhador para que ele produzisse mais mercadorias em menos tempo (tempo esse que se materializa em salário, nas relações de trabalho). Com isso, com uma produção maior (mais mercadoria em menos tempo), um produto não atenderá mais somente às necessidades de existência ou se valerá, fundamentalmente, de seu valor de uso; essa mercadoria assumirá um valor de troca, que visará o lucro e, conseqüentemente, maior acúmulo de capital para os donos dos meios de produção.

Por sua vez, a comunicação, na lógica capitalista, vai ser determinante em dois momentos da cadeia produtiva e distributiva da mercadoria. Primeiro, no processo de troca da mercadoria; depois, na própria relação do trabalhador com o detentor dos meios de produção. Ou seja, será importante na própria relação do trabalhador com o patrão e nos processos de 'negociação', que a partir do agrupamento dos trabalhadores, serão inerentes ao sindicalismo.

Já sabemos que as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção vão culminar em um acúmulo de mercadorias. Tais mercadorias precisam ser vendidas para que cumpra o seu fluxo, seu objetivo no capitalismo, que é o lucro e o conseqüente acúmulo de capital. Dessa forma, a comunicação será determinante também nesse momento em que as pessoas vão trocar suas mercadorias; essas trocas se darão por mecanismos de comunicação, sejam eles mediados ou não.

Num segundo momento, a comunicação será importante para a manutenção das relações de trabalho e para o avanço dos processos tecnológicos. Estas estarão sempre moldadas por uma hierarquia, algo que, na atualidade, será sempre maquiado/velado e que contará com conhecimentos de comunicação social e de psicologia para a manutenção da manipulação do trabalhador, a fim de manter o sistema e perpetuar a relação de exploração. Assim, a comunicação assume um papel importante nessa relação não somente no quesito ideológico, de perpetuação dos valores da classe dominante, mas também no próprio avanço das técnicas que serão apreendidas pelo trabalhador - que realiza o trabalho e que opera os meios de produção - e que, portanto, poderá melhorar e adaptar o processo produtivo em benefício dos capitalistas. Tal avanço será apropriado pelo dono dos meios de produção, por meio da comunicação, e perpetuados para outros trabalhadores.

Seja qual for o modo de produção, o homem realiza trabalho, porém o sistema capitalista, de modo mais perverso, deturpou significativamente o sentido ontológico de trabalho, entendido como a realização de uma condição primária do homem. O trabalho é um elemento fundamental para a garantia de nossa existência, porque o ser humano precisa realizá-lo para garantir (no capitalismo, por meio de salário) a sua própria existência. O avanço da técnica, no capitalismo, em vez de colaborar para que a humanidade construa outras formas de socialização no mundo, pelo contrário, continuará permeando a dominação e colocando a exploração pelo trabalho como elemento central das nossas relações.

Enfim, reafirmando, a comunicação nesse contexto vai ser uma ferramenta importante, não somente de ordem ideológica, mas também um mecanismo importante para os avanços dos meios de produção e também na complexificação do valor e da mediação entre a mercadoria e o homem. A centralidade do trabalho na relação patrão e trabalhador vai revelar a condição de exploração e fundamentar a sociedade de classes no capitalismo: de um lado, aquele que detém os meios de produção e as técnicas se apropriando do excedente do trabalho que produz o lucro (burguesia) e, de outro lado, aqueles que precisam se submeter a essa lógica para garantir sua condição de subsistência (proletariado).

E se, de um lado, a sociabilidade e a comunicação podem garantir que o patrão perpetue a condição de exploração pelo trabalho, por outro, é também por meio desses elementos que um determinado sujeito vai se perceber enquanto trabalhador e vai tomar consciência de sua condição de exploração. É nessa tomada de consciência, portanto, que o trabalhador vai se apropriar de sua condição de explorado no contexto das relações sociais de produção, que vai se desvencilhar dos aparatos ideológicos do Estado e que vai se organizar e se mobilizar em torno de seus interesses históricos enquanto classe social dominada.

Nesse movimento, os sindicatos também vão fazer uso da comunicação a fim de potencializar a conscientização dos trabalhadores e de mobilizar mais pessoas em torno luta pela superação dos processos de exploração capitalista, enfim, em torno da luta de classes. É nesse contexto que se desenvolve o movimento operário de modo geral, e o movimento sindical de modo particular, como mobilização dos trabalhadores e como um coletivo que luta contra a exploração e por melhores condições de vida para os trabalhadores.

### **2.3. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

O materialismo histórico e dialético apresenta teorias essenciais para compreender a lógica do desenvolvimento histórico, bem como as bases para entender a dinâmica de implantação e de perpetuação do capitalismo. No entanto, apesar de Marx e Engels terem sido fundamentais por construir um método sólido de análise histórica, é preciso reconhecer que eles não avançaram em relação a aplicá-lo à realidade das mulheres na luta de classes e na história. Uma das principais críticas apresentadas por estudiosas feministas é de que tanto Marx quanto Engels reduziram

esse debate à esfera da produção. O fato é que a família, como a esfera da reprodução, continha em miniatura todos os antagonismos que mais tarde se desenvolveriam em larga escala nas relações de exploração do trabalho feminino.

Nesse sentido o feminismo está para o sexo assim como o marxismo está para o trabalho; a expropriação de uns para o benefício de outros define uma classe, a dos trabalhadores, enquanto que a organização da sexualidade de uns para o benefício de outros define um gênero específico, que é a mulher. Com isso, podemos traçar pontos de contato e de entrelaçamento entre essas duas teorias, porque ambas, marxismo e feminismo, são teorias sobre o poder e sua distribuição de forma desigual.

Apesar das críticas ao marxismo - particularmente, em relação às limitações em relação ao debate de gênero - vale destacar o esforço de importantes estudiosas da referida temática em tentar compreender, a partir da perspectiva marxista, como se relaciona esses dois núcleos de desigualdade, quais sejam, as relações de gênero e de classe. No Brasil, quem realiza essa empreitada de maneira pioneira é a pesquisadora Heleieth Saffioti (2013) que vai compreender como esse sistema encontra na desigualdade de gênero (anterior ao modo de produção capitalista) uma maneira bastante conveniente de perpetuar as desigualdades de classe. É nesse sentido que Renata Gonçalves (2013) comenta as ideias de Saffioti por ocasião da realização do prefácio do livro *A mulher na sociedade de classes*, uma das principais obras de Saffioti:

Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de Trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada” (p.60). Isto não significa que estes caracteres contêm em si a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade” (p.60). (GONÇALVES, 2013, p.17).

Com este argumento, Saffioti (2013) se constitui como uma referência para construirmos nossa reflexão sobre as desigualdades de gênero no contexto do sindicalismo brasileiro, porque problematiza a forma como é entendido o lugar da mulher na sociedade de classes, bem como nos oferece elementos para

desenvolvermos a base crítica de como são construídas suas representações. Sua grande contribuição foi apontar para as desigualdades de gênero, não como se elas fossem estancadas de uma sociedade de classe, mas sim que elas estão inseridas nessa sociedade. Nesse sentido, o capitalismo e o patriarcado se retroalimentam e formam um esquema opressor às mulheres.

A divisão sexual do trabalho tem dois parâmetros de análise: o da separação, indicando que existem trabalhos específicos para homens e para mulheres; e o da hierarquização, sugerindo que os trabalhos realizados pelos homens valem mais do que o trabalho realizado por mulheres. Saffioti (2013) adverte ainda que o trabalho, e sua dimensão econômica, é uma atividade que também pertence às mulheres e que seu papel na estruturação financeira das famílias nos sistemas pré-capitalistas e nos primeiros estágios desse sistema foi central. O declínio da família como elemento de organização econômica e a individuação que o capital promoveu sobre os sujeitos fizeram com que a mulher se tornasse uma figura estante em relação às dimensões financeiras.

Na fase do capitalismo industrial, a invenção da máquina permitiu o emprego de pessoas desprovidas de força física e, com isso, se verificou o ingresso de um contingente maior de mulheres e de crianças no trabalho fabril. Fatores biológicos, como a maternidade, e fatores socialmente construídos, como a ideia de um trabalho de menor valor, impactaram diretamente na condição de exploração sobre as mulheres. É certo que os processos de exploração também incidem sobre o trabalho dos homens, porém não de forma tão complexa, contraditória e violenta quanto sobre as mulheres.

A sociedade de classes não oferece à mulher um quadro de referência através do qual suas funções possam ser avaliadas e integradas. Neste tipo de estrutura social, a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes e, de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família. Se agir segundo a mística feminina é caminhar em sentido contrário ao do progresso, buscar a integração na estrutura de classes e entre os papéis ocupacionais e familiares constitui, para mulher, uma sobrecarga considerável. (SAFFIOTI, 2013, p.97).

Neste sentido, as circunstâncias impostas às mulheres na sociedade de classe levam-nas a hierarquizar ou priorizar as funções e os papéis sociais que cumprem

quando, na verdade, essas duas condições deveriam ser postas em posição de igualdade. Saffioti (2013) adverte que, no capitalismo, essa forma contraditória, bem como essa hierarquização de suas funções, parece ser a única forma de integração da mulher no próprio sistema. Para a referida autora, este ainda parece ser um dos principais problemas que incidem sobre sua baixa participação em organizações e movimentos políticos que poderiam auxiliar em suas lutas contra essa condição contraditória:

Com efeito, o recurso à organização sindical como forma de elevar o grau de desfrute, por parte dos trabalhadores, da riqueza criada pelas sociedades de classes, tem sido muito menos utilizado pelas mulheres que pelos homens. Embora muitas vezes o trabalhador masculino se tenha levantado em resistência a sindicalização de trabalhadoras, a atitude da mulher tem sido decisiva para tornar mais fracas e menos reivindicativas suas organizações sindicais. Como atividade ocupacional feminina é posta em segundo lugar não há, para ela, nem motivos e nem tempo para que se dedique eficazmente, através de organizações sindicais, a melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho. (SAFFIOTI, 2013, p.98).

Vale ainda apontar que, segundo a autora, haveria uma “atitude” da mulher em relação à sua baixa participação, fazendo entender que esta seria uma decisão totalmente deliberada por parte da mulher, que pouca relação tem com o ambiente e o contexto. Porém, é necessário apontar que essa “atitude” parte de um esquema de opressão social que impõe à mulher a ideia de que, antes de tudo, ela deve cuidar ou colocar a família em primeiro plano e que, se estiver inserida no mercado de trabalho, deve aceitar o acúmulo das responsabilidades domésticas e aceitar cargos e salários inferiores aos dos homens; tudo isso impossibilitaria a mulher de participar mais efetivamente do movimento sindical.

Sendo assim, o sindicato nada mais é do que um reflexo e um reproduzidor, em nível micro, das desigualdades inerentes ao mundo do trabalho e ao seio da família. As organizações políticas se organizam - mesmo que “inconscientemente” - de modo a oferecer à mulher uma participação secundária, meramente complementar, no que tange à ocupação de cargos de direção e de representação, resultando em baixa participação política feminina, em pouca aderência de suas pautas e em reduzida representatividade nos veículos de comunicação sindicais.

Segundo Chantal Rogerat e Marie Hélène Zylberberg Hocquard (2009), na Europa as mulheres demoraram a conquistar o direito de se sindicalizar,

principalmente, porque as leis que regiam o casamento à época determinavam não só que elas dependessem da autorização de seus esposos para trabalhar, como também que seus salários deveriam ser administrados por eles impedindo, portanto, que elas pudessem retirar de seus salários a quantia necessária para contribuir com a manutenção da organização sindical. Somente em 1920 uma lei foi aprovada especificando que, para ser sindicalizada, uma mulher não dependia de autorização do marido.

Da mesma forma que Saffioti (2013), Rogerat e Hocquard (2009) afirmam que dificilmente as mulheres tomavam a iniciativa de criar um sindicato; na maioria das vezes, elas eram organizadas pela igreja ou por sindicatos masculinos e essa realidade se mantém até a atualidade, que confronta com a questão do lugar - contraditório - que as mulheres ocupam na sociedade de classes, conforme indagações explicitadas por Rogerat e Hocquard (2009, p.237): “[...] seres que devem permanecer em casa, servir de complemento do homem, ou cidadãs potencialmente ativas? Concorrentes mal remuneradas ou companheiras de trabalho?”.

Por esse aspecto, há um tensionamento importante sobre a forma social dos sindicatos, no sentido de que são eles que devem se adaptar à realidade das mulheres ou são elas que precisam se ajustar ao sindicato, este que já está todo estruturado num modelo masculino? Por sua vez, no imaginário coletivo, se tem a noção de que o sindicalista é um trabalhador revolucionário, agente de seu futuro, e que o sindicato é um espaço possível para o exercício da liberdade feminina de pensamento e de expressão. No entanto, contrariamente, a percepção mais aguda - principalmente, a partir da perspectiva das mulheres - é que os sindicatos se adaptaram facilmente à dinâmica de uma sociedade patriarcal e capitalista, inclusive, reproduzindo seus mecanismos e suas lógicas.

Muitos anos depois de as mulheres terem conquistado o direito de participar de entidades sindicais, ainda se questiona sobre as práticas do sindicalismo em relação à presença e à participação das mulheres em suas dinâmicas. A necessidade de inseri-las nas entidades sindicais é reconhecida e desejada, porém ainda há muitos entraves e equívocos na forma como isso tem acontecido.

## 2.4. FEMINISMO E SINDICALISMO NO BRASIL

Coincidentemente, Marx e Engels escreveram o *Manifesto do Partido Comunista*, conclamando toda a classe trabalhadora para a luta, no mesmo ano em que as primeiras feministas realizavam seu primeiro encontro nos Estados Unidos (PERES, 2018). Ambos os movimentos convergiam em seus propósitos de lutar pela erradicação de estruturas de dominação e de exploração na ordem da sociedade capitalista, respectivamente, a sociedade de classes e o patriarcado. Posteriormente, os interesses das mulheres se voltaram, sobretudo, para exigir maior participação na vida pública, por meio do reconhecimento de seus direitos de cidadania e, nesse sentido, era necessário conquistar o direito ao voto, ampliar seus direitos sociais e garantir melhores condições de educação.

Ainda no século XIX, diversas feministas passaram a integrar as lutas sindicais e os movimentos operários em busca de condições mais adequadas de trabalho e de vida. No entanto, mesmo nas categorias onde era mais frequente o emprego feminino, observava-se que as entidades eram lideradas e organizadas exclusivamente por homens.

No Brasil, a origem de uma organização coletiva e feminina se dá, sobretudo, na busca por melhores condições de vida e por liberdade de expressão e as lideranças femininas vão surgindo nos bairros e nos movimentos populares. Durante a década de 1970, num contexto de ditadura civil-militar, sindicalismo e feminismo têm seu primeiro ponto de contato quando as mulheres trabalhadoras, inspiradas por motes feministas, passaram a se mobilizar por melhores condições de vida e de trabalho, inserindo suas bandeiras específicas no interior do movimento de retomada do movimento sindical conhecido como “novo sindicalismo”.

Nesse período houve, de fato, uma eclosão e um aumento considerável da presença de mulheres nas lutas sindicais, e mesmo nas entidades sindicais, em razão da crescente participação feminina na composição da População Economicamente Ativa (PEA), decorrente, sobretudo, da forte industrialização verificada no país. A adesão das mulheres ao movimento sindical se deveu também à conjuntura política favorável, já que o “novo sindicalismo” se configurou como o momento mais combativo do movimento sindical brasileiro recente.

Importante ressaltar que as mudanças ocorridas nos sindicatos, no sentido de terem mais mulheres em suas bases, repercutiram em pautas de negociação

importantes, apesar de limitadas a questões relacionadas à maternidade, ao acesso a creches e à saúde sexual das mulheres. Ou seja, ainda pouco se discutia sobre a realidade de assédio nas fábricas, a desigualdade salarial e as dificuldades das mulheres em ocupar cargos de liderança nos locais de trabalho. E mais, apesar de reconhecer todos os esforços em promover a ampliação da participação das mulheres nas organizações sindicais, esse fato não se materializou numa maior participação feminina nas instâncias de direção sindical.

Para Anna Paula Lemos Santos Peres (2018), que se dedica ao estudo da participação de mulheres em diretorias sindicais, a baixa participação em cargos de liderança no movimento sindical foi o motivo pelo qual, inclusive, os índices de sindicalização feminina na década de 1980 - período correspondente à experiência do novo sindicalismo - não se manteve nos anos 90, quando o sindicalismo começou a enfrentar crises políticas e de identidade que se mantém até os dias atuais.

Feminismo e sindicalismo, embora sejam movimentos que lidam com temas que se entrelaçam, raramente, ao longo da história, estiveram perto de alcançarem um diálogo efetivo, principalmente, em se tratando do necessário debate sobre a igualdade entre homens e mulheres no contexto do mundo do trabalho. A percepção que se tem é que os sindicatos não fizeram questão de incorporar a mulher à sua dinâmica política e o descompasso entre o discurso e a ação perdura no interior das organizações sindicais até a atualidade.

As mulheres inseridas no movimento sindical, certamente, ainda não encontraram uma receptividade favorável para que pudessem ocupar espaços políticos de maior destaque e discutir questões mais profundas sobre as desigualdades de gênero. As pautas, apesar de importantes, ainda se colocam de maneira bastante superficiais e pontuais (em datas comemorativas ou em momentos em que a aliança feminina se mostra importante para a visibilidade do movimento), não abrangendo, de modo geral, a necessidade de promover mudanças estruturais na lógica de atuação dessas organizações.

## **2.5. AS MULHERES METALÚRGICAS E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA SINDICAL**

No final da década de 1970 a mobilização social eclodiu em diferentes setores da sociedade, principalmente, a partir da atuação de movimentos populares, associações de bairro e organizações vinculadas às igrejas. Os sindicatos, que até

então viviam no imobilismo, começaram a renovar suas práticas sindicais proporcionando a retomada de vínculos entre as direções sindicais e suas respectivas bases, no contexto do “novo sindicalismo”, quando então, segundo Paola Cappellin Giuliani (2006, p.643), “o conflito começa a sair das paredes das fábricas e dos limites das relações de trabalho para atingir algumas dimensões relativas às condições de vida, sobretudo nas cidades, onde os níveis de espoliação e pauperização são evidentes.”.

Neste sentido, essa mudança não diz respeito ao desencadeamento de uma força mobilizatória em si, mas de vários setores da sociedade, inclusive, de mulheres, donas de casa, católicas, trabalhadoras, que passaram a ter o entendimento de que as condições de produção determinavam também outras esferas da vida, impactando a realidade de homens e mulheres, trabalhadores ou não.

O que é importante registrar não é tanto o aumento quantitativo das plataformas de luta, mas a inauguração de um novo modelo que articula as condições de produção e as modalidades de vida. É justamente na confluência entre a herança histórica do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que se começa a perceber que a população trabalhadora engloba ambos os sexos, cada um com responsabilidades diferentes no seio da família. (GIULANI, 2004, p.644).

No Brasil, a conquista do direito ao voto feminino em 1932 deu o tom das primeiras mobilizações feministas em torno de direitos políticos para as mulheres. No entanto, um hiato que vai do momento da conquista do direito ao voto das mulheres até a emergência do “novo sindicalismo” deixou adormecida as questões pertinentes aos direitos trabalhistas das mulheres e seus desafios no mundo do trabalho. A partir de então, as mulheres passaram a tensionar o ambiente familiar, das fábricas e das organizações sindicais, produzindo importantes transformações, conforme relata Giuliani (2006, p.649):

As mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes possam ser postas em prática: a politização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical.

Entre 1970 e 1980 a participação das mulheres no setor industrial produziu mudanças qualitativas e quantitativas. Até então, o trabalho das mulheres na indústria se concentrava em setores como vestuário e calçados, porém, com a instalação de novas montadoras, sobretudo, no estado de São Paulo, a força de trabalho feminina passou a atuar em todos os segmentos da indústria metalúrgica. Nesse período, a filiação sindical de homens e mulheres na região do ABC deu um salto, marcado pela onda de greves a partir de 1978 e o primeiro congresso de mulheres operárias metalúrgicas, que incorporou nas pautas de reivindicações a luta por creches e o combate à desigualdade nos salários e às formas de opressão contra as mulheres. Nos processos de mobilização foram registrados altos índices de participação feminina que contribuíram para a radicalidade das lutas e para o protagonismo das entidades sindicais na história política do país à época.

Segundo Elizabeth Souza-Lobo (2021, p.31), a entrada da mulher na indústria metalúrgica se explica por alguns fatores: a necessidade de contribuir com o orçamento familiar, causadas pelas crises econômicas; a própria dinâmica de crescimento da indústria no país, que exigiam habilidade e destreza, características essas tidas como “femininas”; as mudanças nos processos de trabalho que se traduziram em uma divisão maior de tarefas, resultando em atividades mais simples e repetitivas, permitindo a mão-de-obra menos qualificada; e a mudança burocrática das instâncias de trabalho, criando cargos de menor complexidade, em geral, ocupados, por mulheres. Por fim, é preciso considerar ainda a própria precarização das atividades fabris que permitiu o ingresso de mulheres e crianças de ambos os sexos cujos salários eram mais baixos e a negociação era mais flexível.

Ainda segundo Souza-Lobo (2021), o trabalho feminino nas fábricas e montadoras é marcado por salários mais baixos (algo que perdura até os dias de hoje<sup>9</sup>), por atividades pouco qualificadas e de tarefas repetitivas e, por fim, com formas de controle e de seleção da mão-de-obra feminina funcionando por meio de uma lógica diferente em relação aos homens. Os empresários procuravam justificar as diferenças salariais em virtude da baixa escolaridade das mulheres, porém, mesmo com o

---

<sup>9</sup> A cartilha de estatísticas de gênero publicada pelo IBGE (2018) aponta que mesmo com maior grau de escolaridade as mulheres no Brasil ainda ganham menos que os homens e/ou ocupam cargos com menor complexidade. A última pesquisa realizada no ano de 2016 revela que 60,9% dos cargos de liderança nos postos de trabalho eram ocupados por homens, enquanto que 39,1% eram ocupados pelas mulheres. Além disso, a média de rendimento mensal das mulheres representa cerca de três quartos do que os homens recebem.

aumento considerável nos níveis de escolaridade feminina não se observa uma mudança estrutural nas diferenças salariais entre homens e mulheres.

A ampliação da presença das mulheres nos diversos setores industriais - especialmente, no estado de São Paulo - num contexto de revigoração e reformulação da atuação sindical foi o ponto de partida para uma maior sindicalização e participação das mulheres em entidades sindicais. Souza-Lobo (2021) aponta que o perfil da metalúrgica sindicalizada da década de 1980 é o de uma mulher mais velha, com mais tempo de emprego na indústria e com maior qualificação profissional.

No entanto, vale registrar que o 1º Congresso das Mulheres Operárias, realizado em 1978, foi organizado por um sindicato que não contava com nenhuma mulher na direção sindical; justamente por isso, tinha como objetivo a inserção das mulheres nas assembleias e nas atividades sindicais, porque, apesar do aumento no número de metalúrgicas filiadas ao sindicato, o índice de participação nas atividades sindicais era muito baixo. Uma das principais pautas do referido congresso foi o trabalho noturno das mulheres e, por todas as circunstâncias de sua realização, o congresso gerou polêmicas e estancou as diferenças entre a prática e o discurso sindical em torno do trabalho feminino. A esse respeito, Souza-Lobo (2021, p.445) afirma:

“Todavia, a análise de conteúdo do discurso sindical põe em evidência posições ambíguas em face do trabalho das mulheres nas fábricas, em consequência da contaminação das práticas reivindicatórias pelas práticas ideológicas. Para introduzir o debate sobre o trabalho noturno das mulheres, o jornal sindical afirma: “A modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas prejudiciais a seu organismo, no exato momento em que os homens lutam por condições de trabalho e dos salários. Significa enviar as mulheres à fábrica e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis”. Além disso, referindo-se aos objetivos do Congresso, esse mesmo jornal evoca a necessidade “de integrar as mulheres as lutas sindicais de toda a categoria a fim de reforçar a luta dos homens.” Enfim, a direção sindical exprime seu temor de que esse congresso seja confundido com um congresso feminista.

As ambiguidades nas afirmações revelam que a relação das mulheres com o sindicato se mostrava conflituosa e contraditória. Embora elas tenham alcançado uma presença significativa nas indústrias e, conseqüentemente, nas entidades sindicais - principalmente, no contexto do “novo sindicalismo” -, sua participação, incluindo aqui

a presença em diretorias sindicais, quase sempre foi tratada de maneira secundária e coadjuvante. Os sindicatos, historicamente, e como fruto da própria divisão sexual do trabalho, é uma estrutura construída, majoritariamente, pelo viés masculino e embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho desde o início do processo de industrialização, os sindicatos não as incorporaram em sua dinâmica política, nem dividiram com elas a representatividade e os espaços nas diretorias sindicais.

Diante disso, em relação à mulher, a imagem de mãe e de esposa se sobrepõe à imagem de companheira na luta. Isso já era observado na década de 1980 e se intensificou ainda mais com a crise política vivenciada pelos sindicatos a partir dos anos 90.

No próximo capítulo trataremos das principais características da comunicação sindical a partir do reconhecimento de que se trata de uma expressão de comunicação popular. Porém, desde já, registramos que, apesar disso - e de, justamente por isso, acreditar que a comunicação sindical deveria primar por um discurso que vinculasse classe, raça e gênero - o que se percebe na prática é um favorecimento da questão de classe, enquanto que as discussões de gênero têm sido tratadas de modo pontual e de forma bastante controversa.

### **3. COMUNICAÇÃO POPULAR E SINDICAL, AS CHARGES E O JORNAL *TRIBUNA METALÚRGICA* NA DÉCADA DE 1990**

Essa pesquisa se situa no campo específico da Comunicação Popular e Comunitária (MIANI, 2011, 2021). No capitalismo, com a constante individualização e despersonalização dos sujeitos não é tão fácil encontrar um fenômeno comunicativo caracteristicamente identificado como “popular e comunitário”, muito embora essas práticas existam. De qualquer forma, um fenômeno de comunicação pode ser apenas “popular” ou ser apenas “comunitário”.

Para a realização de práticas de Comunicação Popular e Comunitária exige-se um profissional de comunicação comprometido com os seus pressupostos, que, além de defender uma perspectiva político-ideológica classista, possa fomentar um ambiente de interações e de práticas compartilhadas entre os sujeitos coletivos que serão os emissores e receptores das mensagens. A produção dessa comunicação será também, toda ela, feita de forma compartilhada e colaborativa, pensando no coletivo e naquilo que representa a sua necessidade; por esse motivo é que essas práticas nem sempre resultam em formatos tradicionais (ou hegemônicos) de mídia, já que as decisões sobre o que comunicar e como fazê-lo são compartilhadas no interior do movimento social, com o intuito de promover a emancipação dos sujeitos e proporcionar uma maior compreensão de sua realidade.

Nesse contexto, a comunicação sindical, objeto principal dessa pesquisa, se enquadra, predominantemente, como expressão de comunicação popular, esta entendida como todo fenômeno de comunicação que assume uma postura contra-hegemônica, combativa, questionando padrões vigentes de comportamento social (inclusive, no que tange o machismo, o racismo, a homofobia, etc.) e, principalmente, se opondo às desigualdades impostas pelo sistema capitalista. A comunicação popular é, portanto, um modelo propositivo de comunicação que se estabelece no interior dos movimentos sociais (considerando aqui que o movimento social está vinculado à classe trabalhadora) de perspectiva contra-hegemônica. Deve ter o compromisso de superação do capitalismo ou de supressão das mazelas sociais por ele causadas.

Como estamos partindo do pressuposto de que as práticas comunicativas oriundas das entidades sindicais são, predominantemente, um fenômeno da comunicação popular, reconhecemos que tais práticas se vinculam a uma perspectiva

de classe e é, justamente nessa perspectiva, que reside a natureza contra-hegemônica da comunicação sindical. As características de uma comunicação comunitária, baseada na interação entre emissor e receptor e produzida por meio de processos participativos (MIANI, 2011), não necessariamente têm caracterizado as práticas de comunicação sindical.

Apesar de estar imbuída de uma intenção educativa, propositiva e emancipatória, a comunicação popular no âmbito dos sindicatos quase sempre é materializada pela mediação de um profissional da comunicação - que tem um aparato de conhecimentos e técnicas para produzir jornais, panfletos, cartilhas, eventos voltados à conquista de melhores condições de trabalho e emancipação da classe trabalhadora - e o estabelecimento de processos mais participativos que envolvam outros sujeitos ocorre apenas de modo episódico.

### **3.1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO POPULAR**

O pensador argentino Mario Kaplún (2002) foi um dos principais expoentes do conceito de comunicação popular ao fazer uma transposição das teorias de Paulo Freire para o campo da comunicação, a partir da delimitação dos formatos de educação: exógeno, com foco nos conteúdos ou na finalidade (formação profissional, ensino de uma ocupação); endógeno, que destacam o processo de aprendizagem e os sujeitos que dela fazem parte.

Para Kaplún (2002), a comunicação - assim como a educação - pode assumir um caráter de atuação 'bancária' ou libertadora, transformadora, popular. A ideia de uma comunicação bancária é facilmente exemplificada no formato baseado no processo de transmissão (emissor - mensagem/canal - receptor); tal formato corresponde às formas de educação que ele caracteriza como 'exógenas'. As perspectivas populares de comunicação (que rompem com esse modelo) são as chamadas formas endógenas e correspondem ao que, no campo da comunicação, o autor vai nomear como comunicação popular.

A comunicação popular deriva do modelo endógeno de educação que destaca o processo de aprendizagem, bem como as trocas e as interações entre os sujeitos, apesar de dificilmente conseguirmos encontrar formas puras (endógenas ou exógenas) de educação na realidade concreta. Diante dessa dualidade, todo processo educativo (e comunicativo) deve ser assumido como um ato político. Ou seja, ao

assumir o compromisso com a transformação, o educador/comunicador se compromete politicamente; por outro lado, ele pode escolher rejeitar a transformação social e não se engajar na mudança social, que também corresponde a uma atitude política.

As proposições desenvolvidas por Paulo Freire (1979) no campo da educação e por Mario Káplun (2002) no âmbito da comunicação são modelos que além de oferecer, respectivamente, novas concepções de educação e de comunicação, também nos permite identificar a falsa ideia de neutralidade. A esse respeito, Moacir Gadotti (1979, p.11), no Prefácio da obra *Educação e mudança* de Paulo Freire, afirma:

[...] Neste sentido, ele tem o mérito não apenas de denunciar uma educação supostamente neutra, como a de distinguir claramente a pedagogia das classes dominantes, da pedagogia das classes oprimidas. Depois de Paulo Freire não é mais possível pensar a educação como um universo preservado, como não foi mais possível pensar a sociedade sem a luta de classes depois de Marx.

Foi baseado nas proposições de educação de Freire e nas transposições feitas por Kaplún (2002) que a comunicação popular foi disseminada na América Latina e no Brasil como fenômenos oriundos das classes subalternas, dos países periféricos e subdesenvolvidos. No Brasil, a comunicação popular refletia sobre as práticas sociais de comunicação que estavam mais ligadas às lutas contra a ditadura civil-militar (1964-1985) e também na defesa da redemocratização da sociedade brasileira. Nas décadas de 1980 e 1990 foi predominante o uso da expressão “comunicação popular” e sua utilização remetia, fundamentalmente, ao aspecto político de tais práticas comunicativas.

Além disso, de acordo com Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1998, p.113) “a comunicação popular não é um fenômeno recente, mas só nos anos setenta e oitenta é que ela apareceria de forma mais significativa na produção científica do campo da comunicação social.”. Tal avanço permitiu um deslocamento de pesquisas do eixo das mensagens e dos veículos de comunicação para os aspectos internacionais e culturais da comunicação. O interesse pela pesquisa em comunicação popular reflete um período de transformações sociais no Brasil e na América Latina, onde esse campo mais se desenvolveu. A esse respeito, Peruzzo (1998, p. 114) afirma:

As investigações sobre comunicação popular implicam a necessidade de a teoria abarcar os processos no contexto mais amplo que se realizam, ou seja, devem ir além do estudo do meio comunicativo em si mesmo, de um jornal, por exemplo, pois a dinâmica social na qual este se insere é que vai lhe dar significado.

A reflexão sobre comunicação popular não é baseada apenas na aplicação de um conjunto de técnicas; ela é também um chamamento político e tem uma proposição educativa, militante. O contexto que despertou o interesse por esse campo diz respeito a um período da história quando, em oposição à ditadura, buscou-se a plenitude da cidadania e da liberdade de expressão. Trata-se de uma prática de comunicação que se vincula a movimentos coletivos, principalmente, de trabalhadores e camponeses, com abordagens e posicionamentos diferentes da grande imprensa, de caráter transformador, conforme afirma Peruzzo (1998, p. 119):

[...] concebe a comunicação popular como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir a transformação social; ela concretizar-se-ia pelos meios alternativos, como contra comunicação da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa [...].

As afirmativas de Peruzzo (1998) sobre a comunicação popular diferem de acordo com o período histórico em que se encontrava o país. A palavra “popular” deriva de povo e, pelas reflexões da autora, povo tem conotações diferentes no Brasil da década de 1980 e da década de 1990. Na década de 1980, período que coincide com as lutas contra a ditadura civil-militar e de grande efervescência política no Brasil, Peruzzo vai destacar o caráter mais combativo da ideia de ‘povo’: “A maioria dos estudos da comunicação popular, na perspectiva dos movimentos sociais, parte do pressuposto de que povo são as classes subalternas, submissas, econômica e politicamente, às classes dominantes.” (PERUZZO, 1998, p.117).

Por sua vez, nos anos noventa, Peruzzo identifica uma postura mais ‘flexível’ da comunicação popular, menos combativa, “como uma realização da sociedade civil”, numa postura que para ela parece ser bastante favorável (PERUZZO, 2009); inclusive, a referida autora passa a priorizar a utilização da expressão “comunicação comunitária” em suas reflexões. Conforme veremos adiante, essa mudança de postura refletiria diretamente na comunicação sindical praticada a partir da década de 1990.

Diante disso, vale ressaltar que, de nossa parte, consideramos que a comunicação popular dos anos oitenta é a que mais se aproxima das nossas concepções ideológicas e, portanto, de acordo com as nossas percepções, parece ser mais produtivo, já que se baseia mais numa perspectiva de luta de classe e admite 'povo' como os indivíduos das classes subalternas. Peruzzo, além de passar a preferir o caráter mais "flexível" da comunicação popular - conforme praticada a partir da década de 1990 - ainda vai destacar que esta não é mais apenas um fenômeno das classes subalternas.

Apesar de oferecer um arsenal histórico bastante relevante para pensar a comunicação popular no Brasil e admitir que o conceito possa assumir conotações diferentes em tempos históricos diferentes - premissa que vai ao encontro da perspectiva da filosofia da linguagem que subsidia nossas reflexões -, nos parece problemática a (nova) perspectiva apresentada por Peruzzo, pois apesar de os fenômenos da comunicação popular estar permeados de pessoas de diferentes extratos sociais, defendemos que ela deva estar direcionada aos interesses das classes subalternas. Povo não é, necessariamente, composto apenas por pessoas pertencentes economicamente às classes subalternas, afinal, ele pode aglutinar outras pessoas em torno de suas causas, de acordo com a conjuntura política; no entanto, devemos considerar que a comunicação popular, de modo geral, se estabelece a partir das pautas próprias das classes subalternas.

### **3.2. CARACTERÍSTICAS DA COMUNICAÇÃO SINDICAL**

A comunicação sindical foi comparada por Claudia Santiago e Vito Giannotti (1997) a um mosaico de mil pedras, ou seja, uma comunicação constituída por várias pedrinhas (os diferentes meios de comunicação) que reunidas formam um grande mosaico. O fato de essa comunicação possuir uma grande variedade de veículos diz respeito, sobretudo, à necessidade dessa comunicação encontrar estratégias para atingir um público em específico, a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o que se faz no âmbito da comunicação sindical difere bastante da comunicação dos grandes veículos e da grande massa, apesar de tecnicamente falando, os recursos para articular uma mensagem e a forma social que elas assumem sejam, basicamente, equivalentes. Difere porque se trata de uma comunicação que, antes de tudo, está um pouco mais livre dos compromissos com o capital por se

constituir sem a necessidade de se transformar em uma mercadoria vendável e competitiva.

Além disso, ela se destina a um público específico - porém, diverso - e, por isso, precisa mobilizar uma diversidade de veículos para atingir seus objetivos. Comunicação sindical é, portanto, um campo da comunicação que permite importantes aproximações com as teorias de Relações Públicas, porque não deve se limitar a um nicho de meios de comunicação e nem se tornar especialista em um único formato (seja ele impresso, audiovisual ou radiofônico). A comunicação sindical deve mobilizar os vários formatos - pedrinhas - para atingir um público alvo, construindo o seu mosaico.

Apesar de estar focada na recepção de um público e comprometida em mobilizar ferramentas para atingi-lo, a comunicação sindical busca um efeito contrário ao de um profissional de relações públicas que atua, predominantemente, no ambiente organizacional da iniciativa privada. Enquanto que em Relações Públicas as estratégias de uma comunicação interna, por exemplo, devem estar voltadas para fazer o trabalhador desempenhar seu trabalho sem muito questionar a relação desigual que se estabelece com as chefias camuflando a luta de classes, nos sindicatos a comunicação se destina a mobilizar estratégias para que o trabalhador tome consciência dos seus direitos trabalhistas, bem como da exploração a que está submetido, além de promover a formação política da categoria.

As teorias de Relações Públicas vão tratar de uma comunicação que (supostamente) busca atender interesses mútuos; no Jornalismo fala-se sobre informar com isenção de opinião - a falsa ideia da imparcialidade -, porém, sabe-se que todo processo de comunicação busca o convencimento, persuasão. A comunicação sindical, nesse contexto, atua com o objetivo do convencimento, só que em um sentido oposto ao das grandes mídias e dos departamentos de comunicação das empresas e indústrias que formam as categorias sindicais. A esse respeito, Giannotti (2014, p.11) afirma:

Na história das sucessivas formas de comunicação ao longo dos séculos e dos milênios, veremos que estas sempre foram o instrumento de comunicar o olhar de alguém sobre determinado fato. Um olhar de um indivíduo ou grupo social para mostra e muitas vezes para convencer pessoas ou grupos de determinada visão. À medida que as formas de comunicação avançavam, aparece cada vez mais nítido o objetivo de levar outros a pensar de uma determinada maneira

A expressão “comunicação sindical” é relativamente nova e sua constituição se entrelaça com a história da organização dos trabalhadores. No Brasil, os primeiros jornais operários surgiram ainda no século XIX por influência anarquista, a partir da estruturação fabril e urbana que ocorria no país. Essa, porém, não foi a única iniciativa de imprensa popular que se estabeleceu; naquele tempo já se observava uma mobilização de outros segmentos populares, como por exemplo, da população negra e das mulheres.

Apesar de já apresentar um acúmulo significativo de experiências, a comunicação sindical, enquanto campo de atuação profissional e de pesquisa acadêmico-científica se intensificou, sobretudo, no período de reabertura política do país quando o jornalismo sindical foi se especializando, se profissionalizando e ganhando maior destaque nas entidades sindicais.

Nesse período, os principais sindicatos de trabalhadores passaram a contar com uma equipe de comunicação formada por profissionais da área. A imprensa sindical foi se tornando um contraponto frente à grande imprensa e os recursos mobilizados para atingir a classe trabalhadora foram se intensificando e se diversificando. Derivadas dos sindicatos vão surgindo experiências próprias de jornalismo e de diferentes outras iniciativas de comunicação; nesse período, será comum a utilização de carros de som, cartilhas, panfletos e boletins.

Conforme o perfil de cada categoria, esses veículos foram assumindo uma linguagem própria e um formato de texto que rompia com os padrões vigentes na grande mídia. O objetivo era ser o mais inclusivo e acessível possível para que o conteúdo comunicado fosse entendido pelas categorias de trabalhadores que, em geral, tinham pouco hábito e pouco tempo para leitura e quase nenhum acesso a um repertório mais sofisticado. A comunicação sindical será, portanto, marcada por um compromisso de politização e de formação da classe trabalhadora e os recursos mobilizados para atingir estes objetivos serão diversificados, mas sempre optando por uma linguagem simplificada e por veículos que pudessem ser de fácil manuseio e de baixo custo.

Dentre as estratégias para enfrentar as dificuldades e limitações de leitura por parte dos trabalhadores de várias categorias, os profissionais da comunicação sindical passaram a utilizar muitas figuras e imagens, com especial destaque para infográficos e charges, esta que se tornou uma característica bem marcante da comunicação

sindical a partir da década de 1980, sobretudo, por parte das entidades sindicais vinculadas ao “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995).

### **3.3. O USO DAS CHARGES NA COMUNICAÇÃO SINDICAL**

A utilização de veículos e formatos criativos e menos convencionais de comunicação será uma marca de toda a comunicação sindical. No caso da categoria de trabalhadores metalúrgicos, em especial nas décadas de 1980 e 1990, as charges e os cartuns se tornaram elementos importantes porque, sobretudo, moldam um posicionamento político da categoria de maneira lúdica e sagaz. A charge é uma modalidade de humor gráfico (MIANI, 2005) que se caracteriza pelo exagero na retratação de determinados assuntos de uma realidade social e política para criar uma situação cômica. Na comunicação sindical, a charge vai assumir um papel importante, qual seja, de fazer companhia ao editorial transmitindo ou reforçando um tema de grande importância, naquele momento, para a categoria.

As charges utilizadas nos boletins e publicações sindicais concentram de maneira leve, por meio de uma imagem, uma informação relevante para uma determinada categoria de trabalhadores. Ela funciona como se fosse um destaque que gostaríamos de dar a um assunto ou tema em um determinado contexto. Nesse sentido, no contexto da produção da imprensa sindical, ela procura ser uma alternativa de linguagem ao que já vem sendo tratado e discutido em formato de texto verbal.

Tanto as ilustrações, quanto os cartuns, as tiras cômicas e as charges potencializam a comunicação por reunir em uma imagem - com ou sem textos verbais -, por meio do humor, uma mensagem que um jornalista, provavelmente, teria que dedicar um texto inteiro para contar e explicar. Em síntese - apesar de ser clichê - uma charge, no contexto da comunicação sindical, faz jus à expressão “uma imagem vale mais do que mil palavras”, porque usa do humor como estratégia para levar uma ideia para toda uma categoria e levá-los à reflexão, ou mesmo a uma ação (MIANI, 2012), como por exemplo, aderir a uma greve, participar de uma manifestação, filiar-se ao sindicato.

Além de ser um apelo imagético importante para levar o trabalhador a uma ação voltada para a militância sindical, a charge também atua como uma ferramenta de formação política porque emite uma resposta rápida e engraçada a uma situação da realidade cotidiana, um acontecimento econômico ou político e, dessa forma,

persuade e molda o pensamento e a percepção política do leitor em torno de uma determinada interpretação daquele fato noticiado.

Na medida em que a comunicação sindical no Brasil foi se complexificando, a charge também passou a ser um elemento recorrente nas publicações sindicais e, com isso, as equipes de comunicação passaram a contar com chargistas permanentes. Com o tempo, observou-se que, pelas charges, os trabalhadores passaram a se interessar mais pelos boletins sindicais; as charges viraram uma espécie de chamariz, fazendo com que o trabalhador também se interessasse pelos demais textos, se transformando em uma marca registrada de boa parte das publicações sindicais e passando a fazer parte do cotidiano do trabalhador.

### **3.4. O JORNAL *TRIBUNA METALÚRGICA***

O jornal *Tribuna Metalúrgica* surgiu em 1971 pela necessidade de desenvolver uma concepção política junto à categoria metalúrgica, particularmente, na região do ABC paulista, e se constituiu “num efetivo instrumento de luta política do movimento sindical.” (MIANI, 2005, p.42). O país ainda vivia um período de ditadura civil-militar e a ampliação do setor industrial e, conseqüentemente, da massa operária naquele período, somados à repressão que era reproduzida pelas chefias e pelos patrões, fez com que a classe trabalhadora procurasse retomar sua organização a partir dos sindicatos.

A grande virada para um momento mais efervescente do sindicalismo brasileiro veio com a abertura política, mais especificamente a partir de 1977, quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema iniciou uma campanha por reposição salarial, fazendo coro contra os militares que vinham surrupiando a inflação nos anos anteriores. Em 1978, paralelamente a esse movimento de luta corporativa do referido sindicato, o 3º Congresso da respectiva categoria lançou as bases para o “novo sindicalismo” ao reivindicar uma nova estrutura sindical e exigir o reconhecimento das comissões de fábricas e o fim do imposto sindical obrigatório.

O jornal *Tribuna Metalúrgica*, nesse contexto, se tornou uma ferramenta de orientação política e de denúncia dos metalúrgicos da região. Uma de suas propostas enquanto jornal era ser condizente com a realidade concreta dos trabalhadores, promovendo um diálogo horizontal entre direção sindical e categoria, e respeitando e

entendendo sua realidade. Num período de grandes mudanças políticas no país e de protagonismo do sindicalismo, a *Tribuna Metalúrgica* se tornaria essencial para organizar as bases e orientá-las politicamente.

Enquanto o processo de organização local crescia, no dia 1º de Maio de 1978 cerca de 100 mil metalúrgicos mostraram sua força nas assembleias realizadas no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. Então, a *Tribuna Metalúrgica* se consolidava como um jornal sindical responsável por estreitar o diálogo com a categoria e fomentava outra visão à classe trabalhadora em relação ao que estava sendo noticiado na chamada “grande imprensa”.

A década de 1980, que marcou o fim da ditadura civil-militar e o início da redemocratização da sociedade brasileira, ficou conhecida como a década perdida por causa das crises econômicas, da recessão e dos altos índices de desemprego. Por sua vez, os metalúrgicos (principalmente, a partir da criação da Central Única dos Trabalhadores), na contracorrente, conseguiam se organizar politicamente e mostravam sua força e seu poder de mobilização, agitando toda a categoria.

Mesmo durante a década de 1990, marcada fortemente pelo enfraquecimento da capacidade de mobilização política da categoria e pela consolidação do “sindicalismo cidadão”, o jornal *Tribuna Metalúrgica* se manteve firme, inclusive, ampliando sua circulação para outras cidades, em especial, Santo André, em razão da fusão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Nesse período, o jornal passou por importantes mudanças, dentre elas a alteração de nome para “*Tribuna Metalúrgica do ABC*” e a luta passou a ser, predominantemente, pela garantia do emprego, controle da inflação, menos horas extras (MIANI, 2005).

A comunicação sindical nesse período seria fortemente marcada pela profissionalização no setor, com equipes contratadas não só para a produção jornalística, mas também para a produção chárstica. Durante a década de 1990, a charge esteve muito presente nas páginas do jornal *Tribuna Metalúrgica*, com destaque para o trabalho dos chargistas Pecê e Gilmar.

A equipe de jornalistas que atuou na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema - depois como Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC) - durante a década de 1990 era composta em média por dez pessoas, tendo variado um pouco esse quantitativo no começo e no final da década, quando o número de jornalistas ficou mais reduzido (quadro 1). O organograma do núcleo de

comunicação era formado por uma diretoria, uma equipe de oito ou dez jornalistas e cerca de 3 chargistas.

Vale destacar que nos cargos de diretoria, durante a década de 1990, não houve nenhuma gestão feminina. Por sua vez, por alguns períodos, havia mulheres ocupando o cargo de jornalista; em média, duas mulheres compunham a equipe de jornalistas ao longo desse período. No ano de 1993, constatamos um número maior de mulheres jornalistas no sindicato, tendo chegado a quatro de um total de 12 profissionais de jornalismo.

#### QUADRO 1

##### Composição do Departamento de Comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema / Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1990 - 2000)

ANO	EQUIPE DE COMUNICAÇÃO (TOTAL)	EQUIPE DE COMUNICAÇÃO (MULHERES)
1990	7	1
1991	13	2
1992	12	2
1993	15	4
1994	16	3
1995	14	2
1996	12	2
1997	11	1
1998	8	1
1999	6	0
2000	6	0

*Fonte:* MIANI, 2005.

Os dois chargistas principais que ilustraram para o jornal *Tribuna Metalúrgica* durante a década de 1990 foram: Paulo Cesar Rocha (Pecê), responsável pela maioria das charges publicadas no jornal (231 charges), e Gilmar Barbosa (68

charges) <sup>10</sup>. Pecê permaneceu no jornal entre 1990 e 1998. Gilmar começou a publicar charges no referido jornal em 1993 e sua participação como chargista fixo foi encerrada em 1996. Ao longo do período analisado - e, de modo geral, em toda comunicação sindical - não observamos a presença de chargistas mulheres.

Nos últimos anos da década, já marcados pelo avanço da internet e também pela substituição das charges, principalmente, por fotografias e infográficos, não havia nenhum chargista fixo compondo a equipe de comunicação.

---

<sup>10</sup> Apenas episodicamente encontramos charges assinadas por outros chargistas.

#### 4. UMA ANÁLISE DAS CHARGES DO JORNAL *TRIBUNA METALÚRGICA*

Para a realização dessa pesquisa, o universo documental de onde deriva nosso objeto de estudo consiste em um acervo físico de jornais impressos publicados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990. O jornal analisado mudou de nome algumas vezes ao longo da referida década (quadro 2), conforme quadro abaixo:

**QUADRO 2**  
**Nome da publicação oficial do SMABC**

<b>NNOME DO PERIÓDICO</b>	<b>PERÍODO</b>
Tribuna Metalúrgica	1990-1993
Metalúrgicos do ABC	1992-1993
Tribuna Metalúrgica do ABC	1994-2000

*Fonte:* MIANI, 2005.

Para facilitar a análise, utilizaremos durante toda a pesquisa o nome de *Tribuna Metalúrgica* porque é como o jornal ficou popularmente conhecido ao longo de toda a sua trajetória, apesar das mudanças de nomenclatura. O foco de nossa análise são as charges, tiras cômicas e cartuns publicados no referido jornal no período que vai de julho de 1990 a agosto de 2000. Também com o propósito de facilitar e padronizar uma nomenclatura, identificaremos todas as imagens utilizadas no decorrer da pesquisa apenas como “charge”, apesar de reconhecermos que existem diferenças importantes entre essas modalidades do humor gráfico (MIANI, 2000).

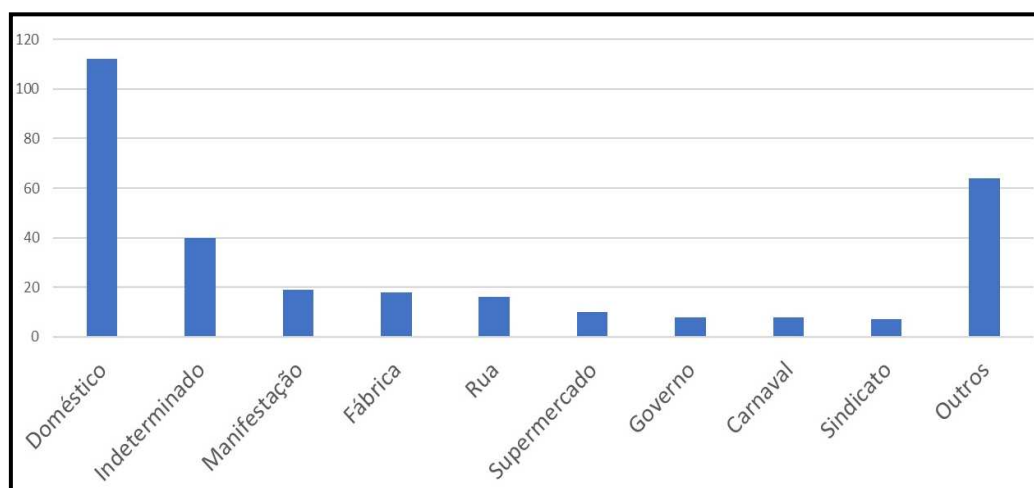
#### 4.1. A METODOLOGIA DE ANÁLISE

O procedimento metodológico consistiu em acessar um arquivo físico de edições dos jornais do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990 e realizar uma leitura visual flutuante, seguida de digitalização das charges, cartuns, tiras cômicas e ilustrações encontradas em todas as edições. Depois de cumprida a fase de digitalização, selecionamos as edições que contêm charges que apresentam personagens femininas ou charges que - mesmo sem personagens femininas - tratam de questões inerentes ao universo feminino, como por exemplo, o dia 08 de março. Na sequência, já com as charges selecionadas e nomeadas com uma terminologia padrão, partimos para a catalogação de tais imagens, utilizando um “bot” de programação.

Após a organização, seleção e estruturação das charges partimos para uma observação inicial buscando identificar o contexto e a dinâmica em que as personagens femininas estavam inseridas na retratação chárstica. Como resultado dessa observação, catalogamos os ambientes ocupados por essas mulheres nas charges (gráfico 1), suas vestimentas (gráfico 2) e o papel que ocupavam - se era trabalhadora, mãe, esposa ou militante sindical. Por fim, como principal propósito de nossa pesquisa, analisamos os sentidos e as representações expressas nas charges a fim de verificar se em algumas situações essas mulheres estavam expostas a situações de assédio, de machismo ou de misoginia, ou até mesmo se as charges reforçavam algum tipo de estereótipo ou preconceito.

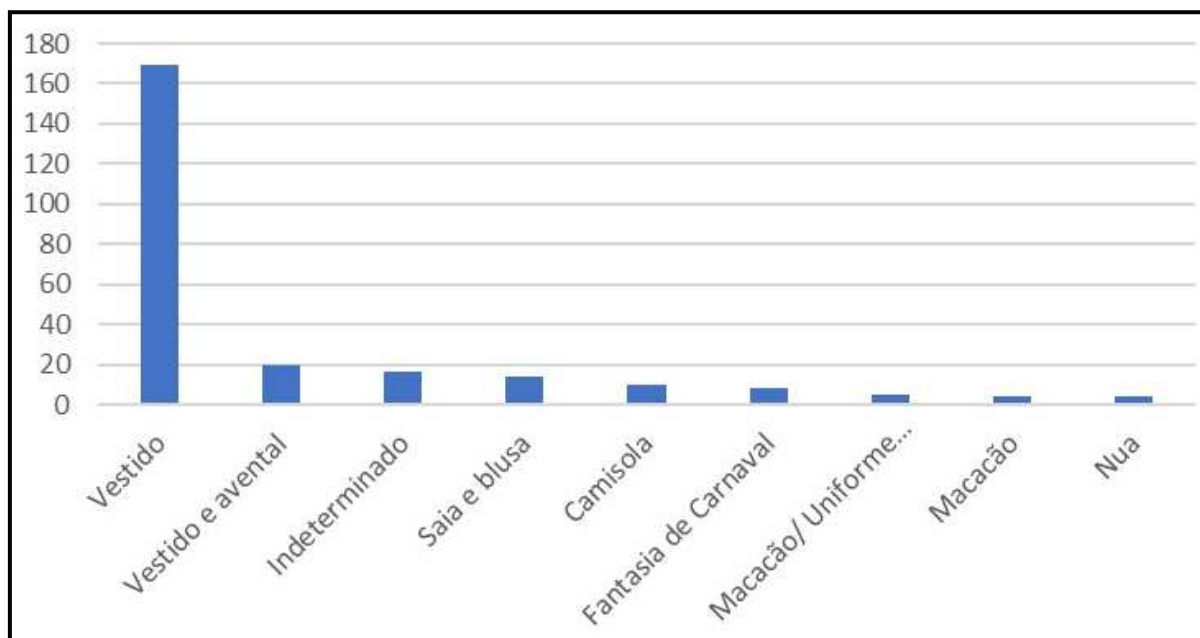
**GRÁFICO 1**

**Ambientes ocupados pelas mulheres nas charges**



**Fonte:** Produzido pela autora.

**GRÁFICO 2**  
**Vestimentas usadas pelas mulheres nas charges**



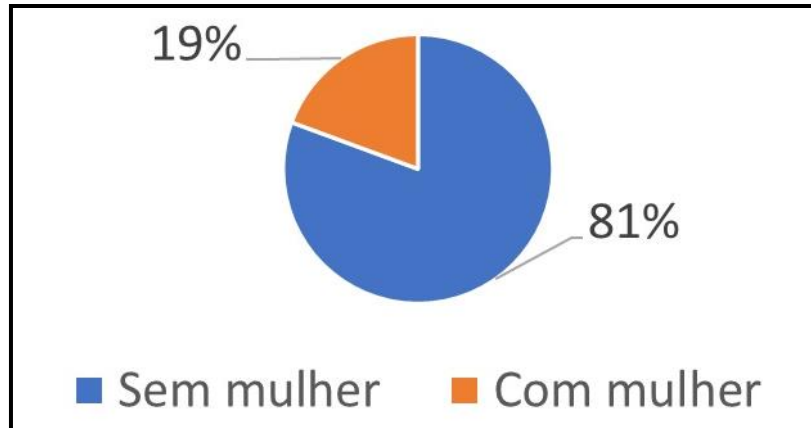
**Fonte:** Produzido pela autora.

O recorte temporal para a análise das charges corresponde às edições publicadas entre 18 de julho de 1990 até 17 de agosto de 2000; nesse período, houve variações na periodicidade do jornal *Tribuna Metalúrgica*, bem como na recorrência de utilização de charges, que se revelou mais ou menos frequente dependendo do período. No total, foram digitalizadas 1658 imagens; nesse universo encontramos 322 charges que apresentou alguma personagem feminina ou que trazia alguma temática relacionada à questão de gênero (gráfico 3). O baixo quantitativo de charges com a presença de mulheres já é bastante revelador; ou seja, durante a década de 1990 as mulheres estiveram presentes em apenas 19% das charges publicadas.

Ao longo da década de 1990, os anos que registraram maior número de charges publicadas foram 1994, 1995 e 1996 (gráfico 4). Nesses anos, até pela quantidade mais expressiva de charges, o número de charges com personagens mulheres ou pautas femininas foi maior, mas a proporção de participação das mulheres permaneceu praticamente a mesma durante toda a década, raramente ultrapassando 30% do total de charges publicadas num determinado ano.

**GRÁFICO 3**

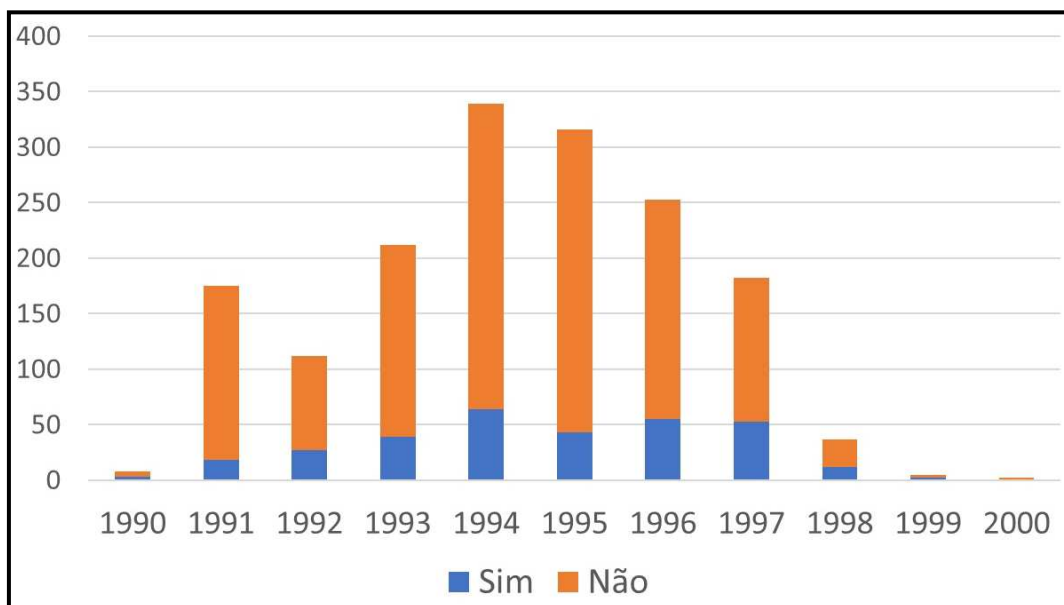
**Relação de charges com mulher / sem mulher**



*Fonte:* Produzido pela autora.

**GRÁFICO 4**

**Quantidade de charges por ano**



*Fonte:* Produzido pela autora.

Optamos por separar esse material e analisá-lo, inicialmente, de forma quantitativa, a fim de entender e chegar um pouco mais perto de uma resposta para o nosso problema de pesquisa que pretende, fundamentalmente, entender como a

mulher foi representada nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* durante a década de 1990.

A partir desse universo de 320 charges fomos desdobrando em observações que nos forneceram uma base de dados sólida para a delimitação de algumas categorias que nos auxiliaram na escolha de algumas temáticas e na seleção das charges que seguiram para a análise mais aprofundada. Uma ressalva importante a fazer, das 320 charges com mulheres encontradas no jornal, pelo menos dezoito delas foram identificadas como reedições ou charges republicadas no jornal, e, portanto, não seguiram para as análises mais detalhadas, permanecendo, a partir de agora, o montante de 302 charges inéditas que foram categorizadas e analisadas na pesquisa.

#### **4.2. UMA PRIMEIRA ANÁLISE POR AMOSTRAGEM DAS CHARGES SELECIONADAS**

Após a digitalização de todo o material e da seleção das 302 charges inéditas com mulheres realizamos uma análise dessas imagens, por amostragem, que pudesse oferecer outros filtros para uma análise mais detalhada sobre a aparição das mulheres nas charges, no sentido de entender o que faziam, quais ambientes ocupavam, como se vestiam, sua relevância dentro do cenário e do enredo construído.

Observamos e avaliamos cada uma das 302 charges coletando algumas informações importantes que foram compiladas em uma tabela (Anexo 1) onde registramos a edição do jornal no qual a charge foi publicada; a data da publicação; o ambiente onde a mulher está inserida; se realiza alguma crítica de gênero; o enredo/contexto da charge; quantas mulheres aparecem em cada uma dessas charges; se ela é metalúrgica, esposa metalúrgica ou outra não especificada; qual vestimenta ela utiliza; se a charge tem conotação machista ou se reforça estereótipos; qual o tema político abordado; e qual o enquadramento nas categorias de análise - que foram criadas no contexto desta pesquisa para definir quais charges iriam para a análise mais aprofundada e que serão exploradas no próximo tópico de nossa análise.

Dentre os resultados observados, um dos primeiros destaques que apresentamos trata do cenário onde as mulheres se encontram no contexto de cada uma das charges: em aproximadamente 110 imagens, 36% do total analisado, as mulheres estão em espaços domésticos, seja cozinha, sala ou quartos da casa. Nessas charges, de modo geral, ela representa a esposa metalúrgica que está em cena com seu esposo metalúrgico ou com a família toda (veja gráfico 1).

A incidência da família metalúrgica nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* foi tão significativa durante a década de 1990 que foi criada uma série especial chamada “Família Metalúrgica”, com personagens fixos, em que a esposa metalúrgica é a personagem Jovina. Nessa série temas corriqueiros como a corrupção, as enchentes (figura 1), o aumento dos preços do mercado, o desemprego e a inflação foram retratados. Jovina será a figura que zela pelo marido e pelos dois filhos, um menino e uma adolescente.

**FIGURA 1**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 380, data 28/02/1996.

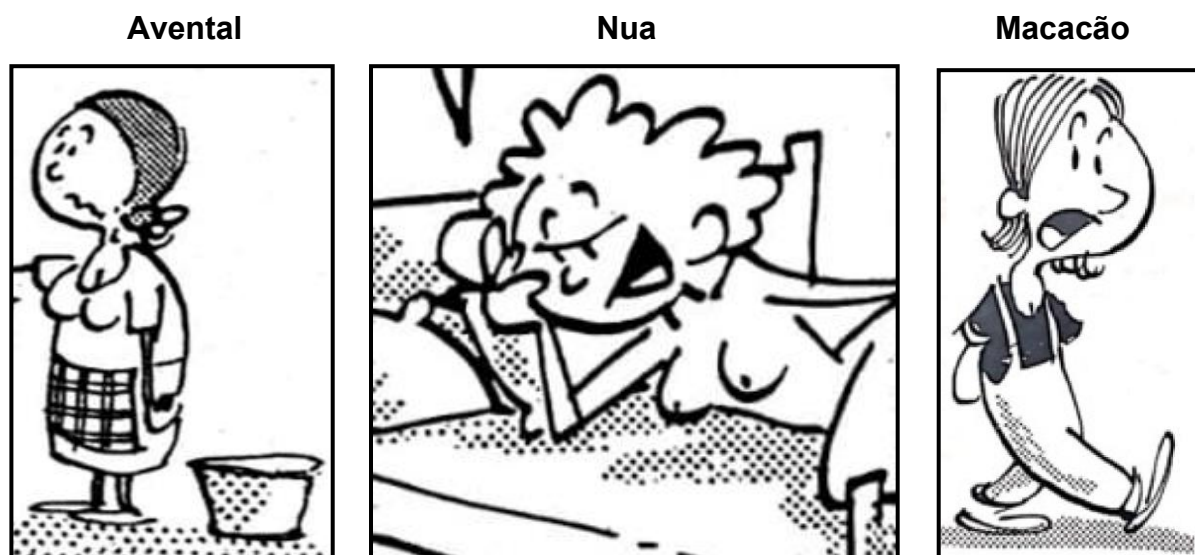
As charges retratando manifestações (como greves ou outras mobilizações em defesa de pautas sindicais) e as charges ambientadas na fábrica só vão aparecer como 4º e 5ª colocadas, respectivamente, na escala de ambientes com a presença de mulheres. Quando elencamos os ambientes ocupados por essas mulheres, o número de charges somados nessas duas categorias - manifestações e Fábricas -, cerca de 40 charges, é infinitamente menor do que o quantitativo de charges em que o ambiente ocupado é o doméstico.

As vestimentas dessas mulheres (figura 2), geralmente, são o vestido ou saia e blusa como identificadores do gênero feminino. Em algumas circunstâncias, a mulher aparece de avental, cabelos presos, sobretudo, em charges cujo ambiente é a cozinha. A camisola - ou a própria nudez - será também uma vestimenta para delimitar o espaço do quarto e das charges que trazem como elemento cômico alguma piada

de conotação sexual. Tais dados vão oferecendo evidências para afirmar que as charges na *Tribuna Metalúrgica* representaram as mulheres, sobretudo, como esposas metalúrgicas, donas de casa que ficavam aguardando seus esposos voltarem das fábricas.

Ainda em relação à vestimenta, ocasionalmente, aparece o macacão como um elemento que identifica a mulher metalúrgica; sua aparição nas charges será infinitamente menor do que o uso do vestido e da saia. Por fim, algumas mulheres vão aparecer com vestimenta requintada, roupas como terno e salto. Essas ocuparão algum cargo político ou profissões consideradas mais elitizadas, tais como uma advogada, uma juíza ou uma repórter entrevistando algum político ou representante sindical.

**FIGURA 2**



**Fonte:** Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Tribuna Metalúrgica*.

Também aparecem nas charges da *Tribuna Metalúrgica* da década de 1990 algumas personalidades femininas ligadas à política, como a ex-primeira dama, Rosane Collor, principalmente, durante o período que marcou os anos do governo Collor no Brasil. Por sua vez, nos anos que marcaram os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a figura de Ruth Cardoso apareceu episodicamente (figura 3). Além das duas primeiras damas, tivemos também a retratação de Zélia Cardoso de Mello, ministra da Economia, Fazenda e Planejamento (1990-1991), e de

Dorothea Werneck, que foi ministra do Trabalho (1989-1990) e, posteriormente, ministra da Indústria e do Comércio (1995-1996).

Raramente, as charges apresentaram mais de uma mulher na composição da situação retratada. Em alguns casos, as figuras femininas ou negras foram utilizadas em grandes quantidades, como figurantes, para compor uma ilustração de uma multidão de trabalhadores em greve ou em uma manifestação nas fábricas ou ainda em uma assembleia sindical. E ainda, nessas charges, as mulheres dificilmente tiveram algum destaque ou alguma fala.

### FIGURA 3

Ruth Cardoso



Zélia Cardoso de Mello



Dorothea Werneck



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Tribuna Metalúrgica*.

Algumas interpretações podem ser extraídas dessas charges em que várias mulheres são utilizadas para compor uma multidão: a primeira é que apesar de aparecerem várias figuras de mulheres na multidão - e como já afirmando, meramente ilustrativas - elas aparecem em número muito menor do que os homens. A segunda é que, por outro lado, o chargista se preocupou em dar uma noção de diversidade quando, ao ilustrar uma multidão, apresentou algumas personagens mulheres e alguns personagens negros retratando a situação. No entanto, no geral, nossa percepção é de que essa noção de diversidade retratada é uma condição meramente superficial, já que, dificilmente, essas mulheres aparecem nas manifestações como líderes sindicais e/ou personagens de destaque nas charges.

De modo geral, essa análise estatística nos permitiu constatar que o quantitativo de charges com personagens femininas é muito baixo em relação ao montante de charges publicadas durante a década de 1990, além de reconhecer que a retratação de mulheres em ambientes domésticos é infinitamente maior do que a sua presença em ambientes de trabalho.

**FIGURA 4**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 45, 30/03/1994.

De modo geral, essa análise estatística nos permitiu constatar que o quantitativo de charges com personagens femininas é muito baixo em relação ao montante de charges publicadas durante a década de 1990, além de reconhecer que a retratação de mulheres em ambientes domésticos é infinitamente maior do que a sua presença em ambientes de trabalho.

Do total de 302 charges inéditas com mulheres, em pelo menos 20 delas há uma proposta de discussão referente a gênero, tais como, o assédio, a saúde sexual da mulher e a data comemorativa do Dia Internacional da Mulher (08 de março). Invariavelmente, esses temas aparecem de forma bem pontual ao longo da década, quando há alguma data comemorativa ou quando ocorre algum caso de assédio nas fábricas que tenha sido noticiado pelo próprio jornal.

A partir desses dados concluímos que as pautas especificamente femininas - e nem estamos entrando no mérito das pautas feministas - são pouco exploradas pelo jornal *Tribuna Metalúrgica* e quase sempre aparecem somente em situações

esporádicas. Porém, em algumas situações de assédio contra as mulheres ocorridas em empresas metalúrgicas e abordadas pelo sindicato por meio de sua imprensa sindical durante os anos 90, as charges contribuíram para noticiar o fato e ilustrar de forma lúdica e educativa esse assunto.

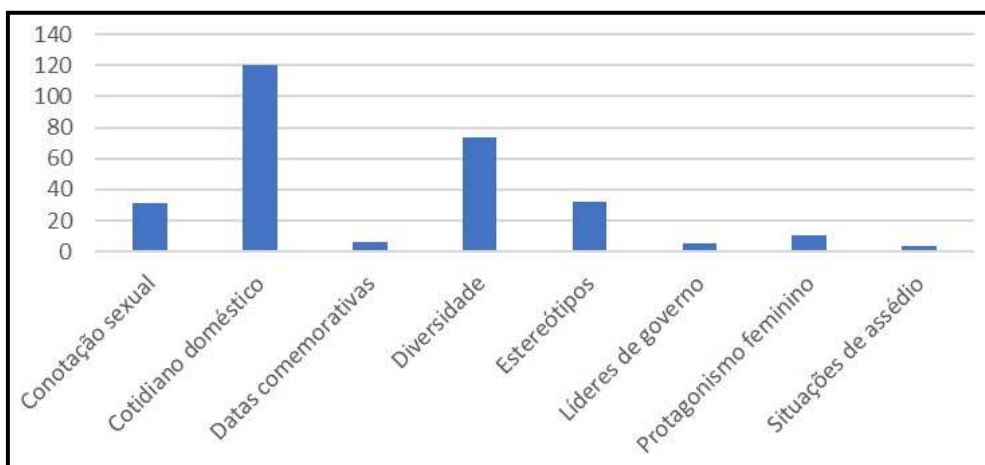
Enfim, por essa abordagem baseada apenas em dados quantitativos, temos que reconhecer que o jornal *Tribuna Metalúrgica* reproduziu um retrato da mulher que não fugiu muito dos padrões e estereótipos atribuídos à mulher, no contexto da década de 1990, por parte da sociedade brasileira. Em geral, as charges retrataram uma mulher que carrega a responsabilidade pelas atividades domésticas e o cuidado dos filhos.

Infelizmente, isso só reforça uma de nossas hipóteses iniciais de que a retratação da mulher no contexto da imprensa sindical - em especial durante a década de 1990 - não seria diferente do que ocorre na grande imprensa e na sociedade como um todo, apesar de se tratar de uma expressão da comunicação popular, vinculada a um movimento social, e que, justamente por isso, se desejava que pudesse agir na perspectiva de romper com os padrões vigentes estabelecidos.

#### **4.3. PARA UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NAS CHARGES DO JORNAL *TRIBUNA METALÚRGICA***

Para garantir que a pesquisa tenha uma amostra de charges que realmente contemple a realidade dessas mulheres durante a década de 90, criamos oito categorias de análise, as quais fomos elencando, catalogando nosso montante de 302 charges

**GRÁFICO 5**  
**Categorias para análise**



**Fonte:** Produzido pela autora.

#### 4.3.1. Charges do cotidiano doméstico

A primeira categoria a ser analisada - por ser a mais expressiva - é a das charges que retrataram o “cotidiano doméstico”. Nessa categoria estão incluídas todas as charges que se passam no seio da família metalúrgica, onde a mulher está, predominantemente, em alguma situação de cuidado com a casa, cuidado com os filhos, cuidado com o esposo ou em um momento doméstico de lazer com sua família. Foi corriqueira a utilização de dois planos/cenários em um único quadrante de charge, delimitando os espaços de cada gênero na casa, como na charge onde aparece a mulher na cozinha em alguma atividade e o homem na sala vendo TV (figura 5).

**FIGURA 5**



**Fonte:** SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 312, 27/09/1995.

A década de 1990 foi um período de crise no contexto político brasileiro marcado, principalmente, pela globalização e pelo avanço da política liberal, que provocou forte aumento da terceirização e da privatização, incitadas, sobretudo, pelo governo FHC (1995-2002). Os diversos processos políticos de organização popular - que até então eram organizados nos bairros, por movimentos populares e religiosos, bem como junto às categorias de trabalhadores, realizados pelos sindicatos - foram dando lugar às ONGS e entidades de filantropia que, diferentemente dos movimentos políticos, prestavam um serviço de acolhimento e ajuda sem o envolvimento político de mudar a realidade do país. Considerando que essa realidade se impunha na conjuntura dos movimentos sociais, o sindicalismo dos anos 90 também passou a lidar com a classe trabalhadora numa perspectiva menos transformadora e, por outro lado, muito mais voltada à prestação de serviços.

Para dar conta dessa dimensão de prestar serviços para a classe trabalhadora - por exemplo, proporcionar acesso a clubes de lazer e oferecer convênios médicos ou convênio com bancos e farmácias - os sindicatos passaram a lidar diretamente com a família do trabalhador, já que seu leque de serviços ofertados visava atender não somente o trabalhador da categoria em si, mas também o seu cônjuge e os filhos.

A partir dessa guinada e desse contato mais amplo com a vida doméstica do trabalhador e sua família - no caso do nosso universo de pesquisa, o trabalhador metalúrgico - uma série de charges passou a ser publicada no jornal *Tribuna Metalúrgica* numa tentativa de retratar o universo doméstico e a vida cotidiana do metalúrgico com sua família e com sua esposa. O fato de essas charges se referirem às famílias dos metalúrgicos produziu uma mudança nos cenários retratados nas charges: a fábrica, ambiente recorrente nas ilustrações dos anos 80, deu lugar à casa da família metalúrgica, que cada vez mais passou a aparecer no jornal. Alguns exemplos de charges do cotidiano doméstico retrataram os diferentes ambientes ocupados pelo homem e pela mulher; enquanto o homem ficava na sala vendo televisão, a mulher preparava o jantar na cozinha (figura 6).

FIGURA 6



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 91, 30/06/1994.

Além disso, algumas charges dessa categoria também traziam a questão do desemprego do metalúrgico e o colocava realizando algumas atividades domésticas (figura 7); nesses casos, porém, é interessante observar que quem está na condição de desempregado é sempre o homem - e nunca a mulher - porque na realidade das charges do período a mulher, predominantemente, ocupava o espaço do lar.

FIGURA 7



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 370, 08/02/1996.

Outra construção bastante corriqueira nas charges que retrataram o cotidiano doméstico é a de uma realidade na qual a esposa aguarda o marido metalúrgico chegar do trabalho; na maioria dos casos, o desfecho cômico se dava por alguma novidade que ele trazia das fábricas, do trabalho. Numa das charges selecionadas, o trabalhador contou que foi demitido (portanto, uma charge que também dialoga com a problemática do desemprego) e a esposa, já na posição de cuidado, acolheu sua tristeza e disse que iria lhe preparar um café (figura 8).

FIGURA 8



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº408, 10/09/1996.

Ainda em se tratando dessa estrutura recorrente nas charges - em que a mulher espera o marido metalúrgico chegar em casa - a charge abaixo mostra a personagem Jovina - da série "Família Metalúrgica" - sendo abordada pelo esposo metalúrgico que entra em casa perguntando dos filhos. Ela responde que estão na escola e ele rebate afirmando que "os professores estão em greve há 16 dias". Nesse caso, Jovina foi tacitamente cobrada pelo (des)cuidado com as crianças (figura 9).

FIGURA 9



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº47, 02/09/1993.

Em outras situações que mostraram o cotidiano do trabalhador metalúrgico desempregado, ele aparecia realizando alguma atividade doméstica (figura 10); nesses casos, quase sempre, a ideia transmitida é de que o homem não sabe cuidar dos afazeres da casa e, com isso, ele mais atrapalha do que ajuda sua esposa.

FIGURA 10



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 375, 15/02/1996.

Por fim, encontramos algumas charges que exploraram situações de lazer entre as pessoas da família metalúrgica como, por exemplo, cenas domésticas em que todos assistem TV ou estão na mesa do jantar em um momento de descontração. Geralmente, essas charges retratavam uma composição familiar tradicional, homem e mulher com um ou dois filhos, com papéis bem delimitados e condizentes com a estrutura patriarcal, em que os homens estão na esfera produtiva, garantindo o sustento da família, e as mulheres estão na esfera reprodutiva, cuidando da casa e dos filhos. Nas charges, qualquer situação que fugisse um pouco desse contexto - como nos casos das charges que retratavam o desemprego do metalúrgico - passava a ser utilizada como elemento de piada; afinal, no material analisado, o homem não pertencia àquele contexto (figura 11).

FIGURA 11



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 312, 27/09/1995.

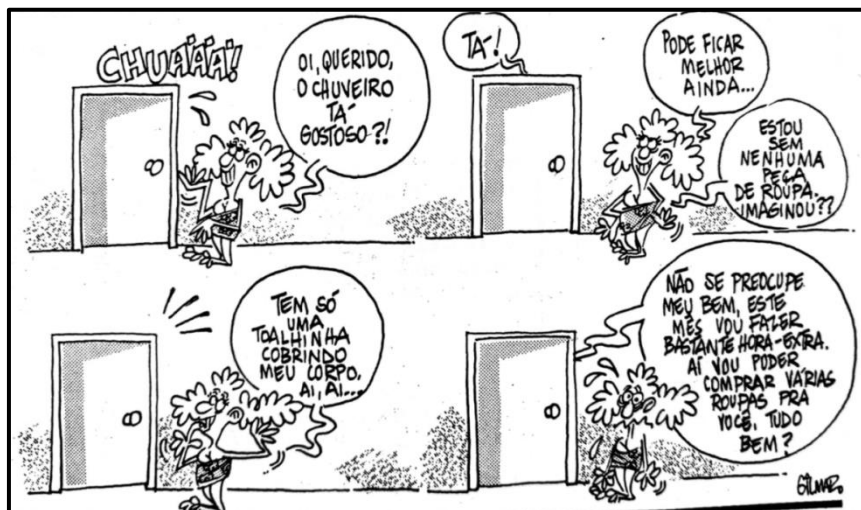
#### 4.3.2. Piadas com conotação sexual ou alguma situação lúdica de paquera

A segunda categoria a ser analisada diz respeito às charges que traziam piadas com conotação sexual ou alguma situação mais lúdica de paquera. Nesse caso, não desconsideramos o fato de que algumas charges poderiam também se enquadrar na categoria de cotidiano doméstico, pois retratavam momentos de intimidade do

metalúrgico em seu quarto com a sua esposa. No entanto, para efeito de nossas análises, preferimos categorizá-las como charges de “conotação sexual”, a fim de focalizar esse aspecto em nossa interpretação.

Nessas charges era comum a mulher estar de camisola ou até mesmo nua (figura 12). Foi constante o tema da realização excessiva de horas extras e a dificuldade enfrentada pelo trabalhador metalúrgico para ter tempo disponível para seus momentos de intimidade. Em algumas situações, a mulher procurava pelo carinho do marido que, em contrapartida, se negava alegando estar cansado, pois estaria trabalhando muito em razão das horas extras; nesses casos, invariavelmente, a piada acontecia porque era feita alguma correlação com traição, pois o esposo não se colocava disponível para os momentos de intimidade com sua esposa.

**FIGURA 12**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 214 24/03/1995.

Em algumas situações o humor aconteceu porque nos momentos a dois a mulher lembrava o metalúrgico de alguma situação da fábrica ou alguma situação política do país, que o aborrecia, e ele relatava ter perdido a vontade de transar, ter “brochado”, ou ainda, a charge explorou algum trocadilho com o propósito de produzir um efeito cômico (figura 13).

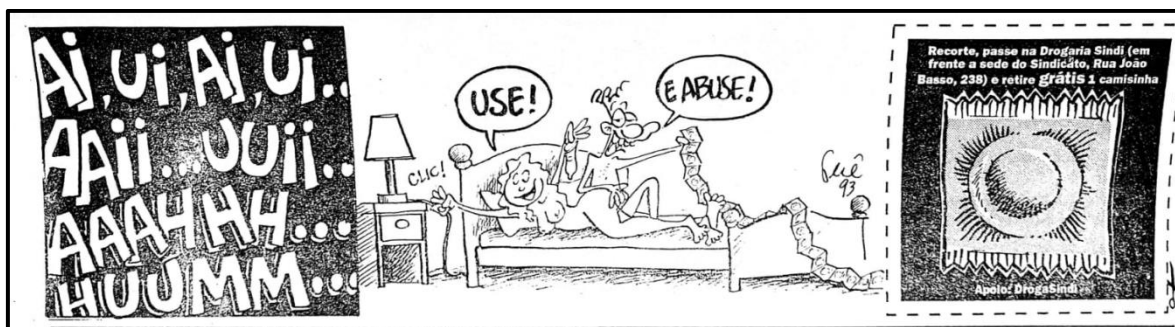
**FIGURA 13**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 420- 03/05/1996.

Outro contexto em que também foram exploradas situações do casal na cama, da nudez feminina ou da mulher usando camisola foi quando o Sindicato realizou alguma campanha educativa relacionada ao uso da camisinha e doenças sexualmente transmissíveis. Em todos esses casos observamos que a nudez feminina é mais recorrente que a masculina (figura 14)

**Figura 14**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 84, 19/11/1993.

E, por fim, algumas situações que exploraram a nudez ou a utilização de pouca roupa por parte da mulher aconteceu, sobretudo, em charges retratando o período do carnaval, em que o apelo visual do corpo feminino tem sido recorrente (figura 15). Em algumas charges de carnaval será constante a mulher aparecer em alguma situação de flerte ou paquera em bloquinhos ou bailes carnavalescos e, em alguns casos, será

explorada a questão da nudez em relação às passistas, dando um tom de objetificação sexual à mulher.

FIGURA 15



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 203 03/03/1995.

Apesar das várias situações apontadas nesta categoria, a mais recorrente foi a de charges com conotação sexual que retratavam a intimidade do casal metalúrgico, quase sempre relacionada ao (precário) desempenho masculino diante da exaustão causada pelas horas extras ou do desânimo para namorar como consequência dos impasses do contexto social e político do país e da categoria. Nessas charges, a nudez feminina foi bastante explorada e o contexto retratado, predominantemente, apresentava uma mulher tomando iniciativa e convidando o marido para transar e, na maioria das vezes, a conclusão deixava a mulher em situações desagradáveis.

#### 4.3.3. Situações de assédio

A terceira categoria a ser analisada trata de algumas situações de assédio; são charges que retrataram o assédio do patrão sobre a trabalhadora ou charges que retrataram algum caso de assédio ocorrido nas fábricas. O número de charges nessa categoria é pequeno - quatro no total -, na maioria das vezes relacionada a uma notícia sobre algum caso de assédio que tenha ocorrido em alguma fábrica.

Apesar de quantitativamente pouco representativo, consideramos fundamental criar essa categoria porque o assédio era - e ainda é - bastante recorrente no universo

do trabalho, nas mais diversas categorias trabalhistas. Apesar de as mulheres serem minoria na realidade das empresas metalúrgicas nos anos 90 elas sofriam muito assédio sexual e moral, tanto de patrões quanto de colegas de trabalho, porém essa realidade foi pouco explorada pela comunicação sindical.

O que se observa é que, apesar de ser um debate central para as mulheres metalúrgicas e para as mulheres de modo geral, o assédio foi retratado nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* apenas em casos em que ele já havia ocorrido e, portanto, precisava ser noticiado. Num desses casos, a charge aborda uma situação de assédio que ocorreu na empresa Panex e ilustrou uma matéria tratando da referida situação que também foi publicada naquela mesma edição. A capa do jornal trouxe os seguintes dizeres: “Assédio é crime e pode dar cadeia.”

A imagem apresenta uma mulher com expressão de brava, com braços cruzados e observando um homem sendo arrastado por um guarda (figura 16). Trata-se de uma charge que abordou um caso de assédio que ganhou visibilidade a ponto de ocupar o espaço da capa do jornal. O ponto em questão é que, raramente, esse tipo de tema apareceu nas charges como situação educativa ou de prevenção; ou seja, não foram publicadas charges que abordaram esse tema sem que estivesse associado a um episódio concreto.

FIGURA 16

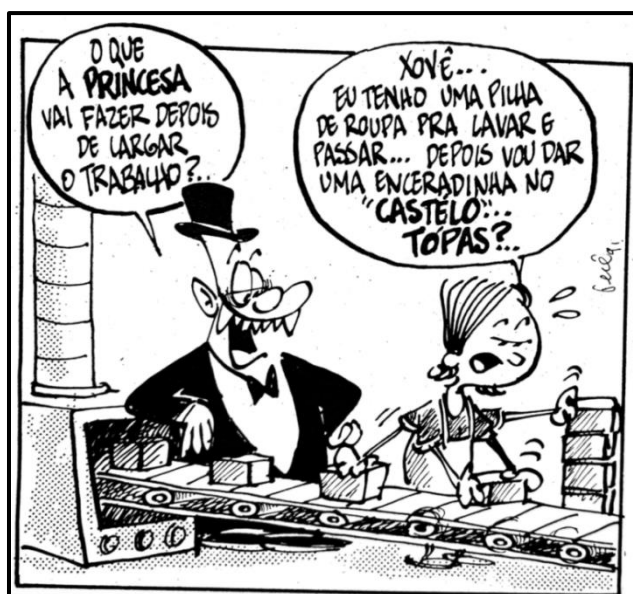


Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 67, 13/05/1994.

Em toda nossa base de análise foi encontrada apenas uma charge que retratou o assédio sofrido pelas trabalhadoras metalúrgicas praticado por pessoas ocupantes de cargos superiores ou por patrões, o que revela que o problema do assédio foi pouco

explorado na imprensa sindical. A única charge encontrada nessa temática mostrou uma mulher metalúrgica embalando mercadorias na esteira de produção quando foi abordada pelo patrão que a chamou de princesa e lhe perguntou o que iria fazer depois do expediente. Ela respondeu que tinha uma série de atividades domésticas para realizar e, inclusive, como devolutiva, pergunta ao patrão se ele topa acompanhá-la (figura 17). Essa charge não só aborda a questão do assédio no ambiente de trabalho como também denuncia a realidade da dupla jornada cumprida pela mulher.

FIGURA 17



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 1995 data, 31/10/1991.

A terceira charge dessa categoria tratou do assédio nas ruas e utilizou um argumento bastante complicado; enquanto duas mulheres andavam pela rua, um homem fez “gracinhas” e mexeu em seu órgão genital (figura 18). As mulheres conversavam sobre a experiência de clonagem da ovelha Dolly e depois da situação constrangedora a que foram expostas terminam dizendo que alguns seres humanos nunca deviam ser clonados. De fato, acreditamos que a imagem pretendeu apresentar uma abordagem crítica sobre o comportamento do homem, porém entendemos que ao utilizar o gesto obsceno como elemento argumentativo acabou por reforçar esse padrão, de modo que, mesmo que o Sindicato tenha apresentado uma problematização sobre o machismo acabou por reproduzir e mesmo reforçar tal comportamento.

FIGURA 18



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 567, 06/03/1997.

A última charge nessa categoria apresentou a questão do assédio moral que, no contexto da década de 1990, foi pouco discutido. A charge, além de discutir o assédio, abordou também a questão da discriminação contra a mulher negra (figura 19). A questão em específico foi discutida num quadro do jornal chamado “negritude”.

FIGURA 19

**NEGRITUDE**

### Trabalhadores na Mercedes recebem cartilha sobre discriminação

Na próxima segunda-feira, os 10.500 trabalhadores na Mercedes-Benz irão participar de um ato pela igualdade racial. Ele acontecerá no horário de entrada do primeiro turno, às 5h45, e contará com a presença do ex-presidente do Sindicato, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, e de Bill Luci, presidente da AFL-CIO, maior central sindical norte-americana.

Os companheiros na Mercedes serão os primeiros a receber a cartilha “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”, elaborada pelo Instituto Interamericano pela Igualdade Racial, o Inspir, em parceria com o Dieese, e pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades - Ceert. A publicação tem o

Uma das ilustrações da cartilha

apoio da AFL-CIO.

**Desigualdades**

A cartilha coloca em números quanto os trabalhadores negros

sofrem. Um exemplo que a pesquisa aponta é que 45,3% dos trabalhadores negros possuem jornada superior à jornada legal, ao passo que 38,6% dos brancos encontram-se nessa situação.

A cartilha mostra também que os negros trabalham mais e recebem menos que os trabalhadores brancos. Só em Recife, por exemplo, 61% dos negros recebem no máximo dois salários mínimos, contra 46% dos brancos. “Muito mais que dados, a cartilha mostra até onde vai o cinismo do governo brasileiro, que nunca fez nada para combater a discriminação e se faz passar por libertário aos olhos do mundo”, protestou o diretor do Sindicato, Joel Fonseca.

Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 1170, 17/08/2000.

A temática do assédio, além da baixa frequência nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* nos anos 90, foi retratada de uma maneira equivocada em alguns aspectos, justamente, por reforçar alguns padrões. Apesar de explorar uma forma lúdica para educar e formar a classe trabalhadora (por meio de charges), o debate sobre o assédio sexual e o assédio moral que as mulheres sofriam nas fábricas foi abordado de uma maneira mais factual, dando visibilidade apenas quando um caso

de assédio ocorria; a perspectiva formativa, definitivamente, não foi o que predominou na abordagem desse tema, mas tão somente a perspectiva informativa e denunciativa.

#### 4.3.4. Charges que trabalham a diversidade

A quarta categoria de análise é bastante expressiva e diz respeito a situações em que a mulher cumpre, geralmente, um papel de figurante nas charges. Demos o nome a essa categoria de “Diversidade”, porque são charges que cumprem o propósito de mostrar que a categoria, a fábrica ou o sindicato são compostos, diversamente, por homens e mulheres, brancos e negros. Nessas charges, observamos que a proposta é ilustrar multidões em uma manifestação ou multidões em uma assembleia sindical formadas por um público diverso e plural. No entanto, a condição das mulheres que aparecem é quase sempre de figurante, estando ali apenas para cumprir um protocolo de ter na composição da multidão um grupo diverso de pessoas.

Na charge abaixo, por exemplo, vemos uma fila de emprego que mobilizou muitas pessoas, homens e mulheres, brancos e negros, jovens e idosos (figura 20). A charge ilustra uma manchete que indica que, depois de 13 meses, a indústria paulista voltou a contratar trabalhadores. A presença de mulheres cumpria apenas o propósito de indicar que o grupo de candidatos aos empregos era diverso e plural.

FIGURA 20



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 449, data, 27/06/2022.

Essa construção será recorrente, porém, apesar de estar ali para dar uma noção de que tanto a classe trabalhadora, quanto a categoria e mesmo o Sindicato se constituíam de um grupo heterogêneo de pessoas (homens e mulheres), geralmente, a mulher era inserida apenas como uma mera figurante, sem nenhum tipo de ação ou

de interação no contexto da charge. Apesar de a intenção parecer boa, essas ilustrações de multidões acabavam por refletir uma dinâmica que mostrava que ali existia uma série de figuras femininas, mas que, na verdade, essas figuras estavam presentes apenas para cumprir um “protocolo”. A baixa participação das mulheres nas falas e nas ações do desfecho cômico denota que, apesar de aparecerem em grande número nas multidões, às mulheres não cabia o protagonismo das ações retratadas nas charges.

#### **4.3.5. Estereótipos femininos**

A quinta categoria aborda a questão do estereótipo. O estereótipo é um conceito, ideia ou modelo de imagem atribuída às pessoas ou grupos sociais, muitas vezes de maneira preconceituosa e sem fundamentação na realidade. Em resumo, os estereótipos são impressões, pré-conceitos e “rótulos” criados de maneira generalizada e simplificada pelo senso comum. O humor gráfico faz muito uso do estereótipo porque são parâmetros simplificadores que transformam detalhes no todo, facilitando a compreensão em relação à mensagem difundida pela charge.

No estereótipo, os modelos ou clichês vão se repetindo com o passar do tempo resultando em padrões impessoais e ideias preconcebidas. No caso das charges publicadas no jornal *Tribuna Metalúrgica*, elas reproduzem alguns padrões de comportamentos ou ideias como, por exemplo, o fato de a mulher ser representada como a responsável pela casa.

Nessa categoria, também consideramos aquelas charges que sugerem o reforço do estereótipo, mas que, por outro lado, produzem um efeito de sentido que remete à sua desconstrução. Esse é o caso da charge abaixo que, apesar de revelar que a mulher ocupa um lugar convencional no ambiente doméstico, ela tensiona tais padrões e, inclusive, leva o esposo a reagir diante da situação (figura 21). Na imagem, o ponto importante a ser destacado é que a mulher é, inicialmente, tratada como alguém que não frequenta manifestações (reafirmando estereótipos), porém ela parece despertar para a necessidade de mudar essa situação.

FIGURA 21



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 2009, 27/11/1991.

Outras charges desta categoria trazem mulheres que atuam em profissões, estereotipada, consideradas profissões de mulheres, tais como, enfermeiras, professoras, faxineiras, copeiras. Essas imagens apresentam uma construção imagética que diferencia profissões de homens e profissões de mulheres, na medida em que colocam as mulheres executando atividades profissionais que, majoritariamente, são ocupadas por pessoas do gênero feminino na sociedade.

A charge abaixo talvez seja uma das poucas que problematiza, parcialmente, esse estereótipo, pois em uma das cenas retrata uma mulher exercendo a atividade de taxista. No entanto, essa mesma mulher, antes de ser taxista, era ex-dona de casa e só está na atual profissão por causa do alto desemprego (figura 22); nesse caso, ainda, a piada acontece porque ela diz que esqueceu como se pilota um fogão, como se toda mulher tivesse que saber e se lembrar disso.

FIGURA 22



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº461 17/07/1996.

#### 4.3.6. Datas comemorativas: o dia “8 de Março”

Algumas charges apresentam a figura feminina para tratar de temas como o “Dia 08 de Março”, “Dias das Mães”, “Carnaval”, “Dia dos Namorados”, entre outros; por isso, indicamos aqui outra categoria de análise relacionada a datas comemorativas. Entendemos que os temas das charges referentes às comemorações do Dia Internacional da Mulher (08 de março) foram os mais transgressores, propondo algumas discussões de gênero, como o acesso às creches, igualdade salarial, carreira, assédio. No entanto, esses temas só eram tratados por ocasião de datas comemorativas o que revela que não havia, de fato, um comprometimento do sindicato e de sua comunicação sindical com essas temáticas.

É possível considerar que o sindicato reconhecia o machismo estrutural que havia na sociedade, expressando essa posição também a partir da produção chárstica; porém, ao mesmo tempo, observamos que algumas dessas charges ao expressar alguma denúncia ou crítica ao machismo acabavam por reforçar alguns padrões e estereótipos e incitavam falas pejorativas. Em outras palavras, mesmo quando o Sindicato apontava uma crítica ao machismo, sua maneira de construir o humor reforçava alguns padrões com frases como “tá naqueles dias”, “tem uma pilha de louça pra você lavar e você aí querendo ir pra assembleia sindical”.

As charges com a temática do “Dia 08 de março” cobriam um fato noticiado constantemente pelo jornal *Tribuna Metalúrgica*, na medida em que o jornal sempre divulgava as atividades relacionadas ao Dia Internacional das Mulheres. Na charge abaixo, os personagens comentam sobre uma atividade realizada pelo sindicato, isto é, uma manifestação sobre violência. A história começa com a mulher chegando da manifestação e encontrando o marido na poltrona vendo televisão; ao vê-la, ele questiona como foi a manifestação. A mulher conta ao marido tudo o que foi discutido, as pautas da manifestação e a necessidade de avançar para uma relação mais igualitária entre homens e mulheres. Negligenciando o relato da mulher, o marido relata que as crianças ainda não haviam tomado banho, que havia louça para lavar e que ele estava com fome, mas que a janta estava atrasada. Diante disso, a mulher reage e conclama “companheiras, a luta continua” em explícita indignação diante da atitude machista do marido.

FIGURA 23



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 1866, 11/03/1991.

Na próxima charge analisada, vemos a capa de uma edição comemorativa do Dia das Mulheres do ano de 1992. A matéria principal apresentou um levantamento importante da condição das metalúrgicas dos anos 90, apontando para as diferenças nos níveis de exploração e revelando que as mulheres tinham menos carteira assinada do que os homens, que ganhavam menos e que acumulavam o emprego com as atividades domésticas. Apesar de não ter sido produzida uma charge para retratar essas desigualdades, uma imagem do personagem João Ferrador dizendo “um dia deixaremos de ser machistas”, ilustra a capa da edição (figura 24). Essa figura é representativa do reconhecimento do quanto o machismo é estrutural na sociedade e de como ele se reproduz na categoria e no próprio sindicato.

FIGURA 24



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº1866,05/03/1992.

No ano de 1993, a charge publicada em referência ao dia “08 de Março” divulgava a programação comemorativa que iria ocorrer na sede do sindicato. Na imagem, a mulher tenta puxar o marido para participar da atividade sindical enquanto convida as mulheres (leitoras do jornal) dizendo “venha para o encontro de mulheres e traga seus “problemas” para serem discutidos!”. O referido encontro iria discutir os temas da violência doméstica, sexualidade e saúde.

Enquanto é arrastado, o esposo tenta argumentar com a mulher listando algumas atividades domésticas que sugere serem de responsabilidade da mulher; ele finaliza dizendo: “com tanta coisa para fazer em casa e você quer bater perna por aí?” (figura 25). Essa charge explicita o machismo estrutural utilizando o recurso da ambivalência discursiva. Enquanto a mulher arrasta o marido e convida as mulheres a participarem da atividade do sindicato, a mesma frase oferece duplo sentido, principalmente, pelo destaque na palavra “problemas” que pode indicar o sentido de que o “problema” é a forma como os homens reagem diante da mobilização das mulheres em favor de suas próprias lutas e causas e de sua atitude machista em considerar que as atividades domésticas são apenas responsabilidade da mulher.

FIGURA 25



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº2051, 05/03/1993.

A última charge analisada que ilustra as comemorações do “Dia 08 de Março” é do ano de 1996 e traz uma mulher olhando para o calendário e pedindo por mais respeito, menos machismo, preconceito e violência. No contexto de sua reflexão, a mulher comenta que “tem dia que não dá pra aguentar calada”; em resposta, o esposo lhe pergunta se ela “tá naqueles dias”, ao que ela retruca, “estou” em referência à sua disposição de luta em relação à data comemorativa (figura 26), mas que também pode sugerir que ela estivesse em seu período menstrual. Na situação em questão, apesar de ser uma charge que se propõe a discutir as desigualdades de gênero, há um ponto negativo a ser destacado, porque o último quadro reforça alguns comportamentos masculinos e uma visão pejorativa da mulher em relação ao seu período menstrual.

**FIGURA 26**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 366, 08/03/1996.

Além das charges comemorativas relacionadas ao “Dia 08 de março”, as mulheres também apareceram em charges relacionadas ao carnaval, sobretudo, em charges que relacionam o tema do carnaval ao uso da camisinha e da prevenção contra as DST’s e também em charges que tratavam de temáticas relacionadas às comemorações do “Dia dos Namorados” ou “Dia das Mães”.

No geral, as charges do “Dia 08 de março” abordaram questões importantes sobre a desigualdade de gênero, mas pudemos observar que essas pautas circularam com maior frequência no jornal *Tribuna Metalúrgica* apenas nessas datas, demonstrando que havia uma preocupação em se manter atualizado, mas não que isso representasse um engajamento ou um comprometimento com as pautas das mulheres. Outro ponto a ser destacado é que, apesar das críticas realizadas, as

charges acabavam reforçando os estereótipos de certos tipos de comportamentos do homem metalúrgico e pouco ousou romper com comportamentos machistas vigentes à época.

#### 4.3.7. Figuras políticas

Essa categoria de análise trata das charges que apresentaram figuras políticas, tais como Rosane Collor e Ruth Cardoso, Zélia Cardoso de Mello e Dorothea Werneck. Tratava-se de algumas mulheres em posição de destaque que apareciam nos noticiários e, conseqüentemente, nas charges da época. As duas primeiras foram primeiras-damas, respectivamente, esposas de Fernando Collor de Mello (presidente do Brasil no período de 1990 a 1992) e de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil no período de 1995 a 2002). Essas personalidades apareceram nas charges, sobretudo, porque os dois governos, Collor e FHC, eram bastante criticados nas charges publicadas no jornal *Tribuna Metalúrgica*, principalmente, por conduzirem políticas neoliberais.

Algumas dessas charges retrataram a intimidade doméstica desses casais e poderiam, conseqüentemente, ser encaixadas também na categoria de cotidiano doméstico. Na tira cômica abaixo, Ruth Cardoso é retratada como uma esposa zelosa de seu marido e auxilia FHC a escolher uma roupa para uma visita que ele faria na montadora Ford, em São Bernardo do Campo (figura 27):

**FIGURA 27**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 571, 13/03/1997.

Interessante apontar que foram poucas as mulheres retratadas exercendo algum cargo político e das quatro personagens identificadas, duas delas apareceram cumprindo um papel de esposa, ou seja, não tendo nenhum envolvimento direto com

a política do país de fato. Ruth Cardoso fugia um pouco do padrão de primeira-dama porque era uma intelectual e, como tal, sua retratação nas charges do jornal foi um pouco mais cuidadosa, apesar de também aparecer como uma mulher que cuidava do marido - por exemplo, escolhendo suas roupas -, mas combinado com a condição de alguém politicamente bem informada e que, eventualmente, não deixava de criticar algumas condutas políticas de FHC no exercício da Presidência.

Durante o período do governo Collor, a figura de Zélia Cardoso de Mello, então ministra da Economia, foi recorrente em razão do descompasso que o então presidente causou na economia do país e pelo descontrole da inflação que seria bastante explorado nas pautas e nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica*. A charge abaixo mostra o presidente Fernando Collor ao lado do ministro do Trabalho Antonio Rogério Magri acompanhando a então ministra da Zélia Cardoso de Mello fazendo um comunicado sobre as decisões em torno da recomposição salarial para os trabalhadores (figura 28). Por sua vez, um personagem trabalhador - representando a categoria metalúrgica - ouve o discurso da ministra e, acompanhando pela outra ponta do documento que estava sendo lido, conclui que toda aquela falação resultaria, na verdade, em um “arrochão bravo”<sup>11</sup>.

**FIGURA 28**



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 1731,27/08/1990.

<sup>11</sup> Arrocho salarial é a consequência de uma política salarial cujos reajustes não acompanham a inflação. Pode ocorrer como política de governo ou decorrente da livre negociação entre sindicatos patronais e de trabalhadores. Pode atingir tanto o salário mínimo como o piso salarial de uma determinada categoria.

Um ponto relevante a ser destacado nessas charges é que, apesar da baixa participação de mulheres em cargos políticos no período e também da baixa aparição delas nas charges, Zélia Cardoso de Mello foi uma liderança feminina, em uma posição de destaque no governo Collor, e a charge colocou a ministra como a personagem principal na ação retratada. E mais, apesar das várias falhas cometidas pelo governo Collor, o então presidente escolheu uma ministra mulher para conduzir as atividades econômicas do país.

Outra figura política que também apareceu nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* foi Dorothea Werneck, que ocupou os cargos de ministra do Trabalho (1989-1990) e ministra da Indústria e do Comércio (1995-1996). Na charge selecionada, ela aparece como a representante do governo na retratação da experiência das Câmaras Setoriais que contava com representantes do governo, de patrões e de trabalhadores (figura 29).

Figura 29



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº190, 07/02/1995.

As charges com líderes de governo ou personalidades políticas femininas não foram muito frequentes no jornal *Tribuna Metalúrgica*, se comparado às demais categorias de análise. De certa forma, o tempo vivido e a realidade da época são retratados nos desenhos, seja no âmbito da micro política - do próprio sindicato -, seja

na macro política, a participação e a presença de mulheres em cargos políticos foram - e ainda são - muito baixas.

Em nossas análises nessa categoria, ainda há um ponto relevante a ser destacado que é o fato de que das quatro mulheres, líderes de governo, aqui retratadas, duas delas - ou seja, 50% - são esposas de presidentes, ora aparecendo nas charges como “figurante”, ao lado do presidente, ora como donas de casas e esposas cuidando de seus respectivos maridos.

#### **4.3.8. Protagonismo feminino**

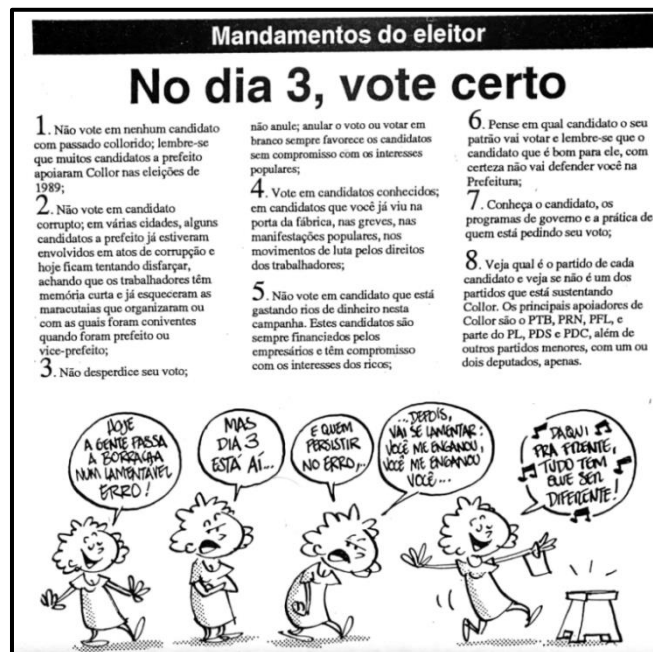
Algumas charges abordam situações que colocam as mulheres como figuras de destaque ou realizando alguma crítica social importante, até mesmo rompendo com alguns padrões vigentes no período analisado. São situações que apresentam a mulher, metalúrgica ou não, em destaque. Apesar do número de charges nessa categoria, definida como “protagonismo feminino”, ser bastante reduzido em relação, principalmente, às charges que tratam do cotidiano doméstico, é importante frisar que tivemos ao longo da década de 1990 algumas situações que levaram os chargistas a darem destaque à presença e ao protagonismo feminino na militância sindical, no esporte ou na política.

Na charge analisada, a situação retratada é de uma campanha sobre voto consciente. O sindicato publicou uma charge ilustrando um texto sobre os 10 mandamentos do eleitor. Na charge, a personagem que vota é uma mulher e ela reflete sobre escolher direito os candidatos e sobre a necessidade de não persistir em um erro pra não se arrepender depois (figura 30). A decisão de colocar uma figura feminina nesse tipo de situação é bastante simbólica e marcante porque as mulheres conquistaram o direito ao voto bem depois dos homens no Brasil.

Algumas situações de protagonismo feminino, efetivamente, ocorrem no ambiente da fábrica, na militância sindical e na política em geral, porém, reconhecidamente, em menor escala do que o protagonismo masculino. Além disso, a retratação desse protagonismo é ainda mais residual e quando a mulher aparece, geralmente, atua como figurante. Como já analisamos, os cenários em que a mulher aparece como “protagonista na charge”, geralmente, são aqueles envolvendo situações domésticas. Por isso, as charges indicadas nessa categoria são aquelas que colocaram mulheres metalúrgicas, primeiro, como personagens de fato nas

charges e, segundo, que colocaram mulheres em contextos que, provavelmente, seriam ocupados por homens.

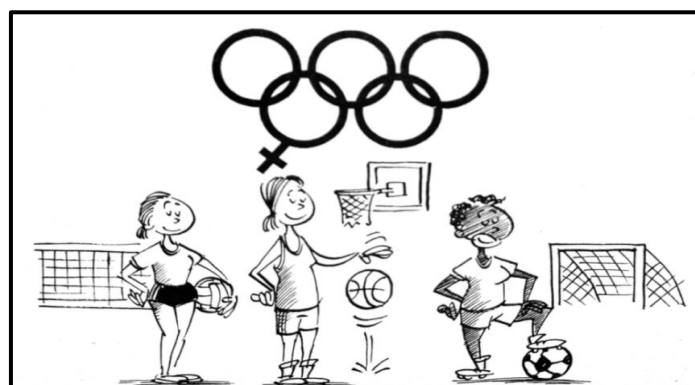
FIGURA 30



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 2162, 13/03/1997.

Nas charges que selecionamos para a sequência das análises, as mulheres protagonizam charges que abordam o universo do esporte, outro campo de atuação profissional em que ainda há baixa participação feminina e muitas situações de desigualdade e assédio. Na figura abaixo, retratando o momento mais importante do esporte mundial, as Olimpíadas, temos uma homenagem às atletas brasileiras de alguns esportes, vôlei, basquete e futebol (figura 31).

FIGURA 31



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 466, 25/07/1996.

Por fim, nessa última charge selecionada, aproveitando o contexto do final das Olimpíadas de Atlanta, realizada no ano de 1996, a charge problematiza o problema do desemprego de modo geral e, especialmente, o desemprego que afetaria muitas atletas que, apesar de ganharem medalhas, não teriam condições de seguir com seus treinamentos por falta de patrocínio ou de investimento público na área do esporte. A ilustração mostra três atletas mulheres segurando uma placa com os dizeres: “atleta desempregada procura emprego”, explicitando, por um lado, o protagonismo feminino nos jogos olímpicos, mas, por outro lado, a perversa realidade do desemprego no Brasil que também afetaria atletas medalhistas e vencedoras em suas respectivas modalidades esportivas.

FIGURA 32



Fonte: SMABC. *Tribuna Metalúrgica*, edição nº 473, 07/08/1993.

#### 4.4. COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NAS CHARGES

Após concluir os procedimentos de análise de uma amostra significativa de charges chegamos a uma percepção geral sobre como a mulher é representada nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* durante a década de 1990. O balanço geral que podemos fazer é que essa mulher representada nas charges é, majoritariamente, a esposa metalúrgica, reclusa na esfera familiar, cuidando de seus filhos e marido enquanto este garante à família as condições financeiras de sobrevivência. As

representações estabelecidas são, em sua maioria, o retrato do cotidiano de uma família metalúrgica e suas dificuldades diante do contexto político vivido pelo país.

Em determinadas categorias que criamos para conduzir nossas análises constatamos que algumas charges fugiram desse padrão estabelecido, principalmente, quando apresentaram situações em que a mulher foi retratada como trabalhadora metalúrgica e, em situações ainda mais transgressoras, como mulher sindicalizada ou militante. Porém, apesar disso, em algumas charges a sua posição foi meramente secundária ou apenas como figurante, integrando uma multidão numa manifestação ou mobilização específica numa fábrica.

Raras foram as situações em que as mulheres apareceram nas charges, efetivamente, com papel de destaque ou com protagonismo no mundo do trabalho, reproduzindo a realidade concreta do mundo real (ao menos pela perspectiva predominante no âmbito do movimento sindical). Neste sentido, podemos concluir que o Sindicato pouco demonstrou, em suas charges, um compromisso - ou mesmo interesse - em transformar ou minimizar essa realidade. As oito categorias criadas para análise nos deram argumentos para afirmar que a mulher apareceu, basicamente, em dois grandes campos de representação: como protagonista nas charges do ambiente doméstico, lidando diretamente com o cuidado da casa, dos filhos e do marido; e como figurante nas charges em que o ambiente retratava as lutas políticas da categoria ou da classe trabalhadora, tanto nas fábricas como no próprio sindicato.

Em algumas situações retratadas a mulher esteve presente como recurso estratégico, porque ao colocar uma mulher em determinada situação ou atividade ficaria mais fácil para o leitor identificar o propósito discursivo. O humor gráfico se constituiu, inclusive, como um recurso justamente para facilitar a interpretação e o entendimento do leitor. Por exemplo, para explicitar uma situação envolvendo a atividade de enfermagem, tende-se a considerar mais fácil (porque reforça uma visão estereotipada da realidade) retratar essa profissão por meio de uma figura feminina. Outra situação foram as charges de figuras políticas, principalmente, envolvendo as primeiras-damas Ruth Cardoso e Rosane Collor que foram relativamente frequentes apenas por serem esposas de presidentes e, com isso, pretendia-se criar algum tipo de vínculo do universo feminino com os temas gerais da política. Por fim, nas charges comemorativas do “Dia 08 de março” a presença da mulher garantia a legitimidade de

que se tratava de “assunto de mulher” e, nesses casos, o protagonismo da mulher era valorizado.

Enfim, de modo geral, o retrato que é possível exprimir da mulher que apareceu nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* na década de 1990 é o de uma dona de casa que convive com um machismo velado do esposo, que cuida dos filhos e que é a principal responsável pelas atividades domésticas, reforçando os estereótipos e (lamentavelmente) fortalecendo as bases que sustentam as múltiplas situações de opressão contra a mulher. Na fábrica, no sindicato ou nas manifestações, a mulher aparece (quando aparece) cumprindo um papel apenas secundário, de pouca participação no contexto e no enredo das charges.

Nesse momento derradeiro do processo de construção de nossa pesquisa, nos questionamos se a vida imita arte ou se a arte imita a vida. Ou seja, questionamos se as charges produzidas à época foram a reprodução de um tempo histórico e de um tipo de comportamento vigente na sociedade durante a década de 1990 ou se elas acabaram, de alguma forma, sendo a própria produtora de perspectivas estereotipadas e, na prática, não representavam a classe trabalhadora em seus comportamentos e condutas sociais que, eventualmente, já teriam avançado na época.

Ficamos com a primeira perspectiva e estamos aqui partindo do pressuposto de que as charges produzidas - e, especialmente, aquelas que foram aqui analisadas -, em sua grande maioria, apenas reproduziram aquilo que era um padrão vigente na referida década e que, infelizmente, por parte do movimento sindical, pouco se avançou no sentido de compreender o papel político da mulher e, principalmente, de romper com os estereótipos e a dominação e opressão machista imposta pela sociedade capitalista sobre a mulher.

Vários fatores podem ser considerados para explicar esse retrato; primeiramente, própria realidade da década de 1990 que foi um tempo histórico de baixa efervescência política, tanto no movimento sindical, quanto no movimento feminista, o que pode, de alguma forma, ter influenciado no que era publicado periodicamente no jornal *Tribuna Metalúrgica*. Da mesma forma, as consequências derivadas do neoliberalismo, da globalização e das crises políticas teriam obrigado o movimento sindical a priorizar outras lutas e reivindicações que não as pautas que diziam respeito às questões de gênero e às demandas específicas das mulheres metalúrgicas estando, naquela década, mais preocupado com a manutenção das

condições de vida da categoria, denunciando e pautando temáticas referentes ao controle da inflação e à luta contra o desemprego, o arrocho salarial e as horas extras.

Por outro lado, nessa mesma década, o sindicato ganhou ainda mais força e se consolidou como entidade de referência para outros sindicatos, em especial, no campo da comunicação, intensificando os processos de profissionalização e de qualificação e diversificação de sua produção comunicativa. Porém, essa situação não repercutiu de modo equivalente em todas as questões políticas e, nesse sentido, o debate em relação à questão de gênero não avançou o quanto deveria, principalmente, considerando que a comunicação sindical é uma expressão da comunicação popular e esperava-se que uma temática tão fundamental quanto essa pudesse merecer maior atenção e comprometimento. A impressão que fica é que quanto mais a profissionalização da comunicação sindical se estabelecia, mais a lógica da mídia massiva se instituí.

Por fim, não podemos esquecer que tratamos de um objeto de estudo situado historicamente num tempo de emergência do “sindicalismo cidadão” e que, portanto, as charges publicadas naquele período visavam, também, penetrar na esfera doméstica como decorrência da expansão da influência do sindicato para além do espaço do trabalho, buscando atingir a família do trabalhador. Porém, esse espaço (do ambiente familiar) ainda não havia sido, necessariamente, compreendido pelas políticas sindicais e a possibilidade de que tenha havido equívocos na interpretação e, conseqüentemente, na retratação de suas dinâmicas não deve ser completamente descartada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes mesmo da realização dessa pesquisa reconhecíamos que a temática aqui apresentada não trazia, de fato, uma discussão inovadora porque, primeiro, já sabíamos que a baixa participação e aderência das mulheres ao movimento sindical já havia sido bastante discutida e debatida no âmbito da Sociologia e também das demais Ciências Sociais. Segundo, o próprio contato prévio com essas charges, ainda no período de planejamento do projeto de pesquisa e de preparo para a participação no processo seletivo do Mestrado, já indicavam que o número de charges com mulheres seria significativamente inferior à quantidade de charges que relatam um universo masculino, já indicando possíveis resultados que seriam apenas confirmados no decorrer do trabalho.

Em nossa trajetória, os primeiros contatos com uma amostragem do nosso objeto de pesquisa, que foram as charges publicadas na coletânea “Tribuna metalúrgica: 20 anos ilustrada”, já davam indícios daquilo que encontraríamos no decorrer da pesquisa. Esse material foi por diversas vezes acessado para a organização de artigos científicos para apresentação em congressos ou publicação como capítulos de livros, reforçando nossa hipótese inicial de que as mulheres apareceriam quase sempre na condição de esposas dos metalúrgicos e não como uma trabalhadora metalúrgica.

As análises em torno desse material foram dando conta de explicar, previamente, a dinâmica das charges em si, que tinham em suas construções elementos muito caricatos e estereotipados do que era ser uma trabalhadora metalúrgica e do que era ser uma esposa de trabalhador metalúrgico, apontando para questões mais profundas acerca do que levava o sindicato a construir esse tipo de representação. Nesse momento, especulamos a possibilidade de partir para outras propostas que visassem não apenas centrar a pesquisa na análise de charges, mas também analisar as próprias estruturas do sindicato, suas diretorias, seu departamento de comunicação, o modo como sua cultura organizacional, ainda nos anos 90, era pouco inclusiva para as mulheres e permeada de retrocessos. Por questões de viabilidade da pesquisa e de dificuldades geradas pela pandemia de Covid-19, optamos por abortar essas mudanças e retomar a proposta de manter as charges sindicais como nosso objeto de pesquisa.

Entretanto, o olhar exclusivo e intensivo para as charges sindicais também nos permitiu entender algumas circunstâncias estruturais que levaram a um tipo específico de representação feminina, a da dona de casa, esposa metalúrgica. Alguns dados nos revelaram o porquê dessas representações; por exemplo, no período definido para nosso estudo, não encontramos sequer uma única chargista mulher desenhando para o sindicato analisado e, arriscamos afirmar, que não havia mulheres chargistas no Brasil como um todo nesse período. Isso se deve, sobretudo, ao fato de que as mulheres, desde a infância, são pouco estimuladas ao humor, ao exercício da criatividade, à produção do desenho e à escolha de profissões no campo das artes; ainda hoje, tempo em que essa discussão está mais em voga, o número de mulheres desenhando é menor do que o de homens. Também consideramos que as charges são reflexos do contexto sindical ao qual pertence e que, naquela época, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não contava com nenhuma mulher na Diretoria de Comunicação e também havia poucas jornalistas do gênero feminino em seus departamentos de comunicação.

Estamos também certos de que nossa reflexão é sobre um período histórico passado com um olhar da atualidade e, neste sentido, temos consciência de que o que antes era visto com certa “normalidade” pode ter se alterado com o tempo. O humor tem um tempo histórico e o que antes, na década de 1990, pode não ter sido alvo de julgamentos, hoje pode ser apreciado com outro olhar, inclusive, deixando de ser engraçado e se transformando em pontos de críticas na atualidade.

Sobre os sindicatos, apesar de, no início dessa pesquisa, termos olhado para essas instituições no sentido de entendê-las como uma organização que combate as mazelas sociais causadas pelo capitalismo, hoje, constatamos um novo entendimento e outro olhar para essas instituições. Estamos partindo da noção de que sindicatos são reflexos do sistema, que só existem a partir do capitalismo e se orientam a partir dele, inclusive, reproduzindo suas lógicas. E, seguindo por esse argumento, validamos a noção de que os sindicatos são um reflexo em miniatura da família e da divisão sexual do trabalho, sendo organizado e operado predominante por homens, numa lógica patriarcal na qual fica difícil inserir as mulheres de modo orgânico.

Constatamos que as práticas sindicais e os seus discursos são desajustados, se mostrando apenas como uma estratégia para dar visibilidade ao movimento e não como forma de reestruturar e organizar a classe trabalhadora mais profundamente, de modo que ela pudesse se tornar menos machista e que as fábricas se tornassem

um ambiente mais salubre para as mulheres. As pautas feministas com mais vazão nos sindicatos são as que tratam da maternidade, da saúde sexual, tendo pouco espaço para as discussões que dizem respeito à realidade desigual das mulheres em relação aos homens, pois estes temas poderiam interferir na realidade deles e na redistribuição do poder, tais como o compromisso em alterar a distribuição salarial, debater profundamente o assédio e a dificuldade de as mulheres ocuparem cargos de liderança.

O desalinhamento entre os discursos sindicais e suas práticas nos dá a noção de uma falsa igualdade, que esconde ou camufla as diferenças existentes entre os gêneros no interior das instituições. A análise quantitativa permitiu verificar essa realidade com mais propriedade visto que, apesar dos discursos, as mulheres estiveram presentes em apenas 19% das charges e as condições como as personagens femininas apareceram foram, majoritariamente, a de uma dona de casa que espera o esposo metalúrgico retornar do trabalho. É muito mais fácil para o sindicato enxergar na mulher uma esposa, uma mãe, do que uma companheira de luta, dado que nas charges é essa construção de mãe e esposa que se sobressai.

Sabemos que nossa análise foi aplicada sobre uma categoria que, tradicionalmente, é ocupada por homens; porém, ainda nos anos 80, as pesquisas de Elizabeth Souza-Lobo (2021) foram precisas em apontar que o crescimento das indústrias e as dificuldades econômicas impostas à sociedade levaram as mulheres a buscarem trabalho na indústria. As mulheres chegaram a ocupar 25% dos cargos na indústria no estado de São Paulo sendo que, desse total, 29% estavam empregadas na categoria metalúrgica. Ou seja, apesar de estar em menor número na indústria metalúrgica, o percentual de mão-de-obra feminina não deixava de ser expressivo, o que deveria, de alguma forma, ter sido contemplado pelo sindicato.

Consideramos que a transição do “novo sindicalismo” para o “sindicalismo cidadão”, ocorrido durante a década de 1990, impactou de maneira negativa a aparição das mulheres nas charges sindicais. Apesar de nas charges publicadas durante os anos 80 ser possível identificar várias charges em que as mulheres aparecem como esposas metalúrgicas e realizando algum tipo de atividade doméstica, foi na década de 1990 que essa construção se intensificou. Consideramos plausível reconhecer essa construção pelo fato de as lutas sindicais terem se abrandado nos anos 90 dando espaço para as discussões sobre cidadania e filantropia no próprio sindicato, como decorrência da concepção do “sindicalismo

cidadão”. Isso fez com que a própria política do sindicato fosse alterada, passando também a abarcar a família metalúrgica, que passou a ser retratada e representada com mais frequência no jornal *Tribuna Metalúrgica*. Nesse período, ainda, passou a ser mais comum os sindicatos oferecerem prestação de serviços à família do trabalhador, tais como, clubes de recreação, balcão de emprego, corte de cabelo, dentre vários outros serviços e, com isso, a esposa e os filhos dos metalúrgicos passaram a aparecer mais no jornal.

As temáticas das charges também nos permitem afirmar que o ambiente mais propício para a exploração do humor era o doméstico. Os anos 90 foram marcados por altos índices de inflação, arrocho salarial, desemprego e excessivas cargas de horas extras nas montadoras. Diante disso, passou a ser recorrente a produção de charges tratando das dificuldades enfrentadas pela esposa metalúrgica para pagar as compras no supermercado, ou ainda de charges retratando a ausência do marido em casa ou o seu cansaço em razão da necessidade de realizar excessivas horas extras, sem contar as charges debatendo a problemática do desemprego. A própria popularização da TV e dos veículos de comunicação de massa, que se tornou mais acessível à população brasileira nos anos 80, permitiu explorar fartamente a situação da divisão de papéis entre o homem e a mulher no ambiente familiar, com o marido, predominantemente, assistindo TV enquanto a esposa realizava alguma atividade doméstica.

Contudo, enfatizamos que apesar de o ambiente doméstico e a família metalúrgica serem o contexto e os personagens mais condizentes com as temáticas e com o momento vivido pelo sindicato, as charges poderiam explorar outras construções como, por exemplo, a de uma família cuja mulher seria a trabalhadora metalúrgica ou a de uma família com outras composições, com mães solo ou com pais e esposos em atividades de cuidado, por exemplo. Por sua vez, os enredos das charges nas fábricas, nas linhas de montagem, nas manifestações e greves sindicais deveriam ter contemplado mais a presença ativa da mulher assumindo uma posição de protagonista das ações, das falas e do humor na charge.

Caminhando para o desfecho de nossas análises sobre como a mulher foi representada nas charges do jornal *Tribuna Metalúrgica* da década de 1990, podemos sintetizar nossa resposta afirmando que essa mulher foi, predominantemente, retratada e representada como a esposa metalúrgica, que cuida dos filhos, do marido e se dedica às atividades domésticas. Nessa década, essa foi a situação de

protagonismo atribuída à mulher de maneira mais frequente nas charges analisadas. Em menor número, e cumprindo um papel de coadjuvante, encontramos a mulher representada como trabalhadora metalúrgica, porém quase sempre em situações em que sua presença não é o elemento central das charges.

As oito categorias de análise criadas nos deram embasamento para afirmar que a mulher que aparece nas charges sindicais do jornal *Tribuna Metalúrgica* da década de 1990 está polarizada entre dois grandes eixos: donas de casas que são protagonistas do ambiente doméstico e metalúrgicas figurantes nos ambientes do sindicato e das fábricas. Poucas foram as charges que se propuseram a discutir temáticas de gênero como, por exemplo, discussões acerca do assédio ou do machismo; quando retratados, foram abordados de forma muito pontual e, principalmente, pelo pretexto de datas comemorativas ou quando um caso de assédio ocorria.

Quanto à condição da comunicação sindical como expressão da comunicação popular podemos admitir que a produção chárstica cumpriu relativamente bem seu propósito, na medida em que pudemos perceber a perspectiva de classe sendo materializada na maioria das charges produzidas. Porém, por outro lado a perspectiva classista para um debate sobre gênero e raça não se cumpriu. Inclusive, temos a percepção de que naquele período analisado boa parte das discussões sobre comunicação popular e sobre classe social não incluía as discussões sobre raça e gênero, numa dinâmica consubstancial. (KERGOAT, 2010).

Enveredando por essa discussão sobre classe, raça e gênero, entendemos que o patriarcado é anterior ao capitalismo, mas este se beneficia desse desequilíbrio entre os gêneros para sua perpetuação e, portanto, não podemos realizar a superação das desigualdades de gênero sem promover transformações na ordem econômica. Por isso, os sindicatos, que são entidades operadas por homens que se orientam nesse sistema, precisam, de alguma forma, enfrentar o desafio de romper com os processos de reprodução dessas lógicas em sua dinâmica interna para poderem, efetivamente, se constituir em uma organização verdadeiramente transformadora de toda forma de exploração, de dominação e de opressão.

Por fim, reafirmamos que nossas conclusões com essa pesquisa não são inovadoras, porque, de fato, estamos aqui apenas corroborando o que já constataram Giuliani (2006) e Souza-Lobo (2021) sobre as mulheres no sindicato. No entanto, reivindicamos que nossa pesquisa efetivamente oferece uma importante contribuição

pelo ineditismo de analisar a problemática da representação da mulher por parte do movimento sindical, a partir de sua produção comunicativa, mais especificamente, pelas charges, que consideramos se tratar de uma importante estratégia na ordem da comunicação visual. Apesar das limitações e de eventuais inconsistências que essa pesquisa possa apresentar, consideramos que o percurso metodológico utilizado para analisar a representação de mulheres em acervos de charges sindicais possa ser replicado em outras pesquisas, conformando assim uma importante base metodológica para a análise de gênero em charges e demais peças de comunicação visual no contexto da comunicação popular.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. [Coleção Mundo do Trabalho].
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- ANDERSON, Perry. Possibilidades e limites do sindicato. **Oitenta**, Porto Alegre: L & PM Editores, v.3, outono de 1980.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Volume 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. [Tradução Leandro Konder]. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12.ed., Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- GADOTTI, Moacir. Prefácio. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12.ed., Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.
- GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In*: PRIORI, Mary Del (Org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. 8.ed., São Paulo: Contexto, 2006, p.640-668.
- GONÇALVES, Rosangela. O pioneirismo da 'A mulher na sociedade de classes'. *In*: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo, Expressão Popular, 2013
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.86, p.93-103, março 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 08 fev. 2022.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helene; SENOTIER, Danièle. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación** (el comunicador popular). La Habana: Editorial Caminos, 2002.
- IZQUIERDO, Maria José. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, 1990. [Mimeografado]. Disponível em:

<https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistemasexogenero%C2%B9/>. Acesso em: 27 out. 2021.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social, trabalho e sociabilidade. **Capacitação em Serviço social e Política Social**, módulo 2, p.20-33, CEAD-UNB, 1999. Disponível em:

[http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao\\_reproduca0\\_1999.pdf](http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/producao_reproduca0_1999.pdf)

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. [Tradução e introdução de Florestan Fernandes]. 2 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 10.ed., São Paulo: Global, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo, Ched Editorial, 1980.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis, SP: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.8, n.18, p.249-267, maio/ago. 2016. Disponível em:  
<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308182016249/6046>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/16547>.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v.1, n.1, p.37-48, 2012. Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99622>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica. In: BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Denise Teresinha da; SILVA, Suelen de Aguiar (Org.). **Comunicação para a cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom; Gênio Editorial, 2021.

MIANI, Rozinaldo Antonio; SOUZA, Pamella Cristina Basseti de. O trabalho doméstico nas charges sindicais: uma análise da coletânea Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada. *In*: Walkiria Martinez Heinrich Ferrer (Org.). **Crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental**, Volume 2, Marília, SP: Projeto Editorial Praxis, 2021, p.324-339.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Véras de. Sindicalismo metalúrgico, o “festival de greves” e as possibilidades do contrato coletivo nacional. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.251-282.

PERES, Anna Paula Lemos Santos. **Gênero em movimento**: mulheres na organização sindical. Curitiba: Appris, 2018.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p.46-61, maio-agosto 2009.

ROGERAT, Chantal; HOCQUARD, Marie Hélène Zylberberg. Sindicatos. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helene; SENOTIER, Danièle. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical**: falando para milhões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **Tribuna Metalúrgica**: 20 anos ilustrada. São Bernardo do Campo, SP: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, gênero e dominação. 3 ed., São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2021.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1**

#### **TABELA DE CHARGES CATALOGADAS**

# ANEXO 1

## TABELA DE CHARGES CATALOGADAS

Edição	Data de publicação	Tem mulher?	Ambiente que ela ocupa na charge?	Realiza crítica relacionada a gênero?	Tem conotação machista?	Reforça estereótipos?	Quantas mulheres aparecem no total?	Dessas, quantas são metalúrgicas?	Dessas quantas são esposas metalúrgicas?	Mulheres em outras atividades	Vestimentas/ Aparência da Mulher	Categoria
1744	18/7/1990	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Usa vestido e tem cabelos médios.	Cotidiano doméstico
1731	27/8/1990	sim	Governo	Não	Não	Não	1	0	0	1	Executiva, utiliza saia, terno e colar.	Líderes de governo
1796	24/10/1990	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	1	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Diversidade
1853	18/2/1991	sim	Governo	Não	Não	Não	1	0	0	1	Executiva, utiliza saia, terno e colar.	Líderes de governo
1866	11/3/1991	sim	Doméstico/ Sala	Sim	Sim	Sim	1	0	1	0	Usa vestido e tem cabelos médios.	Datas comemorativas
1903	17/5/1991	sim	Doméstico/ Cama	Não	Não	Sim	1	0	0	0	Camisola	Conotação Sexual
1995	31/10/1991	sim	Fábrica	Sim	Sim	Não	1	1	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Situações de assédio
2000	8/11/1991	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade
2005	20/11/1991	sim	Manifestação	Não	Não	Não	5	0	0	5	Vestido, lenço na cabeça.	Diversidade
2009	27/11/1991	sim	Manifestação	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Estereótipos
2015	6/12/1991	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
2017	11/12/1991	sim	Doméstico	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
2045	20/2/1992	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2051	5/3/1992	sim	Fábrica	Sim	Não	Sim	0	0	0	0		Datas comemorativas
2055	12/3/1992	sim	Governo	Não	Não	Não	4	0	0	4	Vestido	Diversidade
2059	18/3/1992	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Diversidade
2059	19/3/1992	sim	Doméstico/Supermercado	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2078	28/4/1992	sim	Doméstico/Supermercado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico

2079	29/4/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
2086	13/5/1992	sim	Doméstico / Assentamento MST	Não	Não	Não	1	0	0	1	Coberta na cama	Cotidiano doméstico
2101	9/6/1992	sim	Domestico	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Conotação Sexual
2104	12/6/1992	sim	Sindicato	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Conotação Sexual
2107	23/6/1992	sim	Doméstico / Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2116	8/7/1992	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Diversidade
2128	30/7/1992	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Uniforme de doméstica, avental.	Cotidiano doméstico
2133	7/8/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
2139	19/8/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
2140	20/8/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Protagonismo feminino
2148	3/9/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
2150	9/9/1992	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
2162	29/9/1992	sim	Votação para prefeito	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Protagonismo feminino
2171	16/10/1992	sim	Doméstico/Sala	Não	Sim	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2174	22/10/1992	sim	Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
2181	5/11/1992	sim	Doméstico / Cozinha	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2182	10/11/1992	sim	Doméstico	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2185	13/11/1992	sim	Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Protagonismo feminino
2189	20/11/1992	sim	Sindicato	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Diversidade
2203	15/12/1992	sim	Fábrica	Não	Não	Não	2	2	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Diversidade
2228	19/2/1993	sim	Carnaval	Não	Não	Não	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Conotação sexual
2229	25/2/1993	sim	Carnaval	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Dragão da inflação	Estereótipos
2232	4/3/1993	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Protagonismo feminino
2233	5/3/1993	sim	Doméstico	Sim	Sim	Não	1	0	1	0	Vestido	Datas comemorativas
Metalúrgicos10	9/3/1993	sim	Doméstico	Sim	Não	Sim	0	0	0	0		Cotidiano doméstico
2242	26/3/1993	sim	Fábrica	Não	Não	Não	5	5	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica.	Diversidade
2247	2/4/1993	sim	Sindicato	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade

2253	16/4/1993	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Conotação sexual
2257	28/4/1993	sim	Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Roupa de atividade física (Bermuda e blusa cropped)	Diversidade
2268	20/5/1993	sim	Sindicato	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade
2269	21/5/1993	sim	Doméstico/Cama	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2270	26/5/1993	sim	Restaurante	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Conotação sexual
2278	15/6/1993	sim	Doméstico, quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
2280	17/6/1993	sim	Sindicato/ Festa junina	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Conotação sexual
28	29/7/1993	sim	Doméstico/ cozinha	Não	Não	Sim	2	0	1	1	Vestido	Cotidiano doméstico
31	4/8/1993	sim	Doméstico/cozinha	Não	Sim	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
Metalúrgicos36	12/8/1993	sim	Doméstico/sala	Não	Não	Não	2	0	1	1	Calças e camisetas	Cotidiano doméstico
42	25/8/1993	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
44	27/8/1993	sim	Doméstico	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido/ lingerie	Conotação sexual
45	31/8/1993	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e lenço na cabeça	Cotidiano doméstico
47	2/9/1993	sim	Doméstico/sala	Não	Não	Sim	2	0	1	1	Vestido	Cotidiano doméstico
48	3/9/1993	sim	Rua	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Diversidade
53	16/9/1993	sim	Doméstico/sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
53	16/9/1993	sim	Doméstico/Rua	Não	Não	Não	2	0	1	1	Vestido	Cotidiano doméstico
59	28/9/1993	sim	Governo	Não	Não	Sim	1	0	1	1	Vestido	Estereótipos
60	29/9/1993	sim	Restaurante/ Rua	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Cotidiano doméstico
61	30/9/1993	sim	Doméstico/ cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Saia e blusa	Cotidiano doméstico
61	30/9/1993	sim	Manifestação	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Diversidade
64	6/10/1993	sim	Sala de aula	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Estereótipos
71	21/10/1993	sim	Fábrica	Não	Não	Não	2	2	0	0	Macacão/ Uniforme metalúrgica, vestido	Diversidade
72	22/10/1993	sim	Doméstico/sala	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
76	29/10/1993	sim	Sala de aula	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e Jaleco	Estereótipos
77	4/11/1993	sim	Indeterminado	Não	Não	Sim	2	0	0	2	Top com calça justa.	Estereótipos
77	4/11/1993	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Saia e blusa	Cotidiano doméstico

81	11/11/1993	sim	Doméstico / Lavanderia	Não	Não	Não	1	0	0	1	Uniforme de doméstica, avental.	Cotidiano doméstico
84	19/11/1993	sim	Assentamento, MST	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido, chapéu, lenço e avental	Cotidiano doméstico
84	19/11/1993	sim	Doméstico / Quarto	Sim	Não	Sim	1	0	1	0	Nua	Conotação sexual
85	23/11/1993	sim	Governo	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
92	7/12/1993	sim	Doméstico	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
17	8/2/1994	sim	Doméstico/ Telhado da casa	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
18	9/2/1994	sim	Labirinto / Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
18	9/2/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	2	0	2	0	Vestido	Cotidiano doméstico
19	10/2/1994	sim	Carnaval	Não	Não	Não	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Diversidade
34	10/3/1994	sim	Doméstico, sala, cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Saia e Blusa	Cotidiano doméstico
36	15/3/1994	sim	Manifestação/ Caravana	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Diversidade
36	15/3/1994	sim	Manifestação/ Caravana	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
37	16/3/1994	sim	Manifestação/ Caravana	Não	Não	Não	1	0	0	1	Macacão/ Uniforme metalúrgica, vestido	Diversidade
35	21/3/1994	sim	Doméstico, sala, cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
40	22/3/1994	sim	Governo	Não	Não	Não	1	0	1	0	Saia e Blusa	Diversidade
45	30/3/1994	sim	Fábrica	Não	Não	Não	5	5	0	1	Macacão/ Uniforme metalúrgica, vestido	Diversidade
46	31/3/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Saia e Blusa	Cotidiano doméstico
48	6/4/1994	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
50	12/4/1994	sim	Praça	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Namoro
55	20/4/1994	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
61	4/5/1994	sim	Doméstico/Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
67	13/5/1994	sim	Fábrica	Sim	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Situações de assédio
67	13/5/1994	sim	Governo	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido, lencinho e avental	Estereótipos
73	25/5/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Saia e Blusa	Cotidiano doméstico
74	26/5/1994	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Estereótipos
74	26/5/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico

78	7/6/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
80	9/6/1994	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
83	15/6/1994	sim	Hospital	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
84	17/6/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
87	23/6/1994	sim	Doméstico/Sala	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
91	30/6/1994	sim	Doméstico/ Sala e Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
92	1/7/1994	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Diversidade
92	1/7/1994	sim	Doméstico/Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
112	5/7/1994	sim	Doméstico/Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
97	12/7/1994	sim	Doméstico/Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
100	15/7/1994	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	3	0	0	3	Vestido	Diversidade
103	21/7/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
104	22/7/1994	sim	Doméstico/ quarto	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Vestido	Conotação sexual
105	26/7/1994	sim	Doméstico/ quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
106	27/7/1994	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Vestido	Líderes de governo
110	3/8/1994	sim	Rua / Vitrines	Não	Não	Não	2	0	2	0	Nua	Diversidade
110	3/8/1994	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
115	11/8/1994	sim	Doméstico/ Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
117	16/8/1994	sim	Doméstico/ Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
118	17/8/1994	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
127	1/9/1994	sim	Doméstico/ Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
137	20/9/1994	sim	Bar/ Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
25	24/9/1994	sim	Doméstico/quarto	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Nua	Conotação sexual
141	29/9/1994	sim	Doméstico/quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Camisola	Conotação sexual
142	30/9/1994	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	1	Vestido	Cotidiano doméstico
143	5/10/1994	sim	Doméstico/quarto	Não	Não	Não	1	0	0	1	Camisola	Cotidiano doméstico
145	7/10/1994	sim	Camarám	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Dragão da inflação	Estereótipos
149	19/10/1994	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
154	27/10/1994	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico

172	7/12/1994	sim	Doméstico/ Banheiro	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
173	8/12/1994	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	1	Vestido	Cotidiano doméstico
174	9/12/1994	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Placa do contrato coletivo	Diversidade
184	26/1/1995	sim	Funerária	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
185	27/1/1995	sim	Ponto de ônibus	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
188	2/2/1995	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
190	7/2/1995	sim	Câmara Setorial	Não	Não	Não	1	0	0	1	Executiva, utiliza saia, terno e salto	Líderes de governo
190	7/2/1995	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
193	10/2/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Diversidade
193	10/2/1995	sim	Doméstico/ Telhado da casa	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
201	24/2/1995	sim	Carnaval	Não	Não	Não	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Conotação sexual
203	3/3/1995	sim	Carnaval	Não	Sim	Sim	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Conotação sexual
210	17/3/1995	sim	Doméstico, quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Camisola	Conotação sexual
213	23/3/1995	sim	Doméstico, quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Camisola	Conotação sexual
214	24/3/1995	sim	Doméstico, Banheiro	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Toalha de banho	Conotação sexual
217	30/3/1995	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	0	1	0	Saia e Blusa	Protagonismo feminino
223	7/4/1995	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	0	0	1	Ao telefone	Cotidiano doméstico
234	3/5/1995	sim	Doméstico, sala, cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
238	10/5/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Conotação sexual
238	10/5/1995	sim	Hospital	Não	Não	Não	1	0	0	1	Uniforme enfermagem	Estereótipos
240	12/5/1995	sim	Doméstico	Sim	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
247	30/5/1995	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e avental	Estereótipos
248	31/5/1995	sim	Doméstico, quarto	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Cotidiano doméstico
258	21/6/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Saia e Blusa	Diversidade
262	28/6/1995	sim	SPC	Não	Não	Não	1	0	0	2	Vestido	Diversidade
272	18/7/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade
275	21/7/1995	sim	doméstico/quarto	Sim	Não	Sim	1	0	1	0	Camisola	Cotidiano doméstico
277	26/7/1995	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
285	9/8/1995	sim	Supermercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico

287	11/8/1995	sim	Doméstico / cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido, avental	Cotidiano doméstico
289	16/8/1995	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
294	23/8/1995	sim	Manifestação	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
301	5/9/1995	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Diversidade
307	19/9/1995	sim	Doméstico/quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
309	21/9/1995	sim	Doméstico/quarto	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Conotação sexual
310	22/9/1995	sim	Ruas/Cotidiano	Não	Não	Não	2	1	0	1	Vestido/ Macacão	Diversidade
312	27/9/1995	sim	Assentamento, MST	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
312	27/9/1995	sim	Doméstico/ cozinha – sala	Não	Sim	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
316	4/10/1995	sim	Incra	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
317	5/10/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
319	10/10/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Estereótipos
324	20/10/1995	sim	Campo/ MST	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido, lenço no cabelo	Diversidade
330	7/11/1995	sim	Casa de presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
331	8/11/1995	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	2	0	0	2	Saia, blusa e colete	Estereótipos
351	14/12/1995	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	0	0	2	Vestido	Diversidade
366	31/1/1996	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e terno	Líderes de governo
370	8/2/1996	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
373	13/2/1996	sim	Doméstico/ Quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
374	14/2/1996	sim	Fábrica	Não	Não	Não	2	2	0	0	Vestido	Diversidade
375	15/2/1996	sim	Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	vestido e avental	Cotidiano doméstico
376	16/2/1996	sim	Doméstico/ sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	vestido	Cotidiano doméstico
377	22/2/1996	sim	Banca de Jornal	Não	Sim	Sim					Nua	Conotação sexual
378	23/2/1996	sim	Doméstico/ cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
379	27/2/1996	sim	Hall Elevador	Não	Não	Não	2	0	2	0	Vestido	Cotidiano doméstico
380	28/2/1996	sim	Doméstico / Enchente	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
381	29/2/1996	sim	Doméstico / Enchente	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
383	5/3/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
366	8/3/1996	sim	Domestico	Não	Sim	Sim	1	1	0	1	Vestido	Datas comemorativas

386	12/3/1996	sim	Manifestação	Não	Não	Não	1	2	0	0	Vestido	Diversidade
388	13/3/1996	sim	Presidência	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Líderes de governo
389	14/3/1996	sim	Escola	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e Jaleco	Estereótipos
390	15/3/1996	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
394	22/3/1996	sim	Presidência	Não	Não	Não	1	0	0	1	Saia e terno	Líderes de governo
389	29/3/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Lenço na cabeça	Cotidiano doméstico
416	25/4/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Camisa	Líderes de governo
420	3/5/1996	sim	Doméstico/cama	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Indeterminado	Conotação sexual
243	18/5/1996	sim	Campo de futebol	Não	Não	Não	1	0	0	1	Deusa da justiça	Estereótipos
243	18/5/1996	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Estereótipos
243	18/5/1996	sim	Domestico	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
433	28/5/1996	sim	Votação no Sindicato	Não	Não	Não	1	1	0	0	Saia e Blusa	Diversidade
441	12/6/1996	sim	Praça	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
447	26/6/1996	sim	Doméstico/cama	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
449	27/6/1996	sim	Fila de emprego	Não	Não	Não	1	7	0	1	Saia e blusa	Diversidade
450	28/6/1996	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
452	2/7/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Efigie do Real	Estereótipos
452	2/7/1996	sim	Doméstico/ Cozinha	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
453	3/7/1996	sim	Praça	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
455	5/7/1996	sim	Fila de emprego	Não	Não	Não	4	4	0	0	Vestido	Diversidade
455	5/7/1996	sim	Domestico / Cozinha e Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Indeterminado	Cotidiano doméstico
456	9/7/1996	sim	Gabinete do Presidente	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Terno e Saia	Estereótipos
458	11/7/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Deusa da justiça	Estereótipos
461	17/7/1996	sim	Indeterminado	Sim	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
462	18/7/1996	sim	Portugal	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
463	19/7/1996	sim	Câmara Setorial	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
466	25/7/1996	sim	Olimpíadas	Sim	Não	Não	0	0	0	2	Roupa de atividade física	Protagonismo feminino
468	30/7/1996	sim	Olimpíadas	Não	Não	Não	1	0	0	1	Biquini de volei	Diversidade
469	31/7/1996	sim	Olimpíadas	Não	Não	Não	1	0	0	1	Saia e blusa	Diversidade
469	31/7/1996	sim	Olimpíadas	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico

470	1/8/1996	sim	Olimpíadas	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
473	7/8/1996	sim	Olimpíadas	Sim	Não	Não	4	0	0	4	Roupa de atividade física	Protagonismo feminino
474	8/8/1996	sim	Domestico / Cozinha e Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
478	13/8/1996	sim	Domestico / Cozinha e Sala	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
479	16/8/1996	sim	Domestico	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
480	23/8/1996	sim	Domestico / Cozinha e Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e avental	Cotidiano doméstico
486	4/9/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
489	10/9/1996	sim	Domestico	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
492	13/9/1996	sim	Domestico / Cama	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Conotação sexual
497	24/9/1996	sim	Praça	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	
511	22/10/1996	sim	Doméstico / Cama	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Cotidiano doméstico
536	29/11/1996	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	1	0	1	Vestido	diversidade
547	23/1/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	diversidade
553	5/2/1997	sim	Flórida	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
555	7/2/1997	sim	Carnaval	Não	Não	Não	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval	Conotação sexual
556	14/2/1997	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
558	19/2/1997	sim	Casa de presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Cotidiano doméstico
562	26/2/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Estereótipos
566	5/3/1997	sim	Doméstico / Quarto	Sim	Não	Não	1	0	1	0	Camisola	Datas comemorativas
566	5/3/1997	sim	Escritório	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e avental	Estereótipos
567	6/3/1997	sim	Rua	Sim	Sim	Sim	1	0	0	2	Calça e Blusa	Situações de assédio
568	7/3/1997	sim	Doméstico	Sim	Sim	Sim	1	1	0	0	Vestido	Cotidiano doméstico
569	11/3/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e terno	Líderes de governo
527	13/3/1997	sim	Casa de presidente	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e terno	Doméstico /Líderes de governo
574	19/3/1997	sim	Doméstico / cozinha	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Líderes de governo
576	21/3/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	5	0	0	Vestido	Diversidade
586	9/4/1997	sim	Doméstico/ quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	camisola	Conotação sexual
586	9/4/1997	sim	Doméstico/ quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	camisola	Conotação sexual
588	11/4/1997	sim	Governo	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade

592	18/4/1997	sim	Praça	Não	Não	Não	1	0	0	1	Saia e blusa	Diversidade
592	18/4/1997	sim	Padaria	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Cotidiano doméstico
593	23/4/1997	sim	Restaurante/ Canadá	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Líderes de governo
599	7/5/1997	sim	Greve	Não	Não	Não	3	3	0	0	Vestido	Diversidade
600	8/5/1997	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
628	1/6/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Diversidade
628	1/6/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	2	2	0	0	Vestido	Diversidade
614	5/6/1997	sim	Doméstico	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Cotidiano doméstico
618	12/6/1997	sim	Praça	Não	Não	Sim	1	1	0	0	Vestido	Conotação sexual
619	13/6/1997	sim	Festa	Não	Não	Não	4	0	0	4	Vestido	Diversidade
619	13/6/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
621	16/6/1997	sim	Esplanada dos Ministérios	Não	Não	Não	1	0	0	2	Vestido	Líderes de governo
620	17/6/1997	sim	Doméstico/ quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Indeterminado	Cotidiano doméstico
630	3/7/1997	sim	Indeterminado	Sim	Não	Não	2	0	0	2	Calça e Blusa/ Saia e Blusa	Diversidade
635	15/7/1997	sim	Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Saia e Blusa	Protagonismo feminino
640	23/7/1997	sim	Doméstico / Cama	Não	Não	Não	1	0	1	0	Indeterminado	Conotação Sexual
643	29/7/1997	sim	Imprensa	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Diversidade
644	30/7/1997	sim	Doméstico	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido e avental	Conotação Sexual
645	31/7/1997	sim	Escritório / Redação	Não	Não	Não	2	0	0	2	Vestido	Cotidiano doméstico
645	31/7/1997	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	1	0	0	Indeterminado	Cotidiano doméstico
646	1/8/1997	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	1	0	0	Vestido	Conotação Sexual
649	7/8/1997	sim	Museu	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido	Diversidade
659	26/8/1997	sim	Mercado	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Diversidade
666	5/9/1997	sim	Baile	Não	Não	Não	3	0	0	3	Saia e Blusa	Diversidade
668	10/9/1997	sim	Rua	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado	Doméstico, Paquera
678	26/9/1997	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	1	0	1	Vestido	Diversidade
682	7/10/1997	sim	Manifestação	Não	Não	Não	2	2	0	2	Vestido	Diversidade
689	17/10/1997	sim	Doméstico/Quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido	Cotidiano doméstico
691	22/10/1997	sim	Doméstico/Quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Indeterminado	Cotidiano doméstico
700	6/11/1997	sim	Doméstico/ Lavanderia	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido e Avental	Cotidiano doméstico

704	13/11/1997	sim			Não								Cotidiano doméstico
715	3/12/1997	sim	Manifestação	Não	Não	Não	0	3	0	0	Vestido, Calça e Blusa		Diversidade
724	23/1/1998	sim	Doméstico, Sala	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido		Cotidiano doméstico
738	18/2/1998	sim	Sala de Aula	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido e guarda-pó		Estereótipos
738	18/2/1998	sim	Carnaval	Não	Não	Sim	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval		Conotação sexual
740	20/2/1998	sim	Carnaval	Não	Não	Não	1	0	0	1	Fantasia de Carnaval		Conotação sexual
756	2/4/1998	sim	Indeterminado	Sim	Não	Não	1	1	0	0	Vestido		Protagonismo feminino
760	7/4/1998	sim	Indeterminado	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido		Estereótipos
830	26/8/1998	sim	Diversos	Não	Não	Não	6	0	0	6	Vestido/ Saia		Diversidade
998	18/8/1999	sim	Banco	Não	Não	Não	3	0	0	3	Vestido		Diversidade
830	26/8/1999	sim	Cabine de Votação	Não	Não	Não	2	2	0	0	Indeterminado		Diversidade
1170	17/8/2000	sim	Escritório da Chefia	Sim	Não	Não	1	1	0	0	Vestido		Situações de assédio
Tribunadasaude9	00/02/1994	sim	Relógio Ponto	Não	Não	Não	1	1	0	0	Macacão		Diversidade
Tribunadasaude9	00/02/1994	sim	Doméstico / Telhado da casa	Não	Não	Não	1	0	1		Vestido		Cotidiano doméstico
Tribunadasaude15	00/03/1993	sim	Doméstico/ Sala	Não	Não	Não	1	0	0	1	Vestido		Cotidiano doméstico
1848	06-02-1991	sim	Orelhão	Não	Não	Não	1	0	0	1	Indeterminado		Cotidiano Doméstico
1865	07-03-1991	sim	Indeterminado	Sim	Não	Não	1	0	0	1	Vestido		Datas comemorativas
1900	15-05-1991	sim	Rua	Não			1	0	1	0			Protagonismo feminino
1917	14-06-1991	sim	Doméstico, Sala	Não	Não	Sim	1	0	1	0	Vestido		Conotação sexual
1925	28-06-1991	sim	Fábrica	Não	Não	Não	1	1	0	0	Macacão		Protagonismo feminino
1926	02-07-1991	sim	Doméstico, quarto	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido		Conotação sexual
1937	19-07-1991	sim	Doméstico, cozinha	Não	Não	Não	1	0	1	0	Vestido		Cotidiano Doméstico
1966	12-09-1991	sim	Fórum	Não	Não	Não	1	0	0	1	Toga		Protagonismo feminino